

**ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL)**  
**SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**

**RELATÓRIO E CONTAS**  
**2010**



**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---

# **ÍNDICE**

---

- 1 - Órgãos Sociais**
  - 2 - Relatório de Gestão**
  - 3 - Demonstrações Financeiras Individuais**
  - 4 - Demonstrações Financeiras Consolidadas**
  - 5 - Certificação Legal das Contas Individuais**
  - 6 - Certificação Legal das Contas Consolidadas**
  - 7 - Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**
  - 8 - Relatório dos Auditores sobre as Contas Individuais**
  - 9 - Relatório dos Auditores sobre as Contas Consolidadas**
  - 10 - Extracto da Acta da Assembleia Geral  
Anual que aprovou as contas, realizada  
em XX de XX de 2011**
-

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---

**1**

**ÓRGÃOS SOCIAIS**

---

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---

# **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL)**

**SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**

---

## **ÓRGÃOS SOCIAIS**

### **ASSEMBLEIA GERAL**

#### **PRESIDENTE**

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

#### **SECRETÁRIO**

Maria Madalena França e Silva Q. Mantas e Moura

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **PRESIDENTE**

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

#### **VICE-PRESIDENTE**

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

#### **VOGAIS**

Aníbal da Costa Reis de Oliveira

Olindo Reis de Oliveira

Augusto de Athayde Soares d'Albergaria

António do Espírito Santo Silva Salgado

### **CONSELHO FISCAL**

#### **PRESIDENTE**

Horácio Lisboa Afonso

#### **VOGAIS EFECTIVOS**

José Maria Rego Ribeiro da Cunha

José Correia Levy Abrantes

#### **VOGAL SUPLENTE**

Fernando Gustavo Duarte Antunes

### **REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)**

#### **ROC EFECTIVO**

José Manuel Macedo Pereira – ROC

#### **ROC SUPLENTE**

UHY & Associados, SROC, Lda, representada por

António Tavares da Costa Oliveira

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---

**2**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

---

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---

## RELATÓRIO DE GESTÃO

### EXERCÍCIO DE 2010

Senhores Accionistas,

O Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas Individuais e Consolidadas da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. (ESF(P))**, referentes ao exercício de 2010.

#### 1. Ambiente macroeconómico nacional e internacional em 2010

##### 1.1. Situação económica internacional

O ano de 2010 ficou marcado pela crise do risco soberano na Zona Euro, sobretudo em resultado do forte desequilíbrio das contas públicas da Grécia e das dificuldades do sector financeiro da Irlanda, neste caso com impacto nas respectivas contas públicas. A necessidade de apoio financeiro da UE e do FMI a estas economias alimentou um receio de contágio a outras economias da periferia da Zona Euro, em particular a Portugal e Espanha, penalizando as respectivas condições de financiamento. A revisão em baixa dos *ratings* soberanos da periferia da Zona Euro e os receios sobre a deterioração da qualidade do crédito (tanto ao nível da dívida soberana como do crédito hipotecário) penalizaram igualmente as condições de *funding* dos bancos europeus. O *spread* dos *credit default swaps* do índice iTraxx Financials subiu cerca de 102 pontos base em 2010, para 177 pontos base.

Reflectindo a quebra de confiança dos investidores, o EUR registou uma depreciação de 6,7% face ao USD no conjunto de 2010, cotando-se em EUR/USD 1,336 no final do ano, e os índices accionistas CAC40, IBEX e PSI-20 desvalorizaram-se, respectivamente, 3,34%, 17,43% e 10,34%. Em contraste, e reflectindo o desempenho excepcionalmente favorável da economia alemã, o índice DAX valorizou-se 16,06%.

Não obstante os receios de instabilidade financeira atrás descritos, o ano de 2010 foi também marcado por uma evolução favorável da actividade nas principais áreas económicas, com os impactos desfasados dos estímulos das políticas monetária e orçamental a fazerem sentir-se

na procura interna e, sobretudo, nos fluxos de comércio internacional. Após os registos negativos observados em 2009, o PIB cresceu 3,6% na Alemanha, 1,7% na Zona Euro e 2,9% nos EUA. Neste contexto, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 ganharam 11,02%, 16,91% e 12,78% no conjunto de 2010, beneficiando também da postura expansionista da política monetária da Reserva Federal. As principais economias emergentes mantiveram um dinamismo elevado, registando-se crescimentos de 10,3% na China e 7,5% no Brasil.

Na China, o crescimento assentou na dinâmica cada vez mais intensa da procura interna, decorrente das condições monetárias expansionistas ainda existentes, pese embora as medidas restritivas levadas a cabo pelo Banco Central (subida dos juros de referência e das taxas de reservas obrigatórias dos bancos, restrições quantitativas ao crédito pela via administrativa e valorização de 3,5% do renminbi face ao dólar). A evolução da inflação constituiu uma das principais preocupações das autoridades chinesas e, a um nível mais geral, dos mercados financeiros, sobretudo na parte final do ano.

Estas preocupações resultaram, em grande medida, da evolução dos preços das matérias-primas. O preço do petróleo (Brent) subiu de USD 77.2 para USD 94.3/barril entre o final de 2009 e o final de 2010. A expectativa de fortalecimento da procura global e diversas restrições à oferta (em parte, relacionadas com condições climáticas adversas) traduziram-se, também, na aceleração dos preços das *commodities* alimentares e dos metais industriais, tendo os índices de preços Commodity Research Bureau Food e Metals crescido 27,7% e 24,4%, respectivamente, no conjunto do ano.

### **1.1.1. Estados Unidos da América**

Após a contracção do PIB observada em 2009 (-2,6%), e não obstante uma conjuntura marcada ainda por diversas incertezas e riscos, a economia dos **Estados Unidos** cresceu 2,9% no conjunto de 2010. Este registo resulta de dois períodos distintos vividos ao longo do ano.

A natureza marcadamente expansionista da política económica levada a cabo pelo Governo e pela Reserva Federal na sequência da recessão de 2009 produziu o seu efeito máximo no final desse ano e foi-se esbatendo ao longo do 1º semestre de 2010, não sendo exactamente visível uma tracção dos estímulos (ou um “efeito multiplicador”) sobre a procura interna. O crescimento do PIB desacelerou de 5%, em termos anualizados, no 4º trimestre de 2009, para apenas 1,7%, no 2º trimestre de 2010, ao mesmo tempo que a taxa de desemprego, embora em queda, permaneceu elevada (9,5% da população activa no final do 1º semestre). A persistência de uma elevada capacidade produtiva excedente contribuiu para que a inflação registasse uma trajectória de queda ao longo do período em causa, quer no índice global, quer

ao nível core. No início do Verão, os receios de ocorrência de uma nova recessão e os riscos acrescidos de uma conjuntura deflacionista tornaram-se mais visíveis.

Terminado em Março o primeiro programa de aquisição de títulos de dívida por parte da Reserva Federal (como *mortgage-backed securities*), e com o balanço da autoridade monetária e exibir uma tendência não desejada de queda, iniciou-se, em Agosto, uma nova fase da política monetária, com o reinvestimento do valor dos instrumentos de dívida vencidos em obrigações de longo prazo do Tesouro norte-americano. O Fed procurou, assim, manter inalterado o nível do seu balanço, ao mesmo tempo que sinalizava aos mercados financeiros a possibilidade de novas medidas expansionistas. Em Novembro, a autoridade monetária anunciou um novo programa de aquisição de *Treasuries* de maturidades longas, num montante adicional de USD 600 mil milhões, a fim de manter um ambiente de baixas taxas de juro de longo prazo.

Na vertente orçamental, a Administração Obama anunciou novos estímulos à procura interna, incluindo o prolongamento de uma parte substancial dos estímulos fiscais da era Bush, envolvendo uma verba global superior a USD 800 mil milhões.

A acção desenvolvida pelas autoridades permitiu inverter o sentimento negativo dos mercados, facto que se foi consolidando à medida que os indicadores económicos mais relevantes sugeriam a redução da probabilidade de um *double dip* e de uma conjuntura de deflação. Neste contexto, o PIB norte-americano registou crescimentos anualizados de 2,6% e 3,2% nos 3º e 4º trimestres, com desempenhos mais favoráveis do consumo privado (crescimento anualizado de 4,4% no 4º trimestre). No final do ano, assistiu-se também a uma importante recuperação do crédito às empresas, suportada por uma maior disponibilidade dos Bancos para o financiamento deste sector. A este facto não terá sido estranha a evolução favorável dos resultados das empresas, quer no sector financeiro, quer no sector não financeiro.

O último trimestre do ano interrompeu a tendência de descida das taxas de juro de mercado, com as perspectivas mais favoráveis para a actividade económica a gerarem alguns receios de pressões inflacionistas futuras, dada a manutenção de uma política monetária fortemente expansionista. Para além das injeções extraordinárias de liquidez, o Fed não sinalizou qualquer intenção de iniciar um ciclo de subidas dos juros de referência, mantendo-se a *target rate* dos *fed funds* num intervalo entre 0% e 0,25% ao longo de 2010.

### **1.1.2. Zona Euro**

A economia da **Zona Euro** foi consolidando, ao longo do ano de 2010, a trajectória de progressiva recuperação da actividade iniciada na segunda metade de 2009, que pôs termo ao

período de recessão iniciado no 2º trimestre de 2008. O PIB registou, assim, um crescimento de 1,7%, após a contracção de 4,1% verificada em 2009. Na base desta recuperação encontra-se o forte desempenho das exportações, beneficiando da dinamização dos fluxos de comércio internacional e, em especial, da procura oriunda das economias emergentes, que exerceu um forte efeito favorável sobre a produção industrial. Particularmente forte foi o desempenho da actividade no 2º trimestre, ao crescer 1% em termos trimestrais, beneficiando do estímulo fornecido pelo conjunto das políticas públicas implementadas, de cariz expansionista.

No entanto, a base da recuperação foi-se tornando gradualmente mais ampla, sendo também de notar a melhoria do consumo privado e a moderação da quebra sofrida pelo investimento (tendo o investimento em equipamento exibido já um crescimento face ao ano anterior), acompanhando uma melhoria dos níveis de confiança e a progressiva normalização das condições de financiamento nas economias *core*.

A recuperação da actividade no conjunto da Zona Euro não foi, no entanto, uniforme, sendo de sublinhar a evidente heterogeneidade de desempenho entre Estados-membros. Digno de registo é o desempenho da economia alemã, que cresceu 3,6% no conjunto do ano, o maior ritmo de expansão desde a reunificação, com um forte contributo das exportações e do investimento em equipamento. Este desempenho contrasta com a desaceleração e mesmo contracção registada pelas economias periféricas da União Económica e Monetária. Neste plano, é de destacar a contracção das economias grega, irlandesa e espanhola, a primeira das quais superior a 4%, sobretudo em consequência do acentuado esforço de consolidação orçamental em curso naqueles Estados-membros.

No plano dos preços, a taxa de inflação média anual foi de 1,4%, após o registo de 0,3% em 2009, uma subida que em grande medida se ficou a dever às componentes de energia e transportes e alimentação. No entanto, a taxa de inflação subjacente, que exclui aquelas componentes, registou um decréscimo face ao ano anterior, traduzindo a ausência de pressões inflacionistas impostas pela procura, algo patente também na elevada capacidade instalada não utilizada e no aumento da taxa de desemprego, para 10% da população activa.

Neste contexto, o Banco Central Europeu manteve inalterada em 1%, durante todo o ano, a principal taxa de juro de referência. Paralelamente, a autoridade monetária forneceu ampla liquidez ao sistema bancário, promovendo operações de cedência ilimitada de liquidez a 3 meses e também, a partir de Maio, adquirindo pontualmente, em mercado secundário, títulos de dívida pública, visando reduzir as tensões observadas em alguns mercados, e que foram particularmente visíveis nos mercados de dívida soberana de alguns Estados periféricos. Ao abrigo deste programa, o BCE adquiriu um total de 73,5 mil milhões de euros em títulos de dívida até ao final do ano. Este montante foi objecto de esterilização, através da constituição de

depósitos de curto prazo dos bancos comerciais junto do BCE, de modo a não incrementar a oferta monetária.

### **1.1.3. Desenvolvimentos económicos na geografia do Grupo ESF(P)**

#### **1.1.3.1. Brasil**

A economia do Brasil cresceu 7,5% em 2010, sobretudo a partir do elevado dinamismo da procura interna, reafirmando-se assim como uma região económica de importância crescente no panorama global. Os últimos dois anos mostraram que o Brasil dispõe de fundamentos económicos que permitem superar situações críticas com menos danos do que no passado. Mas o ano de 2010 demonstrou também que se mantém o desafio de aumentar o crescimento potencial, de forma a evitar situações em que, perante um ritmo de crescimento intenso, surgem receios de aparecimento de desequilíbrios macroeconómicos importantes.

De facto, com a produção do sector industrial a regressar, em 2010, ao patamar pré-crise, observaram-se sinais crescentes de exaustão de capacidade excedente no sector, sugerindo o risco de pressão em alta sobre a inflação. Este quadro é ainda mais evidente quando se observa o desempenho do comércio a retalho, que cresceu de maneira praticamente ininterrupta ao longo de 2010, na sequência da expansão do crédito e do aumento do poder de compra da população brasileira advinda da condição de pleno emprego atingida. Com a procura em ritmo de forte expansão e com a capacidade excedente da economia praticamente esgotada, a inflação observou uma trajectória ascendente ao longo de todo o 2º semestre, atingindo 5,9% no final do ano.

Embora seja verdade que parte da deterioração do quadro inflacionista tenha sido provocada pela elevação dos preços das *commodities* – principalmente das agrícolas – o sector de serviços reajustou de maneira significativa os seus preços em resposta ao maior vigor do mercado doméstico. Neste contexto, o Banco Central optou por ajustar a taxa de juro de referência a partir de Abril, revertendo parte do estímulo monetário introduzido após a crise financeira de 2008. A taxa SELIC aumentou, assim, de 8,75% para 10,75% no conjunto do ano.

Se a condição sólida dos fundamentos económicos brasileiros já era um forte atractivo para os investidores estrangeiros, a elevação da taxa básica de juros, combinada com perspectivas ainda favoráveis de crescimento, aumentaram ainda mais esta atractividade, o que se traduziu num fluxo elevado de investimento externo na economia. A forte capacidade de captação de recursos do exterior permitiu não apenas que o défice da balança corrente tenha praticamente duplicado em 2010 frente ao montante registado em 2009, mas também que se observasse uma nova elevação no volume de reservas internacionais, que encerraram o ano de 2010 muito próximas de USD 300 mil milhões, montante bem superior à dívida externa total (pública

e privada) do país, consolidando-se assim a posição de credora líquida da economia brasileira. O real apreciou-se face ao dólar no conjunto de 2010, situando-se em USD/BRL 1,66 no final do ano, a partir de um valor de USD/BRL 1,74 no final de 2009.

Apesar da situação relativamente sólida dos fundamentos económicos e das perspectivas favoráveis de crescimento para os próximos anos, o índice Bovespa valorizou-se apenas em cerca de 1% em relação ao fecho de 2009, resultado de uma aparente correcção de preços e fuga para activos menos arriscados ao longo do 1º semestre. Esta tendência foi revertida ao longo da segunda metade de 2010, mas de uma forma insuficiente para levar o índice a novos máximos.

### **1.1.3.2. Angola**

Depois da forte desaceleração observada em 2009 (com o crescimento do PIB a cair de 5,6% para 2,5%), o conjunto das economias de África registou uma significativa recuperação em 2010, sobretudo assente na melhoria da conjuntura nos mercados das *commodities*, em particular ao nível da energia. Os países exportadores de petróleo da África Sub-Sahariana (incluindo Angola, Camarões, o Chade, a República do Congo, a Guiné Equatorial, o Gabão e a Nigéria) registaram um crescimento acima de 6%, aproveitando a tendência de subida dos respectivos preços e da procura (neste caso, sustentada, em parte, pela Ásia Emergente).

No caso específico de Angola, a aceleração da actividade económica em 2010 foi alicerçada num aumento das receitas petrolíferas, apesar de alguns problemas temporários que afectaram a produção, e num maior dinamismo dos sectores não energéticos (construção, serviços, agricultura, etc.), apesar de uma política orçamental mais restritiva. Refira-se a evolução do investimento privado que, no final do primeiro semestre, ascendia a USD 1,25 mil milhões, mais 177% em relação ao período homólogo de 2009. Assim, em 2010, a economia angolana cresceu ligeiramente acima de 2%, em aceleração face ao verificado em 2009 (0,7%).

No âmbito do acordo celebrado em 2009 com o FMI, pelo qual ficou estabelecida a concessão de um empréstimo num montante até USD 1,4 mil milhões, com o objectivo de favorecer a estabilização financeira da economia e de fazer face às necessidades de investimento em diversos projectos estruturantes, observou-se, já em 2010, a recuperação das reservas internacionais líquidas, o recomeço de leilões no mercado cambial, o aumento da transparência da gestão da dívida pública, a criação de um novo enquadramento legal para a aprovação de projectos de obras públicas e a proposta para a criação de um fundo soberano que possibilite a adequada gestão a longo prazo das receitas provenientes da produção petrolífera.

No plano cambial, desde que as autoridades monetárias decidiram abandonar o peg face ao dólar, o kwanza oscilou num intervalo USD/AOA 90-94. No entanto, a estabilidade face à divisa norte-americana proporcionou uma depreciação face ao euro, tendo em conta os ganhos que a moeda única europeia veio a registar. Assim, sendo a maioria das importações angolanas proveniente da União Europeia, este movimento cambial ajudou a sustentar a inflação num patamar acima do desejado pelas autoridades.

A evolução em alta do ritmo de crescimento dos preços continuou, assim, a verificar-se ao longo de 2010, condicionada sobretudo pelo desempenho dos preços dos produtos alimentares e bebidas. Para além dos factores cambiais atrás referidos, a subida internacional dos preços das *commodities* exerceu também uma forte influência sobre a taxa de inflação. Este efeito sobre os preços dos bens alimentares continuou ainda a ser suportado pelas dificuldades ao nível da capacidade logística e de distribuição, o que ajudou a reforçar a natureza prioritária dos investimentos em infra-estruturas logísticas (armazenamento, transporte e distribuição), bem como no aumento da capacidade produtiva interna. Neste contexto, a inflação média anual subiu para um valor ligeiramente superior a 15% em 2010.

Ao nível da política monetária, e pela primeira vez em dois anos, o Banco Nacional de Angola reduziu a taxa de juro que cobra aos bancos comerciais por empréstimos de curto prazo, procurando suportar a dinamização da actividade económica. Assim, a taxa de desconto desceu 5 pontos percentuais, de 30% para 25%.

### **1.1.3.3. Espanha**

A economia espanhola registou um recuo marginal em 2010 (-0,1%), reagindo assim à forte contracção registada em 2009 (-3,7%). O melhor desempenho deveu-se fundamentalmente à recuperação do consumo das famílias, ao avançar 1,3% em termos anuais, apesar da evolução desfavorável do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a agravar-se de 18,8% para 20,33% da população activa, o valor mais elevado em mais de uma década.

Já o investimento caiu 7,4%, novamente condicionado pela evolução negativa do sector da construção (reco de mais de 10%), mas compensado, em parte, pela despesa em bens de equipamento (2,2%). Por seu turno, o consumo público sofreu uma quebra, em consequência das medidas de austeridade implementadas pelo Governo. Este desempenho permitiu uma recuperação do contributo da procura interna para o crescimento da economia. Por outro lado, a procura externa líquida contribuiu positivamente para o crescimento, com as exportações a recuperarem, graças à aceleração da economia global e a ganhos de competitividade, e com as importações a evoluírem a um ritmo inferior.

Após uma queda ligeira registada em 2009, a taxa de inflação média anual elevou-se a 1,7%, em consequência da subida dos preços dos combustíveis face ao registado no ano anterior e à elevação, a 1 de Julho, da taxa do IVA.

Após um défice orçamental de 11,1% do PIB em 2009, em consequência da forte contracção da actividade, o défice orçamental diminuiu para próximo de 9,3% do PIB em 2010. Para além da subida do IVA, os salários dos funcionários públicos sofreram uma redução de 5% e o Governo procedeu a cortes significativos na saúde, no investimento e nas prestações sociais. Estas medidas de cariz restritivo foram reforçadas num contexto das preocupações dos investidores com a sustentabilidade da dívida pública dos países da periferia da Zona Euro. Neste plano, a agência de *rating* Standard & Poor's reviu em baixa o *rating* da dívida pública espanhola de AA+ para AA, tal como as agências Fitch e Moody's, que baixaram os respectivos *ratings* de AAA para AA+ e Aaa para Aa1. De um modo geral, as três agências evidenciaram a debilidade da economia (que enfraquece a posição orçamental), o forte endividamento do sector privado, um mercado de trabalho pouco flexível e o impacto que a reestruturação necessária do sector financeiro terá no processo de recuperação da economia.

## 1.2. Situação económica nacional

O ano de 2010 foi caracterizado por uma deterioração das condições financeiras enfrentadas pela economia portuguesa, em resultado da maior aversão ao risco dos investidores face à periferia da Zona Euro e, sobretudo, na sequência do *downgrading* da República (em dois graus, para A-) levado a cabo, em Abril, por uma das principais agências de *rating*. No conjunto do ano, o *spread* dos títulos de dívida pública a 10 anos face ao benchmark alemão subiu 296 pontos base, para 364 pontos base (tendo atingido um máximo de 460 pontos base em meados de Novembro). Apesar de uma situação sólida ao nível da solvabilidade, os Bancos portugueses passaram a enfrentar um ambiente externo adverso no acesso à liquidez, forçando um maior recurso às operações de cedência de liquidez do BCE e obrigando a um ajustamento das condições de financiamento da actividade económica interna, no sentido de um aumento da sua restritividade.

Em todo o caso, e não obstante uma evolução desfavorável do consumo e do investimento na segunda metade do ano, a economia portuguesa registou em 2010 um crescimento anual de 1,4%, acima das expectativas, beneficiando, em particular, do dinamismo das exportações. Este desempenho relativamente favorável contrasta com os registos negativos de crescimento observados nas outras economias da periferia sob o foco dos mercados (Espanha, Irlanda e Grécia) e resulta também, em parte, do facto de a procura interna não ter sido afectada, como em outras economias, por efeitos-riqueza negativos associados a fortes correcções do mercado imobiliário.

No contexto da crise do risco soberano da Zona Euro, a política orçamental foi caracterizada, em 2010 (sobretudo no último trimestre), pela adopção de medidas fortemente restritivas, com o objectivo de reduzir o défice de 9,3% do PIB, em 2009, para 4,6% do PIB em 2011. Estas medidas incluíram o aumento da carga fiscal nos impostos sobre o rendimento e sobre o consumo, destacando-se, neste caso, a subida do IVA, de 20% para 21% em Julho, e de 21% para 23% já em Janeiro de 2011. Do lado da despesa, destaca-se o anúncio da redução dos salários e o congelamento de admissões na função pública, para além de cortes nas despesas sociais e de investimento. Em 2010, o défice das Administrações Públicas reduziu-se para um valor em torno de 6,9% do PIB (abaixo da estimativa inicial de 7,3%, embora beneficiando de uma receita extraordinária de cerca de 1,1% do PIB, decorrente da transferência dos fundos de pensões da PT para o sistema público de pensões). A dívida pública subiu de 76,1% para 82,1% do PIB, mantendo-se abaixo da média da Zona Euro, de 84,1% do PIB.

A subida da taxa média anual de desemprego, de 9,5% para 10,8% da população activa, e a perspectiva de redução do rendimento disponível penalizaram a confiança dos consumidores e determinaram uma desaceleração da procura interna na parte final do ano. No entanto, no conjunto de 2010, o consumo privado cresceu ainda cerca de 1,9%, sobretudo em resultado da antecipação de decisões de consumo, face aos aumentos do IVA atrás referidos. Este efeito foi particularmente visível na aquisição de bens duradouros (sobretudo veículos de transporte). Em termos médios anuais, a inflação no consumo subiu de -0,8% para 1,4%, observando-se uma aceleração mais visível dos preços nos últimos meses do ano, sobretudo em função da subida dos preços da energia. A inflação homóloga atingiu 2,5% em Dezembro.

### Quadro 1: Portugal – Principais Indicadores Económicos

Taxas de crescimento real (%), excepto quando indicado.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 E
PIB	-0,9	1,6	0,8	1,4	2,4	0,0	-2,5	1,4
Consumo Privado	-0,2	2,7	1,7	1,8	2,5	1,8	-1,0	1,9
Consumo Público	0,4	2,4	3,3	-0,7	0,5	1,1	3,4	2,1
Investimento	-7,9	3,7	-0,9	-0,6	2,0	-0,5	-14,0	-5,7
Exportações	3,6	4,1	0,2	11,6	7,6	-0,3	-11,7	8,8
Importações	-0,5	7,6	2,3	7,2	5,5	2,8	-10,6	4,6
Inflação (IPC)	3,3	2,4	2,3	3,1	2,5	2,6	-0,8	1,4
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3,0	-3,4	-5,9	-4,1	-2,8	-2,9	-9,3	-6,9
Dívida Pública (% do PIB)	55,1	56,5	61,7	63,9	62,7	65,3	76,1	82,1
Desemprego (% da população activa)	6,4	6,7	7,6	7,7	8,0	7,6	9,5	10,8
Saldo Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	-4,1	-6,0	-8,2	-9,1	-8,9	-11,1	-10,1	-8,7

Fontes: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Comissão Europeia, OCDE, ES Research.

A deterioração das expectativas face à evolução da procura interna e externa, os elevados níveis de incerteza e as condições mais restritivas de financiamento levaram a uma nova queda do investimento (perto de 6%, após um registo de -14% em 2009). A retracção das despesas de capital foi comum a todos os sectores – famílias, empresas e Administrações Públicas.

As exportações registaram um crescimento em torno de 8,8%, após um recuo de 11,7% no ano anterior. Para este desempenho contribuíram, sobretudo, as exportações associadas à indústria transformadora, beneficiando da recuperação da procura e da actividade industrial a nível global e, por arrastamento, nos principais parceiros comerciais de Portugal na Zona Euro (com destaque para a Alemanha, com um crescimento anual do PIB de 3,6%). As encomendas externas à indústria mantinham um forte crescimento na parte final do ano (perto de 50%, em termos nominais e homólogos).

O comportamento favorável das exportações e o progressivo ajustamento da procura interna (pressionando em baixa as importações) contribuíram para uma redução do défice externo. Em 2010, o saldo conjunto das balanças corrente e de capital, que reflecte as necessidades líquidas de financiamento externo da economia, reduziu-se de 10,1% para 8,7% do PIB. O processo de *deleverage* em curso na economia portuguesa foi também visível no recuo do stock de responsabilidades externas líquidas, de 111% para 109% do PIB.

## **2. Actividade da Espírito Santo Financial (Portugal), Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**

No período em apreço, a actividade da ESF(P) consistiu, essencialmente, na gestão da participação na BESPARG – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. (BESPARG), tendo acompanhado a actividade desta subsidiária e, por seu intermédio, a actividade do Grupo Banco Espírito Santo (Grupo BES), e ainda, através da associada PARTRAN – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (PARTRAN) a actividade da seguradora Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (Tranquilidade), bem como das seguradoras por esta detidas, a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (T-Vida), a Seguros Logo, S.A. (Logo) e a Pastor Vida, S.A. de Seguros y Reaseguros.

Como aspectos significativos da actividade desenvolvida durante o exercício de 2010, há a registar a participação no aumento de capital realizado pela PARTRAN. Este aumento de capital, no montante de 75 milhões de euros, foi concretizado em Dezembro de 2010 mediante a emissão de 15 milhões de novas acções com valor nominal de 5 euros cada. O aumento de capital foi integralmente subscrito pelos accionistas da sociedade na mesma proporção das participações detidas, sendo que, uma parte no montante de 25 milhões de euros foi realizada

em Dezembro de 2010 e a parte remanescente no montante de 50 milhões de euros, será realizada no prazo de cinco anos. Consequentemente, à ESF(P) foram atribuídas 6 750 000 novas acções, o que representou um investimento de 33,8 milhões de euros, dos quais 22,5 milhões de euros serão realizados num prazo de 5 anos.

Em 31 de Dezembro de 2010, a ESF(P) detinha 210 700 027 acções representativas de 67,4% do capital social da BESPAN e de igual percentagem de direitos de voto e detinha 27 029 700 acções representativas de 45% do capital social da PARTRAN e de igual percentagem de direitos de voto.

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital da ESF(P), integralmente subscrito e realizado pela Espírito Santo Financial Group S.A., era representado por 80 milhões de acções com o valor nominal de 5 euros cada.

As demonstrações financeiras individuais da ESF(P) relativas a 31 de Dezembro de 2010 foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005. As NCA traduzem-se na aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal.

Em termos da evolução da estrutura financeira da ESF(P), no período em análise, registou-se um ligeiro aumento do activo líquido em 11,4 milhões de euros (0,7%), o qual atingiu o montante de 1 625,4 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, enquanto que em 31 de Dezembro de 2009 o seu valor totalizava 1 614,0 milhões de euros. Ao nível do passivo, que ascende a 1 064,6 milhões de euros, verificou-se um aumento superior ao do activo, no montante de 155,2 milhões de euros (17,1%), face a 31 de Dezembro de 2009.

Detalhando a análise, realçamos os seguintes factos:

- i A rubrica de Investimentos em subsidiárias e associadas, que em 31 de Dezembro de 2010 apresenta um saldo de 1 625,1 milhões de euros, registou um acréscimo de 11,3 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2009, em resultado da participação no aumento de capital da PARTRAN;
- ii A rubrica de Outros empréstimos compreende exclusivamente os empréstimos da accionista Espírito Santo Financial Group S.A. (ESFG), concedidos a título de suprimentos, que em 31 de Dezembro de 2010 ascendiam a 966,5 milhões de euros, enquanto em 31 de Dezembro de 2009 se cifraram em 810,8 milhões de euros;

- iii Distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2009 no montante de 90 milhões de euros e um dividendo adicional no montante de 50 milhões de euros, o que perfaz um total de 140 milhões de euros.

Ao nível da Demonstração dos resultados, merece destaque o facto de nenhuma das participadas da ESF(P) ter procedido à distribuição de dividendos, ao contrário do que tinha sucedido em 2009, em que no âmbito da distribuição da BESPARG foram atribuídos à ESF(P) 306,4 milhões de euros.

O Produto da actividade em 2010 situou-se nos 2,0 milhões de euros negativos, enquanto que em 2009 atingiu 301,9 milhões de euros positivos, essencialmente como resultado de não ter havido lugar à distribuição de dividendos por parte da BESPARG.

Os factos acima assinalados conduziram a um prejuízo apurado no exercício de 2010, em base individual, de 3,9 milhões de euros, enquanto que em 2009 havia sido apurado um lucro de 300,0 milhões de euros.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º 1/2005), na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Directiva n.º 2003/51/CE, de 18 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho.

O resultado consolidado do exercício de 2010 atribuível aos accionistas da empresa-mãe foi positivo no valor de 134,2 milhões de euros, o que evidencia um aumento de 1% face ao registado no ano anterior (2009: 132,9 milhões de euros).

Para a obtenção deste resultado contribuíram as seguintes entidades:

- O Grupo BES, positivamente, com um montante de 138,2 milhões de euros (2009: 138,6 milhões de euros);
- A ESF(P) e a BESPARG (ambos em base individual), negativamente, com um montante de 4,7 milhões de euros (2009: 8,7 milhões de euros); e
- A PARTRAN, positivamente, com um montante de 0,7 milhões de euros (2009: 3,0 milhões de euros).

Relativamente a 31 de Dezembro de 2010, e à semelhança do que havia acontecido no ano anterior, não existiam quaisquer situações que requeressem a constituição de provisões.

A sociedade também não adquiriu, nem alienou, durante o exercício de 2010 quaisquer acções próprias, nem foram solicitadas ou concedidas, pelos administradores, quaisquer autorizações com vista à celebração, por estes, de negócios com a sociedade, a qual, como é sabido, não dispõe de quaisquer sucursais.

Como a actividade da ESF(P) está cometida à gestão das participações que hoje detém no capital social da BESPARG e da PARTRAN e, através destas, no capital social do BES e da Tranquilidade, os seus resultados não podem deixar de reflectir a evolução das actividades desenvolvidas pelo BES e pela Tranquilidade, bem como, pelo conjunto das instituições de crédito, sociedades financeiras e empresas seguradoras que, incluídas nos seus perímetros de consolidação, com elas formam os denominados Grupo Banco Espírito Santo e Grupo Tranquilidade.

Impõe-se, portanto, uma referência, embora sumária, à actividade desenvolvida e aos resultados alcançados no sector bancário pela BESPARG e pelo Grupo BES, e no sector segurador pela PARTRAN e pelas suas filiais seguradoras, o que faremos de seguida.

### **3. Actividade e resultados das empresas participadas**

#### **3.1. BESPARG – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**

No exercício em apreço, a actividade da BESPARG consistiu na gestão da participação financeira no Banco Espírito Santo, S.A..

##### **3.1.1. Participação no capital social do BES**

Em 31 de Dezembro de 2010, a BESPARG detinha 466.666.666 de acções representativas de 40,00% do capital social do BES, e de igual percentagem de direitos de voto.

De acordo com o disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários, são também contados como pertencentes à BESPARG, 0,196% dos direitos de voto correspondentes a 2 286 816 acções do BES detidas pelos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

Pelo que antecede, e em aplicação dos supracitados normativos, são atribuíveis à BESPARG, directa e indirectamente, votos correspondentes a cerca de 40,196% do capital social do BES.

Ao nível dos rendimentos obtidos da participação financeira no BES, no exercício de 2010, a BESPARG recebeu dividendos no valor de 65 milhões de euros.

### 3.1.2. Estrutura accionista actual

No decurso do exercício de 2010 a estrutura accionista da BESPARG não sofreu qualquer alteração e, em 31 de Dezembro de 2010, é composta como segue:

ACCIONISTAS	Nº ACÇÕES	% C. SOCIAL
ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SGPS, SA	210.700.027	67,40%
CREDIT AGRICOLE, SA	71.523.523	22,88%
PREDICA - PREVOYANCE DIALOGUE DU CREDIT AGRICOLE, SA	30.388.857	9,72%
<b>TOTAL</b>	<b>312.612.407</b>	<b>100,00%</b>

### 3.1.3. Outros factos relevantes relativos à actividade da BESPARG durante o exercício de 2010

A evolução da estrutura financeira da BESPARG, em termos individuais, reflecte a actividade corrente desenvolvida no exercício. Da análise ao balanço, constata-se uma ligeira diminuição do activo líquido em cerca de 37,3 milhões de euros (representa uma redução de 1,9%), o qual atingiu o montante de 1 888,2 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010. Ao nível do passivo, verifica-se que houve a liquidação quase integral do mesmo, no montante de 101,4 milhões de euros (corresponde a uma redução de 99,9%) face a 31 de Dezembro de 2009. Detalhando a análise da evolução do balanço da Sociedade, sobressaem os seguintes factos:

- i) Diminuição da rubrica de Outros activos no montante de 29,9 milhões de euros devido ao reembolso, em Junho de 2010, do valor remanescente dos suprimentos concedidos à Partran; e
- ii) Ainda em Junho de 2010, liquidação do financiamento obtido junto de uma instituição bancária no montante de 101,4 milhões de euros.

Relativamente ao capital próprio da Sociedade, constata-se um aumento de 64,2 milhões de euros, tendo atingido um montante de 1 888,1 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, o qual corresponde ao resultado apurado no exercício.

Ao nível da demonstração dos resultados, do lado dos proveitos, merece destaque o aumento dos dividendos decorrentes da participação que a BESPARG detém no BES. Este aumento nos dividendos só foi possível devido ao aumento de 29,8% do resultado consolidado do BES, comparativamente com o resultado apurado em 2009, em consequência do bom desempenho

da sua actividade internacional e da mais-valia resultante da alienação de 24% do BES Angola. O aumento no montante dos dividendos recebidos foi de 33,3 milhões em euros, tendo sido registado o valor de 65,3 milhões de euros em 2010 (2009 – 32 milhões de euros). Verificou-se também um decréscimo da rubrica de Juros e rendimentos similares, que de 0,3 milhões de euros em 2009 passou para 0,1 milhões de euros em 2010, devido essencialmente, à existência de menores excedentes pontuais de tesouraria.

Do lado dos custos, registou-se uma diminuição na rubrica de Juros e encargos similares no montante de 2,4 milhões de euros, sendo que em 31 de Dezembro de 2010 o seu saldo ascendia a 0,8 milhões de euros (2009 – 3,2 milhões de euros). Esta redução é explicada essencialmente pela liquidação do empréstimo obtido junto de uma instituição bancária em Junho de 2010.

O Produto da actividade em 2010 situou-se em 64,5 milhões de euros (2009 - 28,9 milhões de euros), o que reflecte um aumento de 35,6 milhões de euros. Para esta evolução contribuiu, sobretudo, o aumento em 33,3 milhões de euros dos dividendos decorrentes da participação que a BESPARG detém no BES.

Os factos acima apontados conduziram a um resultado do exercício de 2010, em base individual, de 64,2 milhões de euros (2009 – 28,6 milhões de euros).

### **3.2. Grupo Banco Espírito Santo**

O Grupo BES tem prosseguido, desde a privatização em 1992, uma consistente e clara estratégia de crescimento orgânico no **mercado doméstico** que tem permitido atingir consecutivos ganhos de quota de mercado: a quota média de mercado mais que duplicou entre 1992 e 2010, passando de 8,5% para 20,3%.

Na quota de mercado registada em 2010 importa referir o forte posicionamento nas linhas de negócio relacionadas com a actividade da Banca de Empresas, incluindo a quota de 27,5% no *Trade Finance*, o que evidencia o importante papel que o Grupo BES tem no apoio à internacionalização do tecido empresarial nacional.

Ao longo do ano, foram captados 119 mil novos clientes, fruto da articulação entre a rede de balcões (731 unidades em Portugal) e os principais canais de captação de clientes, em particular os programas *Cross-Segment*, *Assurfinance* e os restantes programas de captação em parceria com promotores externos. A captação total, incluindo as unidades internacionais, ascendeu a 140 mil clientes desde o início do ano.

A **estratégia de expansão internacional** tem sido determinante para os resultados, ao longo do exercício foram dados passos muito significativos no desenvolvimento desta estratégia, sendo de destacar as seguintes realizações:

- aquisição de 40% do capital social do **Aman Bank**, banco privado com sede em Trípoli (Líbia), tendo o Grupo assumido o controlo da gestão (Abril);
- constituição do **Banco Espírito Santo Cabo Verde** (Julho);
- assinatura de um memorando de entendimento entre o **Banco Espírito Santo, o Banco do Brasil e o Banco Bradesco** (Brasil) que visa a definição de uma estratégia comum de desenvolvimento no continente africano, através da **BES África** – holding do Grupo BES para as participações em entidades financeiras em África (Agosto);
- aquisição de uma participação de 25,1% do capital social do **Moza Banco**, instituição bancária moçambicana, efectuada já em 20 de Janeiro de 2011;
- compra pela ESAF, ao Banco Pastor (Espanha), da totalidade do capital social da **Gespastor SGIIC**, uma sociedade gestora de investimento colectivo (Dezembro);
- aquisição pelo BES Investimento de uma participação de 50,1% no **Execution Holdings Limited**, grupo de banca de investimento e corretagem internacional com sede em Londres (Dezembro).

O conjunto das unidades internacionais originou um resultado no valor de 203,8 milhões de euros, correspondente a um aumento de 13,6%. O produto bancário comercial aumentou 53,2%, assente na performance do resultado financeiro (+63,1%) e do comissionamento (+31,1%), que conjugada com uma menor carga de provisões levou ao aumento da sua representatividade no resultado consolidado para 40% (2009: 34%).

Os **activos totais** mantiveram-se praticamente ao nível do ano anterior (-0,9%) ascendendo a cerca de 105,5 mil milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010.

O crescimento dos depósitos de clientes (+ 21,1%) não foi suficiente para compensar uma redução de 7,6% nos recursos totais de clientes. O crédito teve um aumento de 3,3%, incluindo o securitizado, próximo do valor registado no exercício de 2009 (+3,8%), mas em desaceleração significativa no 4º trimestre devido à implementação do programa de *deleverage* que permitiu a progressão francamente positiva do rácio crédito/depósitos de 192% para 165%.

O crédito concedido às empresas continua a ser a componente mais dinâmica, registando um acréscimo de 1,7 mil milhões de euros (+4,7%) e que contrasta com a evolução do crédito a particulares, que se manteve ao nível do registado no final do exercício de 2009. A evolução do crédito a empresas demonstra o continuado empenho do Grupo BES no suporte ao tecido empresarial nacional, O peso do crédito a empresas na carteira representa 73% do total.

A dinâmica comercial internacional traduziu-se em expressivos crescimentos de crédito e de recursos, superiores aos registados na actividade doméstica. De facto, o correspondente crédito a clientes aumentou 6,4% para 11 186 milhões de euros e representa actualmente 21% da carteira de crédito consolidada do Grupo BES.

Num contexto macroeconómico marcado pelo crescente agravamento do risco soberano nos países periféricos da Zona Euro, o Grupo BES encerrou o exercício de 2010 com um resultado de 510,5 milhões de euros, representativo de uma redução de 2,2% face ao exercício anterior e de uma Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) de 8,6%. Em base comparável, e neutralizando os efeitos das transacções não recorrentes de 2009 (venda de 24% do BES Angola) e em 2010 (dividendo extraordinário da Portugal Telecom), o resultado comparável teria uma redução de 8,8%.

Os resultados atribuíveis à área doméstica sofreram uma redução de 10,5% com origem na queda do resultado financeiro (-29,1%). No entanto, esta quebra foi atenuada pela realização de mais valias e por uma maior contribuição dos dividendos que determinaram o apuramento de um crédito fiscal de 16 milhões de euros.

As unidades de negócio internacionais apresentam, na sua quase totalidade, resultados positivos com destaque para o contributo do Reino Unido e Angola. A recuperação em Espanha conjugada com o desempenho do BES Angola e da actividade no Brasil fez com que o contributo do triângulo estratégico tivesse atingido os 137,5 milhões de euros, representativo de 67% do total internacional e traduzindo um crescimento de 30,3%.

O **produto bancário** comercial registou uma progressão de +2,7%, tendo o crescimento de 12,4% dos serviços a clientes mais que compensado a quebra de 3,1% do resultado financeiro. Esta performance, conjugada com a redução de 18,4% dos resultados de mercados levou a que o produto bancário registasse uma redução de 1,9%.

A redução homóloga de 37 milhões de euros do **resultado financeiro** é justificada, na sua parte mais significativa, pelo efeito preço negativo em 104 milhões de euros; com os activos financeiros médios a aumentarem 6% o efeito volume situou-se em 73 milhões de euros o qual não foi suficiente para compensar a quebra do resultado financeiro pelo efeito das taxas médias praticadas que fizeram reduzir mais significativamente os juros dos activos financeiro (-182 milhões de euros) que os juros dos passivos financeiros (-78 milhões de euros).

De sublinhar a representatividade do resultado financeiro internacional que passou de 28% em 2009 para 47% do total consolidado no exercício agora findo.

O resultado apurado, no que se refere aos **serviços prestados aos clientes**, situou-se em 806,9 milhões de euros, correspondente a um aumento de 12,4% em termos homólogos, consolidando a trajectória de crescimento já evidenciada no exercício de 2009 e continuada ao longo de 2010.

A dinâmica apresentada pelo comissionamento foi suportada por uma continuada execução da política de adequação dos produtos e serviços disponibilizados às necessidades dos clientes, com elevação dos padrões de qualidade e por uma constante inovação na oferta, com destaque para:

- os créditos documentários, cujo crescimento (+78,9%) se encontra ligado ao desenvolvimento de operações de comércio externo, com especial destaque para os mercados emergentes decorrente da estratégia de apoio à internacionalização das empresas portuguesas;
- as garantias prestadas, designadamente da área de empresas e relacionadas com a dinamização do mercado de papel comercial, com um incremento de 26,1%;
- o crescimento de 21,7% das comissões sobre empréstimos;
- a gestão de activos, pese embora o menor dinamismo nesta modalidade de captação de poupança, observou uma ligeira melhoria no comissionamento (+3.2%);
- os cartões têm demonstrado um novo impulso, registando um aumento de 14% nas comissões com eles relacionadas.

Os **resultados de mercados e diversos** tiveram uma contribuição positiva, registando lucros no primeiro trimestre de 109,8 milhões de euros, no segundo de 95,9 milhões de euros, no terceiro de 46,2 milhões de euros e no quarto trimestre de 181 milhões de euros. A avaliação da evolução dos resultados por tipos de risco revela que todas as áreas registaram lucros, excepto a área de crédito, destacando-se em especial a negociação de acções com resultados de 203,2 milhões de euros e a área cambial com cerca de 60 milhões de euros. Os resultados do exercício de 2010 incluem 89,1 milhões de euros relativos a dividendos extraordinários distribuídos pela Portugal Telecom.

A evolução dos **custos operativos** evidenciam um crescimento anual de 10,8%, com os custos da área internacional a crescerem 27,7%, acima dos 6,3% do registo doméstico.

A evolução dos custos internacionais reflecte o desenvolvimento das novas unidades adquiridas ou criadas no exercício; enquanto que parte do incremento das despesas domésticas se relaciona com o apoio da estrutura corporativa na implementação da estratégia de internacionalização.

As responsabilidades do Grupo para com pensões de reforma e cuidados médicos encontram-se totalmente financiadas e ascendem a 2 205 milhões de euros, tendo a contribuição para os fundos de pensões no ano, totalizado de 58 milhões de euros.

Os gastos gerais administrativos, tiveram uma progressão de +9,6% devido à actividade no exterior (+24,1%) cujos investimentos nas plataformas informáticas e em instalações também se reflectiram nas amortizações que aumentaram 14,8%.

A expansão da actividade internacional do Grupo, tem condicionado um melhor comportamento dos indicadores de produtividade e eficiência, não obstante os progressos conseguidos com a implementação continuada de medidas de contenção e racionalização dos meios humanos e operativos, com a simplificação de processos e com a conseqüente intensificação dos investimentos em novas tecnologias.

Assim, o **Cost to Income** (com mercados) registou um aumento de 5,5 p.p. para 48,6% mantendo-se, todavia, consistentemente abaixo dos 50%.

As **provisões para crédito** foram reforçadas em cerca de 352 milhões de euros, sendo a redução face ao período homólogo do ano anterior, tanto na área doméstica como na internacional, em parte justificada pela dotação excepcional de 106 milhões de euros realizado em 2009.

A dotação de provisões para títulos, na sequência da observância de indícios de imparidade em alguns emitentes de dívida titulada, atingiu 76,5 milhões de euros.

O reforço de provisões para riscos e encargos diversos, cujo montante ascendeu a 105,3 milhões de euros, visa a cobertura de contingências diversas inerentes à normal actividade do Grupo e à cobertura da desvalorização de certos activos, nomeadamente, de imóveis recebidos em dação por recuperações de crédito que justificam cerca de 54% do reforço realizado no ano.

A carga de provisionamento para crédito situou-se em 0,67% (2009: 1,07%; base comparável: 0,86%) e o rácio de cobertura do crédito total (Provisões para Crédito / Crédito a Clientes) passou a ser de 3,38% (Dez,09: 3,07%) com o saldo de provisões para crédito a passar para 1 777 milhões de euros, aumentando cerca de 225 milhões de euros em relação a Dezembro de 2009.

Ao nível da **gestão financeira**, e no âmbito de uma prudente política de gestão de liquidez, especialmente importante no contexto da actual crise, o Grupo BES manteve um enfoque particular na diversificação das fontes de financiamento, na promoção de aplicações em activos com maior liquidez e no aumento dos activos elegíveis para redesconto junto dos Bancos Centrais, em particular o BCE.

Não obstante o clima de instabilidade e a dificuldade crescente em aceder aos mercados internacionais que afectaram de forma generalizada todos os emitentes Portugueses, o Grupo BES conseguiu aproveitar as escassas janelas de oportunidade que ocorreram no primeiro quadrimestre do ano, acedendo ao mercado de capitais com as seguintes emissões, colocadas em investidores institucionais:

- Emissão de dívida sénior a cinco anos, realizada em Janeiro, no montante de 750 milhões de euros, ao abrigo do programa de EMTN;
- Emissão de dívida sénior a cinco anos, realizada pelo BESI Brasil em Março, no montante de 500 milhões de dólares;
- Emissão de obrigações permutáveis indexadas às acções ordinárias do Banco Bradesco, realizada em Abril, no montante de 950 milhões de dólares;
- Emissão de obrigações permutáveis indexadas às acções ordinárias da EDP, concluída em Maio, no montante de 500 milhões de euros.

O acesso às operações de redesconto do BCE continuou a ser fundamental para colmatar a inacessibilidade aos mercados de curto e médio prazo. Todavia, o Grupo BES conseguiu reduzir a posição líquida devedora junto do BCE no 2º semestre no montante de 2,1 mil milhões de euros, passando de 6 mil milhões de euros no final de Junho para 3,9 mil milhões de euros no final de Dezembro. Esta redução que tem vindo a ser consistentemente conseguida desde Agosto, foi possível graças ao efeito combinado da venda de activos não correlacionados com os países “periféricos” da Europa e do esforço na captação de depósitos de clientes que reforçaram o seu peso na estrutura de *funding*, passando de 45% em 2009 para 52% no final de 2010.

O *Gap* de Liquidez também registou uma melhoria ao longo do ano, com uma redução de 1,7 mil milhões de euros face ao primeiro semestre do ano e de 0,6 mil milhões de euros face ao trimestre anterior.

Já no final do ano, o Grupo colocou junto dos seus clientes de retalho cinco emissões de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com Juros Condicionados no montante global de 320 milhões de euros que permitiram o reforço dos fundos próprios de base (Tier I) do Grupo.

A carteira de títulos elegíveis para redesconto constitui uma fonte adicional de liquidez, quer através do redesconto junto do Banco Central Europeu, quer no mercado de repos. Inserido no plano de contingência desenhado pelo Grupo, a carteira de títulos elegíveis para redesconto tem vindo a ser reforçada de forma consistente, tendo sido estabelecido um plano de estruturação de operações de titularização de créditos por forma a monetizar activos ilíquidos do seu balanço. Neste âmbito, foram executadas as seguintes transacções durante o ano de 2010:

- Operação de securitização de *leverage loans* concluída em Fevereiro, com uma tranche AAA no montante de 290 milhões de euros;
- Emissões de obrigações hipotecárias no montante de 1 875 milhões de euros;
- Operação de securitização de créditos a pequenas e médias empresas concluída em Dezembro, com uma tranche AAA de 1 107 milhões de euros.

No global, a carteira de activos elegíveis atingiu em Dezembro o valor de 16,5 mil milhões de euros dos quais 10,8 mil milhões de euros são elegíveis para operações de redesconto junto do BCE.

A valorização das **principais exposições accionistas** da carteira de "Activos disponíveis para venda", que inclui o Banco Bradesco, Electricidade de Portugal, Portugal Telecom e Banque Marocaine du Commerce Extérieur, traduzia ganhos potenciais em 31 de Dezembro de 2010 no montante de cerca de 120,3 milhões de euros. Como decorre do actual enquadramento prudencial, as perdas potenciais são deduzidas aos fundos próprios de base (Core Tier I) ajustadas pelos activos por impostos diferidos, enquanto que os ganhos potenciais em títulos de capital são elegíveis como Tier II em apenas 45% do respectivo valor bruto.

Em 31 de Dezembro de 2010, a cotação de fecho da **acção BES** era de 2,88 euros, valor que traduz uma capitalização bolsista de 3 360 milhões de euros, continuando a constituir-se como a instituição financeira nacional com maior capitalização no NYSE Euronext Lisbon.

Apesar da desvalorização operada na cotação da acção BES (em 31/Dez/2009 era de 4,57 euros), em linha com a evolução do índice PSI20 e com a evolução das cotações dos bancos portugueses, a maior parte dos analistas mantém uma recomendação de compra/manutenção do título BES com um preço alvo médio superior à cotação de fecho do exercício.

O resultado por acção foi de 0,41 euros (2009: 0,42 euros), representativo de uma rentabilidade de 14,2% (2009: 9,2%) face à cotação em 31 de Dezembro de 2010.

No final de 2010, as notações atribuídas pelas agências de *rating* internacionais ao Banco Espírito Santo eram as seguintes:

**Standard & Poor's:** A 27 de Abril, na sequência da revisão do *rating* da República Portuguesa em dois *notches*, de A+ para A-, na dívida de longo prazo e de A-1 para A-2 na dívida de curto prazo, a S&P reduziu o *rating* do BES em um *notch* de A para A-, no longo prazo e de A-1 para A-2, no curto prazo.

**Moody's:** Em 14 de Julho, na sequência do *downgrade* da República Portuguesa em dois *notches*, a Moody's fez o *downgrade* dos bancos portugueses, tendo o *rating* do BES sido reduzido 1 *notch* de A1 para A2 para a dívida de longo prazo. No curto prazo o BES manteve o *rating* de P-1.

**Fitch:** A 21 de Julho o *rating* do BES foi reduzido pela Fitch de A+ para A-, com Outlook negativo, numa acção de revisão em baixa do *rating* dos bancos portugueses. Posteriormente, na sequência de um novo *downgrade* dos bancos portugueses em 8 de Novembro, em que o *rating* do BES foi reduzido de A para BBB+, o BES decidiu rescindir o contrato com a Fitch Ratings.

### **3.3. PARTRAN – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**

Durante o exercício de 2010 a actividade da PARTRAN cingiu-se ao acompanhamento da actividade da “Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.” e das suas filiais seguradoras.

Em 31 de Dezembro de 2010, a PARTRAN detinha 42 000 000 de acções representativas de 100% do capital social da Companhia de Seguros Tranquilidade, e de igual percentagem de direitos de voto.

#### **3.3.1. Factos relevantes relativos à actividade da PARTRAN durante o exercício de 2010**

Em 31 de Dezembro de 2010 o activo da PARTRAN é constituído fundamentalmente pela participação no capital da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., cujo valor de balanço ascende a 515,4 milhões de euros (2009: 490,4 milhões de euros).

A variação ocorrida em 2010 resultou de um aumento de capital social no montante de 75 000 milhares de euros, realizado mediante a emissão de 15 milhões de novas acções com valor nominal de 5 euros cada. O aumento de capital foi integralmente subscrito pela PARTRAN, sendo que, uma parte no montante de 25 000 milhares de euros foi realizada em Dezembro de 2010 e a parte remanescente no montante de 50 000 milhares de euros, será realizada no

prazo de cinco anos.

O passivo da PARTRAN, no montante de 133,8 milhões de euros, é composto, quase que exclusivamente, por empréstimos de accionistas. Face ao montante que apresentava em 31 de Dezembro de 2009 (141,9 milhões de euros), o passivo registou uma evolução favorável no montante de 8,1 milhões de euros em consequência da liquidação dos suprimentos concedidos pela BESPAN, no montante de 29,9 milhões de euros e da sua substituição por novos suprimentos da Espírito Santo Financial Group, no montante de 21,8 milhões de euros.

Ao nível dos rendimentos obtidos, no exercício de 2010 a PARTRAN recebeu da sua participada Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., dividendos no valor de 8,3 milhões de euros, enquanto que no exercício anterior, não tinha recebido quaisquer dividendos.

Ao nível dos custos, os Gastos gerais administrativos mantiveram-se com valores idênticos aos verificados em 2009, os quais ascenderam a 0,2 milhões de euros.

Este conjunto de circunstâncias contribuíram para que o resultado líquido apurado em base individual no exercício de 2010 atingisse 8,1 milhões de euros, enquanto no exercício de 2009, o resultado negativo ascendeu a 0,2 milhões de euros.

### 3.3.2. Estrutura accionista actual

Em 31 de Dezembro de 2010 a estrutura accionista da PARTRAN é como segue:

ACCIONISTAS	Nº ACÇÕES	% C. SOCIAL
Espírito Santo Financial Group SA	33.036.300	55,00%
Espírito Santo Financial (Portugal), S.G.P.S., SA	27.029.700	45,00%
<b>TOTAL</b>	<b>60.066.000</b>	<b>100,00%</b>

## 3.4. Grupo Tranquilidade

### 3.4.1. Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

A Companhia de Seguros Tranquilidade encerrou o exercício de 2010 com resultados líquidos de 11,6 milhões de euros que compara com os 9,2 milhões de euros alcançados no ano anterior.

O montante global de prémios de seguro directo atingiu os 327,5 milhões de euros em 2010, o que significa um crescimento de 6,1% em relação a 2009. O mercado segurador não vida apresentou um crescimento de apenas 0,9% relativamente ao ano anterior. Com performances bem acima da média do mercado, destaca-se a evolução do ramo Automóvel, que registou um crescimento de 7,0% o que compara com 0,4% alcançado pelo mercado. Esta evolução positiva resulta da estratégia firme de subida de preços ajustados ao risco, que a Tranquilidade tem vindo a desenvolver, num contexto de elevada concorrência do “canal directo” que apresenta crescimentos significativos (acima dos 20,0% em 2010). Apesar da actual conjuntura negativa do mercado de trabalho, os prémios de Acidentes de Trabalho na Tranquilidade cresceram 5,0% em relação ao ano anterior, destacando-se da maioria das seguradoras que apresentam quebras na produção, em média de 4,1%. Tal como em Automóvel, também no ramo de Acidentes de Trabalho o efeito da subida de preços começa a fazer-se sentir na produção da Tranquilidade. Evidencia-se também o bom desempenho em Acidente e Doença (+6,5%, com destaque para Saúde que cresceu 11,5%), Incêndio e outros Danos (+3,7%) e Responsabilidade Civil (+9,9%), com crescimentos acima da média do mercado (respectivamente +0,2%, +2,8% e +4,2%).

A quota de mercado da Tranquilidade subiu para 8,1% em 2010, o que compara com 7,5% em 2009, mantendo a Tranquilidade a 4ª posição em termos de ranking no segmento Não Vida.

O total de custos operacionais decresce 5,0%, atingindo um valor de 69,9 milhões de euros em 2010. A descida dos custos foi conseguida devido às fortes medidas de contenção desenvolvidas pela Companhia através da contínua implementação do programa de redução de custos iniciado em 2007.

A política financeira da Tranquilidade centrou-se no investimento e rotação, de obrigações de taxa fixa e da liquidez. Ao longo do ano, a gestão do investimento no mercado accionista, na sua maioria efectuada via fundos de investimento, foi desenvolvida com o objectivo de reduzir a volatilidade desses investimentos. Durante o ano, procedeu-se à conversão de parte do investimento em imóveis de rendimento directo para fundos de investimento imobiliário. Em 2010, os resultados financeiros ascenderam a 27,9 milhões de euros, representando um aumento de 37,0% face ao ano anterior, resultado das valias realizadas com a rotação e alienação de obrigações de taxa fixa, e do aumento dos dividendos de investimentos estratégicos.

Em 2010 o Capital Próprio aumentou em 66,3 milhões de euros relativamente ao ano anterior, ascendendo a 318,7 milhões de euros. Este aumento é justificado, sobretudo, pelo aumento verificado na Reserva de Reavaliação em empresas participadas e pelo aumento no Capital

Social de 135 milhões de euros para 210 milhões de euros, dos quais se encontram realizados 160 milhões de euros.

O rácio de solvabilidade situou-se em 573% o que compara com 361% registado em 2009. Para esta evolução favorável contribuiu o acréscimo dos Elementos Constitutivos, que engloba os Capitais Próprios, e no qual se destaca a variação da Reserva de Reavaliação – Justo valor.

A nível comercial a Tranquilidade demonstrou saber gerir o justo equilíbrio entre o curto e o longo prazo, para a criação de valor, num contexto de mercado particularmente adverso: cresceu 6%, permitindo recuperar 0,3p.p. de quota de mercado; todos os canais e segmentos de clientes evoluíram positivamente; aumentou a sua base de Clientes que ascende agora a aproximadamente 650 mil clientes; o programa Assurfinance simplificou o processo de captação de clientes e alinou-se com a prioridade de captação de recursos do BES com bastante sucesso. A nível operativo a Companhia implementou, em simultâneo, um conjunto de alterações que reforçaram a qualidade de serviço prestado a Clientes e Mediadores.

Para 2011, num enquadramento económico globalmente adverso e num ambiente de preços do sector segurador ainda muito degradado, a Tranquilidade, sempre alicerçada em princípios de rigor e solidez, continuará a seguir uma visão e rumo claros a nível da operação doméstica, e aproveitando oportunidades de expansão a nível internacional. Assim, a Tranquilidade continuará enfocada nas suas prioridades estratégicas:

1. O crescimento orgânico, ganhando peso nos actuais Parceiros e consolidando a entrada em novos Parceiros;
2. O reequilíbrio da rentabilidade, fazendo evoluir de forma progressiva e equilibrada os preços de novos e carteira dos principais ramos;
3. A melhoria da qualidade de serviço, nomeadamente, alargando a um portfólio mais abrangente de produtos as funcionalidades ao nível de gestão de sinistros nos Mediadores;
4. O aprofundamento do desenvolvimento internacional nos mercados identificados nos quais a Companhia pode tirar partido das suas competências, know-how e vantagens competitivas;
5. A contínua busca por uma maior eficiência operacional, de forma a permitir continuar a reduzir a base de custos de funcionamento.

No vector crescimento, as operações internacionais deverão avançar rapidamente no terreno durante 2011, numa lógica de acompanhamento às operações do BES nos mercados externos com elevado potencial de crescimento estrutural como Angola.

### **3.4.2. T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.**

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., Seguradora do Grupo Espírito Santo, constituída a 28 de Julho de 2006, iniciou a sua actividade no Ramo Vida, em 1 de Agosto de 2006, tendo assim quatro anos de actividade. No ano de 2010, a T-Vida apresentou um resultado líquido positivo de 5,1 milhões de euros. O total de prémios ascendeu a 164,4 milhões de euros, o que significa um crescimento de 59,9% face ao período homólogo. Esta variação está influenciada pela operação de capitalização financeira realizada em 2010, no valor de 70 milhões de euros. Excluindo esta operação, os prémios Vida apresentariam um decréscimo de -8,2%. Salienta-se o peso dos PPR's e produtos de Risco e Mistos, de 67,4% e 17,9%, respectivamente, produtos estratégicos para a T-Vida em termos de fidelização e margens técnicas elevadas.

O saldo técnico aumentou 40,1%, para 8,5 milhões de euros em 2010, resultado do crescimento dos prémios e da diminuição das comissões (2,3% dos prémios em 2010 e 3,7% em 2009) que compensaram o efeito do aumento da sinistralidade.

Os custos operacionais apresentaram um acréscimo de 15,5% face ao ano anterior, essencialmente devido ao aumento substancial de Custos com Pessoal (+53,1%, consequência principalmente do pagamento de remunerações aos órgãos sociais com retroactivos a Março 2009) e Fornecimentos e Serviços Externos (+16,5%, resultado do impacto de custos com comissões que aumentaram em resultado do acréscimo da produção).

A política financeira da T-Vida centrou-se no investimento e rotação de obrigações de taxa fixa e da liquidez. Ao longo do ano, a gestão do investimento sob o mercado accionista, na sua maioria efectuada via fundos de investimento, foi preconizada no sentido de limitar a volatilidade desses mercados. No final do ano, não havia qualquer investimento directo sob o mercado accionista. Em termos de resultados financeiros, excluindo o efeito dos Unit Links, o ano de 2010, apresenta um crescimento de cerca de 2,1 milhões de euros (+13,2%) face a 2009.

O rácio de solvabilidade situou-se em 107%, que compara com 193% registado em 2009. Para esta variação desfavorável contribuiu a redução dos elementos constitutivos em resultado da diminuição das prestações acessórias efectuadas (liquidação das prestações acessórias à Companhia de Seguros Tranquilidade no valor de 12,5 milhões de euros), e o aumento de perdas potenciais (reservas de reavaliação).

Em 2010 a T-Vida manteve a sua linha estratégica de crescer nos seguros de vida (Risco) e, em simultâneo, manteve uma posição relevante no mercado dos produtos PPR. A prestação de um serviço de qualidade aos seus Clientes e Parceiros de Negócio continuou a ser um dos

objectivos prioritários, pelo que, durante o ano, foi mantida uma política de introdução contínua de melhorias na informatização dos serviços.

Para 2011, a prestação de um de serviço de qualidade continuará a ser uma das principais preocupações da T-Vida, pretendendo ser no sector, uma empresa de referência. A sua base de actuação continuará inserida numa lógica de fidelização dos Clientes e de complementaridade à proposta de valor para os Agentes e Corretores da Tranquilidade. Assim, os principais pilares em que assentará o crescimento do negócio da T-Vida continuarão a ser:

1. O alargamento da base de Agentes distribuidores de produtos tradicionais (risco e mistos);
2. A consolidação do modelo de distribuição assurfinance optimizando a sua capacidade de comercialização da oferta Vida Financeira e seguros de vida associados ao Crédito a Habitação;
3. O reforço da presença da T-Vida no Segmento Empresas, Grandes e Médias numa lógica de "Fringe Benefits" ou de "Employee Benefits";
4. A abordagem ao segmento Negócios numa lógica de oferta integrada, Vida e não Vida, continuará a ser desenvolvida e potenciada.

#### **3.4.3. Seguros Logo, S.A.**

O ano de 2010 representa o fim do primeiro triénio de operação da LOGO, sendo o momento para avaliar o cumprimento dos objectivos traçados para o mesmo período aquando do lançamento da operação, i.e., obtenção de 100.000 clientes e de 20% de quota de mercado. É de realçar que ambos os objectivos foram alcançados cerca de 6 meses antes do previsto tendo a LOGO terminado o ano de 2010 com 114.741 clientes e 21,9% de quota de mercado entre as seguradoras directas (ramo automóvel).

O resultado líquido do exercício de 2010 foi de -8,0 milhões de euros, resultado que se justifica pelo forte impacto de investimento em publicidade, situação normal de uma empresa nos seus primeiros anos de actividade, e pelo aumento da sinistralidade que penalizou o crescimento verificado nos prémios. O volume de produção de seguro directo ascendeu em 2010 a 20,0 milhões de euros, o que significa um crescimento de 74,8% em relação a 2009, num mercado de canal directo que evidencia um crescimento de 17,9% em 2010. Em Dezembro de 2009, a LOGO arrancou com o novo ramo Multiriscos, que atingiu no final de 2010 a produção de 142,9 milhares de euros. Face ao mercado de canal directo auto, a seguradora tem vindo a ganhar posição, atingindo uma quota de mercado de 21,7% em 2010 (14,6% em 2009, com 2 anos de actividade).

Os gastos de exploração líquidos, no montante de 6,7 milhões de euros, reflectiram essencialmente os custos incorridos com publicidade e comunicação, despesas de maior relevância numa seguradora directa nos seus primeiros anos de actividade, e que resultam da necessidade de investir no lançamento e consolidação de uma nova Marca.

No ano de 2010, a política financeira da LOGO centrou-se, essencialmente, na gestão do investimento em obrigações de taxa fixa e da liquidez. Face à dimensão da carteira de investimentos, não foi efectuado qualquer investimento sobre o mercado accionista, limitando desta forma o impacto da volatilidade registada nesta classe de activos nos últimos anos.

A margem de solvência a 31 de Dezembro de 2010 situou-se em 102,7% (130,3% em 2009).

Em 2010, a LOGO prosseguiu a sua estratégia de negócio, assente numa linha de comunicação e marketing inovadora e diferenciadora (que obteve vários prémios nos últimos três anos) e pela excelência da implementação da estratégia definida, factor chave do sucesso. De destacar ainda o peso da internet no total de clientes angariados, o qual superou significativamente o objectivo definido, demonstrando o grau de concretização da estratégia delineada e a vantagem competitiva adquirida face à concorrência. 2010 foi também o primeiro ano de comercialização do “LOGO Casa” (seguro multirisco lançado em Dezembro de 2009), tendo servido como aprendizagem para um novo ramo. O ano ficou ainda marcado pela optimização dos processos e pelo afinamento de toda a operação, o que permitiu, não só melhorar a produtividade, como acima de tudo, melhorar ainda mais a qualidade de serviço prestado ao cliente. A comprovar isso mesmo, de referir, por exemplo, a melhoria nos tempos de gestão de sinistros, já de si extremamente reduzidos, o que constitui um factor chave na satisfação dos clientes.

Após o primeiro triénio de actividade, cujo enfoque esteve centrado no crescimento da carteira com vista à obtenção de uma escala mínima, o próximo triénio será marcado pelo enfoque na rentabilização da operação, com vista à obtenção do break-even nos próximos anos. Neste contexto, os objectivos para 2011 passam por consolidar o posicionamento de mercado alcançado nos três primeiros anos de actividade, ao mesmo tempo que se optimiza a operação aos vários níveis, nomeadamente, a nível do rácio de sinistralidade e a nível do rácio de despesa. Em 2011 serão igualmente dados passos adicionais na diversificação da oferta, no sentido de continuar a posicionar a LOGO como a seguradora de referência no mercado directo junto do seu cliente alvo, disponibilizando aos seus clientes uma oferta integrada e inovadora de seguros.

#### **3.4.4. Pastor Vida, S.A. de Seguros y Reaseguros**

Em Dezembro de 2010 a Tranquilidade adquiriu 50% da Pastor Vida em Espanha, incluindo o respectivo controlo. Esta aquisição insere-se na estratégia de internacionalização da Companhia e permitiu à Tranquilidade ganhar presença a nível Ibérico, vindo tirar partido do know-how multicanal que reside na Companhia. Com a compra da Pastor Vida, a Tranquilidade tornou-se na primeira seguradora Portuguesa a adquirir uma posição relevante e assumir o controlo de gestão de uma seguradora, num mercado altamente competitivo, como é o caso de Espanha.

Dado que a aquisição foi concretizada em 31 de Dezembro de 2010, esta subsidiária não contribuiu para o resultado consolidado do Grupo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

#### 4. Proposta de distribuição dos resultados do exercício de 2010

Nos termos da alínea b) do nº 1 do art. 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** propõe para aprovação da Assembleia Geral, que o resultado líquido negativo do exercício de 2010, de 3 891 345,81 euros, seja adicionado aos resultados transitados positivos, no valor de 129 234 617,75 euros, de que resultará o montante líquido de 125 343 271,94 euros.

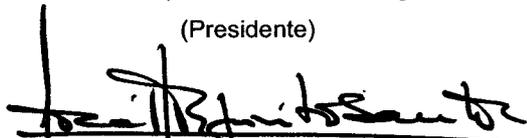
O Conselho de Administração propõe também a distribuição de um dividendo de 0,0625 euros por acção, perfazendo 5 000 000,00 euros, com base nos resultados transitados disponíveis.

Lisboa, 9 de Maio de 2011

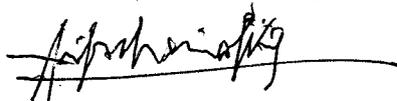
##### O Conselho de Administração



Ricardo Espírito Santo Silva Salgado  
(Presidente)



José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva  
(Vice-Presidente)



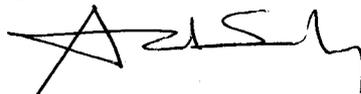
Aníbal da Costa Reis de Oliveira



Olindo Reis de Oliveira



Augusto de Athayde Soares d'Albergaria



António do Espírito Santo Silva Salgado

**INFORMAÇÃO PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 447º E 448º DO  
CÓDIGO  
DAS SOCIEDADES COMERCIAIS E SOBRE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS**

---

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---

**ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL)**  
**SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA**

**INFORMAÇÃO PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 447º E 448º DO  
CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

**1. INFORMAÇÃO RELATIVA AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO**

- 1.1 Número de acções da Espírito Santo Financial (Portugal) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, detidas por sociedades nas quais as pessoas referidas em 1. exerçam também, em 31 de Dezembro de 2010, algum cargo de administração ou fiscalização, ou possuam, pelo menos, metade do capital social ou dos votos correspondentes :**

		Nº ACÇÕES	% C. SOCIAL
<b>ESPÍRITO SANTO FINANCIAL GROUP SA</b>		<b>80 000 000</b>	<b>100,00%</b>
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	Administrador - Presidente		
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	Administrador - Vice-Presidente		
Aníbal da Costa Reis de Oliveira	Administrador		

**2. ACCIONISTAS TITULARES DE PELO MENOS UM DÉCIMO, UM TERÇO OU METADE DO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE**

**2.1 Em 31 de Dezembro de 2010:**

ACCIONISTA	Nº ACÇÕES	% C. SOCIAL
ESPÍRITO SANTO FINANCIAL GROUP SA	80 000 000	100,00%

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---

**3**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INDIVIDUAIS**

---

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---

ESPIRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

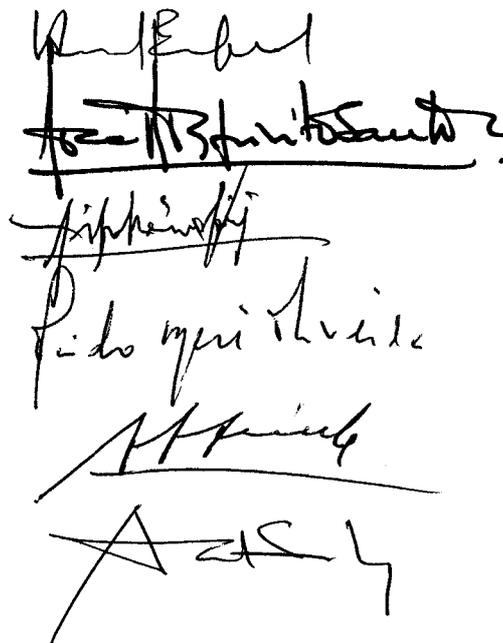
		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2010	31.12.2009
Juros e rendimentos similares		-	8
Juros e encargos similares		1.706	4.968
<b>Margem financeira</b>		<b>(1.706)</b>	<b>(4.960)</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	13	-	306.429
Encargos de serviços e comissões		(9)	(12)
Resultados de passivos ao justo valor através de resultados		(49)	615
Outros resultados de exploração		(268)	(211)
<b>Produto da actividade</b>		<b>(2.032)</b>	<b>301.861</b>
Custos com pessoal		878	679
Gastos gerais administrativos		913	1 158
Depreciações e amortizações	4	56	56
<b>Custos operacionais</b>		<b>1.847</b>	<b>1.893</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(3.879)</b>	<b>299.968</b>
Impostos correntes		12	9
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(3.891)</b>	<b>299.959</b>
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>(3.891)</b>	<b>299.959</b>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Responsável pela Contabilidade



O Conselho de Administração



**CONTAS INDIVIDUAIS – 2010**

**ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

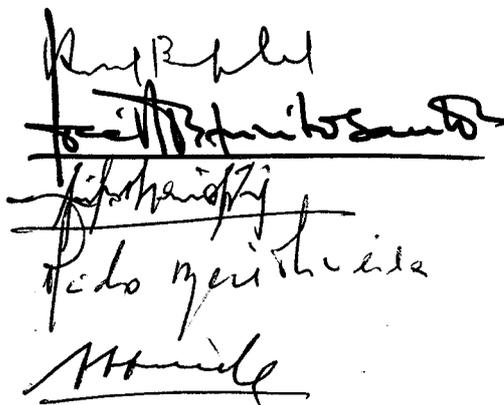
(milhares de euros)

	Notas	31.12.2010	31.12.2009
<b>Activo</b>			
Disponibilidades em instituições de crédito	3	160	140
Activos tangíveis	4	101	52
Investimentos em subsidiárias e associadas	5	1.625.071	1.613.821
Activos por impostos correntes		14	27
Outros activos	6	5	5
<b>Total de Activo</b>		<b>1.625.351</b>	<b>1.614.045</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	7	1.790	2.350
Outros empréstimos	8	966.485	810.835
Responsabilidades representadas por títulos	9	95.952	95.922
Passivos por impostos correntes		12	9
Outros passivos	10	353	279
<b>Total de Passivo</b>		<b>1.064.592</b>	<b>909.395</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	11	400.000	400.000
Reservas e resultados transitados	12	164.650	20.691
Resultado líquido do exercício		(3.891)	299.959
Dividendos antecipados		-	(16.000)
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>560.759</b>	<b>704.650</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>		<b>1.625.351</b>	<b>1.614.045</b>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

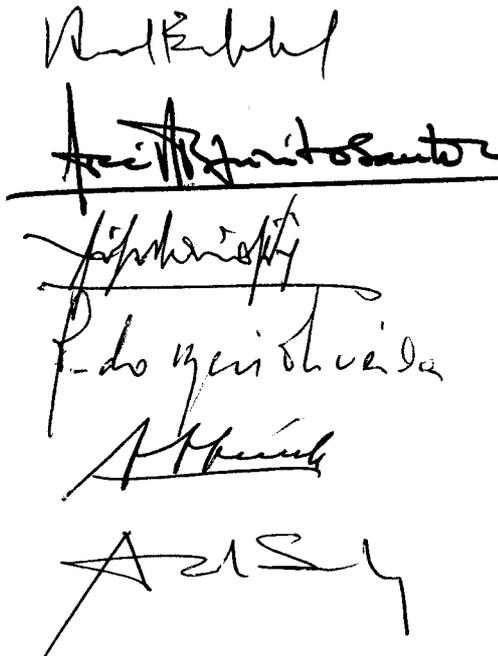
	Capital	Reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Distribuição de dividendos antecipados	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	400 000	17 263	71 712	( 37 884)	451 091
Constituição da reserva legal	-	3 600	( 3 600)	-	-
Distribuição de dividendos	-	( 172)	( 68 112)	37 884	( 30 400)
Distribuição antecipada de dividendos	-	-	-	( 16 000)	( 16 000)
Resultado líquido do exercício	-	-	299 959	-	299 959
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>400 000</b>	<b>20 691</b>	<b>299 959</b>	<b>( 16 000)</b>	<b>704 650</b>
Constituição da reserva legal	-	15 000	( 15 000)	-	-
Distribuição de dividendos (ver Nota 12)	-	-	( 140 000)	-	( 140 000)
Distribuição antecipada de dividendos	-	-	( 16 000)	16 000	-
Resultados transitados	-	128 959	( 128 959)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	( 3 891)	-	( 3 891)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>400 000</b>	<b>164 650</b>	<b>( 3 891)</b>	<b>-</b>	<b>560 759</b>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Responsável pela Contabilidade



O Conselho de Administração



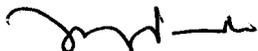
## CONTAS INDIVIDUAIS – 2010

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

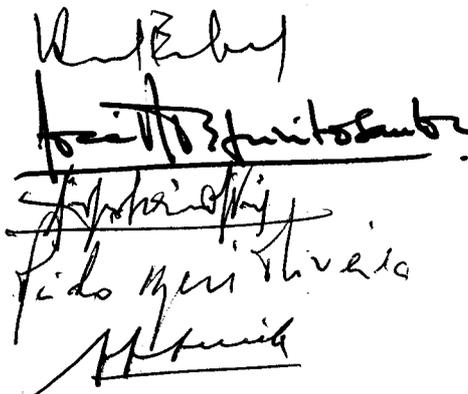
		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2010	31.12.2009
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		-	2.708
Juros e custos pagos		(2.317)	(7.591)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(1.359)	(1.739)
Outros pagamentos relativos às actividades operacionais		(626)	(550)
Pagamentos relativos ao imposto sobre o rendimento		(17)	(13)
		<b>(4.319)</b>	<b>(7.185)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	5	(11.250)	(593.120)
Dividendos recebidos	13	-	306.429
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		-	(800)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		-	1.500
Compra de activos fixos tangíveis		(4)	-
		<b>(11.254)</b>	<b>(285.991)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Empréstimos de accionistas - recebimento		155.650	338.920
Dividendos pagos	12	(140.000)	(46.400)
Amortização de contratos de locação financeira		(57)	(57)
		<b>15.593</b>	<b>292.463</b>
<b>Varição líquida em caixa e seus equivalentes</b>			
		<b>20</b>	<b>(713)</b>
Caixa e equivalentes no início do período		140	853
Caixa e equivalentes no fim do período		160	140
		<b>20</b>	<b>(713)</b>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Responsável pela Contabilidade



O Conselho de Administração



**ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

**INTRODUÇÃO****NOTA 1 – ACTIVIDADE**

A Espírito Santo Financial (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (ESF (P)) foi constituída em 10 de Setembro de 1990 sob a forma jurídica de sociedade gestora de participações sociais, ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de Dezembro, e tem como único objecto a gestão de participações sociais noutras empresas, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A ESF (P) faz parte do Grupo Espírito Santo (GES), pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

**NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS**

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da ESF (P) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal na Instrução nº 18/2005.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, designadamente (i) a valorimetria e provisionamento do crédito concedido, (ii) os benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e (iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS, ao não permitir a valorização dos activos tangíveis ao justo valor.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2010.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2009. Contudo, tal como descrito na Nota 21, a Sociedade adoptou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2010. As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das demonstrações financeiras, descritas nessa nota, foram adoptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2010 não tiveram um efeito material nas contas da Sociedade.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na nota 21.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, excepto no que se refere aos passivos financeiros detidos para negociação que se encontram registados ao justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que a Sociedade efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 2.3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 9 de Maio de 2011.

## 2.2 Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

### a) Investimentos em subsidiárias e associadas

#### Subsidiárias

Incluem as participações em que a ESF (P), directa ou indirectamente, exerce uma relação de domínio em resultado de possuir a maioria dos direitos de voto ou tem o direito de nomear ou exonerar a maioria dos membros dos órgãos sociais ou de controlar, por si só, na sequência de acordo com outros accionistas, a maioria dos direitos de voto.

#### Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a ESF(P) detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a ESF(P) exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a ESF(P) exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

Estes investimentos em subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As desvalorizações de valor significativo identificadas nas participações detidas são avaliadas pelo Conselho de Administração e reconhecidas perdas de imparidade se forem consideradas de carácter permanente. O Conselho de Administração considera que em 31 de Dezembro de 2010 não existiam situações que requeressem a constituição de quaisquer perdas de imparidade.

### b) Activos tangíveis

Os Activos tangíveis compreendem as imobilizações corpóreas, as quais de acordo com a IAS 16 são registadas ao custo de aquisição deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Anos</u>
Equipamento informático	3
Material de transporte	4

**c) Responsabilidades representadas por títulos**

As responsabilidades representadas por títulos são constituídas por empréstimos obrigacionistas, registados no passivo (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

**d) Transacções e operações em moeda estrangeira**

As transacções expressas em moeda estrangeira são convertidas para euros a taxas de câmbio que se aproximam das taxas vigentes à data da operação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes à data do balanço, por referência às paridades então vigentes, integram os resultados correntes do exercício.

**e) Instrumentos financeiros derivados**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

**f) Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O pagamento dos impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam. Os prejuízos fiscais de um determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamentos, podem ser deduzidos aos lucros fiscais nos seis anos seguintes (quatro anos a partir do exercício de 2010).

#### **g) Caixa e equivalentes a caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes corresponde ao somatório dos saldos das rubricas de Disponibilidades em instituições de crédito.

#### **h) Reporte por segmentos**

De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8, a Sociedade está dispensada de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo.

#### **i) Benefícios aos empregados**

##### **Pensões de reforma**

A ESF (P) assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de complemento às pensões de reforma por velhice ou por invalidez e às pensões de sobrevivência concedidas pela segurança social.

Nestas circunstâncias, e para fazer face às responsabilidades decorrentes do compromisso assumido, a ESF(P) aderiu a um fundo de pensões aberto denominado “Espírito Santo Fundo de Pensões GES”, cuja entidade gestora é a ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, SA.

O plano de pensões corresponde a um plano de benefícios definido, uma vez define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano, por actuários independentes com base no Método da Unidade de Crédito Projectada.

Em conformidade com as regras previstas pelo IAS 19, em cada período é reconhecido como um custo na demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo e (iv) os ganhos e perdas actuariais.

### **2.3 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela ESF (P) são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela ESF (P) é apresentada na Nota 2.2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da ESF (P) e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

#### **Impostos sobre os lucros**

A ESF (P) encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela ESF (P), durante um período de quatro anos ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da ESF(P), de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### **Justo valor dos instrumentos financeiros derivados**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### **Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### **NOTA 3 – DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica é constituído por depósitos à ordem em instituições de crédito no país e no estrangeiro:

	<u>Dez 10</u>	<u>Dez 09</u>
Disponibilidades em instituições de crédito no país	153	134
Disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro	7	6
	<u>160</u>	<u>140</u>

## CONTAS INDIVIDUAIS – 2010

### NOTA 4 – ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica é analisada com segue:

	Equipamento	Imobilizado em locação financeira	Outras imobilizações	Total
<b>Custos de aquisição</b>				
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	8	223	-	231
Adições	-	-	-	-
Abates / vendas	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	8	223	-	231
Adições	5	100	-	105
Abates / vendas	-	(106)	-	(106)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	13	217	-	230
<b>Depreciações</b>				
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	8	115	-	123
Depreciações do exercício	-	56	-	56
Abates / vendas	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	8	171	-	179
Depreciações do exercício	1	55	-	56
Abates / vendas	-	(106)	-	(106)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	9	120	-	129
Valor líquido contabilístico:				a
A 31 de Dezembro de 2010	4	97	-	101
A 31 de Dezembro de 2009	-	52	-	52

### NOTA 5 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

A ESF (P) detém uma participação directa no capital das seguintes sociedades:

	Sede	Custo de aquisição		Participação detida %		Valor patrimonial da participação detida		Diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial	
		2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<b>Empresas subsidiárias</b>									
Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	Lisboa	1 414 201	1 414 201	67,40	67,40	1 272 610	1 229 367	141 591	184 834
<b>Empresas associadas</b>									
Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	Lisboa	210 870	199 620	45,00	45,00	171 739	156 857	39 131	42 763
		<u>1 625 071</u>	<u>1 613 821</u>			<u>1 444 349</u>	<u>1 386 224</u>	<u>180 722</u>	<u>227 597</u>

No mês de Dezembro de 2010, a PARTRAN realizou um aumento de capital social no montante de 75 000 milhares de euros, mediante a emissão de 15 milhões de novas acções com valor nominal de 5 euros cada. O aumento de capital foi integralmente subscrito pelos accionistas da sociedade na mesma proporção das participações detidas, sendo que, uma parte no montante de 25 000 milhares de euros foi realizada em Dezembro de 2010 e a parte remanescente no montante de 50 000 milhares de euros, será realizada no prazo de cinco anos. Com esta operação, a PARTRAN aumentou o capital social de 225 330 milhares de euros para 250 330 milhares de euros. No âmbito deste aumento de capital, a ESF(P) subscreveu 6 750 000 acções, tendo realizado o montante de 11 250 milhares de euros em Dezembro de 2010 e o remanescente no montante de 22 500 milhares de euros será realizado no prazo de 5 anos.

A carteira de títulos da ESF (P) em 31 de Dezembro de 2010 é analisada como segue:

	Acções				Valor de balanço
	Quantidade	Valor nominal unitário (em euros)	Custo médio de aquisição (em euros)	Valor de cotação	
BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	210 700 027	5,00	6,71	–	1 414 201
PARTRAN – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	27 029 700	5,00	7,8	–	210 870
					<u>1 625 071</u>

#### NOTA 6 – OUTROS ACTIVOS

As contas de Outros activos englobam os seguintes saldos:

	Dez 10	Dez 09
<b>Outros activos</b>		
Outros devedores diversos	4	5
Despesas com encargo diferido	1	–
	<u>5</u>	<u>5</u>

#### NOTA 7 – PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	Dez 10	Dez 09
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	<u>1 790</u>	<u>2 350</u>

## CONTAS INDIVIDUAIS – 2010

---

Os instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo referem-se a contratos sobre taxas de juro e são analisados como segue:

	Dez 10		Dez 09	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Interest Rate Swaps	60 000	1 790	60 000	2 350

Em 31 de Dezembro de 2010, os instrumentos financeiros derivados têm um prazo de maturidade de um a cinco anos.

### NOTA 8 – OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica compreende os empréstimos obtidos do accionista único ESFG, os quais são registados pelo seu valor nominal e não vencem juros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica é constituída por empréstimos, não remunerados e sem prazo de reembolso definido concedidos pela ESFG, no valor de 966 485 milhares de euros e 810 835 milhares de euros, respectivamente.

### NOTA 9 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

As responsabilidades representadas por títulos respeitam a quatro empréstimos obrigacionistas num total de 3 551 200 obrigações ao portador (Dezembro 2009: 3 551 200), emitidas sob a forma escritural, no montante global de 95 500 milhares de euros (Dezembro 2009: 95 500 milhares de euros).

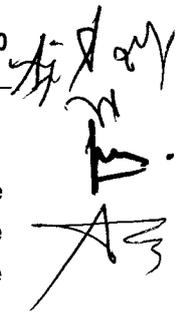
A 31 Dezembro de 2010 e 2009 o saldo desta rubrica no balanço é analisado como segue:

	Dez 10	Dez 09
Empréstimos obrigacionistas	95 500	95 500
Juros a pagar e encargos	452	422
	<u>95 952</u>	<u>95 922</u>

### Emissão de 2003

#### **Obrigações a taxa de juro variável – 8 anos e 1 dia**

Em Julho de 2003 foi emitido um empréstimo obrigacionista de 1 500 000 obrigações ao portador, sob a forma escritural, no montante global de 15 000 milhares de euros.



Os juros das obrigações vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 26 de Julho e 26 de Janeiro de cada ano de vida das obrigações, na base Actual / 360. A taxa de juro dos cupões é variável, determinada no segundo "Dia Útil Target" anterior ao início de cada período de contagem de juros, sendo igual à taxa EURIBOR a 6 meses, acrescida de 1,25%.

O empréstimo tem uma duração máxima de 8 anos e 1 dia, a amortização será efectuada ao par, de uma só vez, no final do 8.º ano de vida (26 de Julho de 2011).

#### **Emissão de 2004**

##### ***Obrigações a taxa de juro variável – 8 anos e 1 dia***

Em Julho de 2004 foi emitido um empréstimo obrigacionista de 550 000 obrigações ao portador, sob a forma escritural, no montante global de 5 500 milhares de euros.

Os juros das obrigações vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 9 de Julho e 9 de Janeiro de cada ano de vida das obrigações, na base Actual / 360. A taxa de juro dos cupões é variável, igual à taxa EURIBOR a 6 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada período semestral de contagem de juros, acrescida de 0,65%.

O empréstimo tem uma duração máxima de 8 anos e 1 dia, a amortização será efectuada ao par, de uma só vez, no final do 8.º ano de vida (10 de Julho de 2012).

##### ***Obrigações a taxa de juro variável – 20 anos***

Em Outubro de 2004 foi emitido um empréstimo obrigacionista de 1 500 000 obrigações ao portador, sob a forma escritural, no montante global de 15 000 milhares de euros.

Os juros das obrigações vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 27 de Outubro e 27 de Abril de cada ano de vida das obrigações, na base Actual / 360. A taxa de juro dos cupões é variável, igual à taxa EURIBOR a 6 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada período semestral de contagem de juros, acrescida de 0,874%.

O empréstimo tem uma duração máxima de 20 anos, a amortização será efectuada ao par, de uma só vez, no final do 20.º ano de vida (27 de Outubro de 2024).

#### **Emissão de 2008**

##### ***Obrigações clássicas a taxa de juro variável – 5 anos***

Em Julho de 2008 foi emitido um empréstimo obrigacionista de 1 200 obrigações ao portador, sob a forma escritural, no montante global de 60 000 milhares de euros.

## CONTAS INDIVIDUAIS – 2010

---

Os juros das obrigações vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 22 de Julho e 22 de Janeiro de cada ano de vida das obrigações, na base 30/360 no primeiro ano de vida e na base Actual / 360 para o restante período. No primeiro ano de vida das obrigações a taxa de juro dos cupões é fixa (9,875%). No segundo ano e seguintes a taxa de juro dos cupões é variável, igual à taxa EURIBOR a 6 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada período semestral de contagem de juros, acrescida de 0,50%.

O empréstimo tem uma duração máxima de 5 anos, a amortização será efectuada ao par, de uma só vez, no final do 5º ano de vida (22 de Julho de 2013).

### NOTA 10 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros passivos engloba os seguintes saldos:

	<u>Dez 10</u>	<u>Dez 09</u>
<b>Outros passivos</b>		
Fornecedores de bens em locação financeira	103	64
Férias e subsídio de férias	130	98
Outros fornecedores	52	61
Sector público administrativo	35	25
Outros encargos a pagar	33	31
	<u>353</u>	<u>279</u>

### NOTA 11 – CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o valor do capital é composto por:

	<u>Dez 10</u>	<u>Dez 09</u>
Capital realizado	<u>400 000</u>	<u>400 000</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 o capital da ESF (P), integralmente subscrito e realizado, era representado por 80 000 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada (31 de Dezembro de 2009: 80 000 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a ESFG detinha a totalidade do capital da ESF (P).

**NOTA 12 – RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS**

A rubrica Reservas e Resultados Transitados inclui os resultados transitados de exercícios anteriores e a reserva legal.

**• Reserva legal**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social e, em conformidade com a legislação portuguesa aplicável às sociedades gestoras de participações sociais, terá de ser reforçada anualmente por uma percentagem não inferior à vigésima parte dos lucros da Sociedade, até que represente a quinta parte do capital social.

**• Aplicação dos resultados**

A Assembleia Geral anual realizada em 31 de Maio de 2010 deliberou que o lucro do exercício de 2009, de 299 959 milhares de euros, adicionado aos resultados transitados no montante de 275 milhares de euros, o que perfaz um total de 300 234 milhares, tivesse a seguinte distribuição:

– Para reforço da reserva legal (5%)	15 000 milhares de euros
– Para dividendos pagos antecipadamente em 2009	16 000 milhares de euros
– Para dividendos adicionais	90 000 milhares de euros
– Para resultados transitados	179 234 milhares de euros

**• Distribuição de dividendos**

Em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral que aprovou a distribuição de resultados, no mês de Junho de 2010, a ESF (P) procedeu ao pagamento de dividendos no montante total de 90 000 milhares de euros, o que corresponde a um dividendo de 1,125 euros por acção.

Em Dezembro de 2010 e por deliberação da Assembleia Geral, a ESF(P) efectuou o pagamento de um dividendo adicional de 0,625 euros por acção, no montante global de 50 000 milhares de euros.

**NOTA 13 – RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL**

Em Dezembro de 2009, a rubrica Rendimentos de instrumentos de capital correspondia aos dividendos distribuídos pela BESPARG.

**NOTA 14 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

O valor das transacções da ESF (P) com as suas participadas em 31 de Dezembro de 2010 e 31 Dezembro de 2009, assim como os respectivos movimentos em resultados neste período, resumem-se no quadro seguinte:

	Dez 10		Dez 09	
	Empréstimos	Proveitos	Empréstimos	Proveitos
BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	-	-	-	306 429

No exercício de 2010 não se realizaram quaisquer transacções com partes relacionadas entre a ESF (P) e o seu accionista para além do pagamento de dividendos e dos empréstimos obtidos.

Os preços e condições das transacções realizadas com empresas do Grupo e com empresas relacionadas correspondem aos preços e às condições normalmente praticadas no mercado para transacções idênticas.

**NOTA 15 – IMPOSTOS**

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2010 foi apurado como segue:

Prejuízo contabilístico	(3 891)
Juros e outros custos não aceites para efeitos fiscais	2 020
Prejuízo para efeitos fiscais	(1 871)
Matéria colectável	-

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	Dez 10		Dez 09	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos	-	(3 891)	-	299 968
Taxa de imposto	(26,5)	-	26,5	-
Imposto apurado com base na taxa de imposto	-	(1 031)	-	79 492
Dividendos excluídos de tributação	-	-	(27,1)	(81 204)
Custos não dedutíveis	13,8	535	0,5	1 370
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no período	12,7	496	0,1	342
Tributações autónomas	-	12	-	9
	-	12	-	9

Conforme referido na Nota 2.3, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos (quatro anos a partir do exercício de 2010) após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Os prejuízos fiscais declarados pela Sociedade nos últimos seis exercícios, que podem ser deduzidos aos lucros fiscais futuros, são como segue:

ANO	Prejuízo fiscal declarado	Ano limite para a dedução
2005	2 370	2011
2006	1 534	2012
2007	2 015	2013
2008	3 086	2014
2009	1 289	2015
2010 (estimado)	1 871	2014
	<u>12 165</u>	

Na medida em que não é expectável que existam lucros tributáveis no futuro, não foram reconhecidos impostos diferidos.

#### NOTA 16 – PESSOAL

O efectivo médio anual de trabalhadores ao serviço da Sociedade foi de 5 (2010: 4).

#### NOTA 17 – REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

	<u>Dez 10</u>	<u>Dez 09</u>
Conselho Fiscal	<u>8</u>	<u>8</u>

#### NOTA 18 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A ESF (P) assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de complemento às pensões de reforma por velhice ou por invalidez e às pensões de sobrevivência concedidas pela segurança social.

Este complemento consiste numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada ao último salário pago. Em 31 de Dezembro de 2010 o número de beneficiários ascendia a 4 (2009: 3).

## CONTAS INDIVIDUAIS – 2010

---

Nestas circunstâncias, e para fazer face às responsabilidades decorrentes do compromisso assumido, a ESF(P) aderiu a um fundo de pensões aberto denominado “Espírito Santo Fundo de Pensões GES”, cuja entidade gestora é a ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, SA. O valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 ascende a 91 e 67 milhares de euros, respectivamente.

De acordo com o estudo actuarial realizado pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, reportado a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, na base do método actuarial da unidade de crédito projectada, internacionalmente aceite e considerado o mais apropriado face ao universo de empregados e respectivos benefícios, o valor das responsabilidades por serviços passados assumidas para com o pessoal ascende a 94 e 107 milhares de euros, respectivamente.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	<u>Dez 10</u>	<u>Dez 09</u>
<b>Pressupostos Demográficos</b>		
Tábua de mortalidade	TV 73 / 77	TV 73 / 77
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
<b>Pressupostos financeiros</b>		
Taxa de evolução salarial	3,25%	3,25%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	2,25%
Taxa de rendimento do fundo	5,25%	5,25%
Taxa de desconto	5,25%	5,25%

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	<u>Dez 10</u>	<u>Dez 09</u>
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	107	56
Benefícios pagos	-	-
Custo dos serviços correntes	6	6
Custo dos juros	5	3
(Ganhos)/Perdas actuariais	<u>(24)</u>	<u>42</u>
<b>Responsabilidades no final do exercício</b>	<u>94</u>	<u>107</u>

A evolução do valor do fundo de pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	<u>Dez 10</u>	<u>Dez 09</u>
<b>Saldo no início do exercício</b>	67	59
Rendimento do fundo	4	8
Contribuições da ESF(P)	<u>20</u>	<u>-</u>
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<u>91</u>	<u>67</u>

#### NOTA 19 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Os honorários facturados durante o exercício de 2010 e 2009 pelas Sociedades de Revisores Oficiais de Contas detalham-se como segue:

	<u>Dez 10</u>	<u>Dez 09</u>
Serviços de auditoria e revisão legal das contas	38	38
Serviços de consultoria fiscal	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>40</u>	<u>40</u>

#### NOTA 20 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa da Sociedade.

##### Risco de mercado

O risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro e preços de acções.

##### Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada no Departamento Financeiro da Sociedade. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

## CONTAS INDIVIDUAIS – 2010

---

### Risco operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

### Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para a ESF(P), é analisado como segue:

	Dez 10		Dez 09	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Disponibilidades em instituições de crédito	160	160	140	140
Total activos financeiros	160	160	140	140
Responsabilidades representadas por títulos	95 952	78 508	95 922	90 791
Total passivos financeiros	95 952	78 508	95 922	90 791

### Disponibilidades e Activos financeiros disponíveis para venda

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

### Responsabilidades representadas por títulos

O justo valor destes instrumentos financeiros foi estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

## NOTA 21 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010, a sociedade adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2010:

---

**NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS E ADOPTADAS PELA SOCIEDADE****IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas**

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas para exercícios que se iniciaram após 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da sociedade.

**IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) - Concentrações de actividades empresarias e uma alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses que não controlam (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses que não controlam) ou como a parcela atribuível aos interesses que não controlam do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como requerido pelo anterior IAS 27); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses que não controlam (reconhecimento de interesses que não controlam negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação. Esta norma é de aplicação prospectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010 e não teve impacto significativo nas contas da sociedade em 2010.

### **IFRS 5 (alterada) – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação.**

Esta alteração clarifica as divulgações requeridas pela norma relativos a activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados para venda ou operações descontinuadas.

A adopção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da sociedade.

### **IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da sociedade.

### **IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços**

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, o IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A adopção desta interpretação pela União Europeia ocorreu apenas em 2009 tendo por isso a mesma sido de aplicação obrigatória para a sociedade a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados e contempla apenas as situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas na maturidade do contrato.

A adopção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da sociedade.

**IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas**

O IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da sociedade.

**IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes**

O IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da sociedade.

**Annual Improvement Project**

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. As alterações com efeitos para a sociedade em 2010 são como segue:

– Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da sociedade.

### **NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS AINDA NÃO ADOPTADAS PELA SOCIEDADE**

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a sociedade ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. A sociedade irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

#### **IFRS 9 - Instrumentos financeiros**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma sofreu algumas alterações em Outubro de 2010. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;

- Todos os instrumentos de capital terão de ser mensurados ao justo valor, deixando de existir a possibilidade estabelecida pela IAS 39 de manter estes títulos ao seu custo de aquisição em situações em que este não possa ser mensurado com fiabilidade;

- As alterações de justo valor atribuíveis ao risco de crédito referente a passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*fair value option*) serão reconhecidas directamente em capitais próprios.

As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em capitais próprios não serão posteriormente transferidos para resultados.

A sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, o IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

A sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IAS 24 (revista) – Divulgações de partes relacionadas**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Novembro de 2009 o IAS 24 (revisto) - Divulgações de partes relacionadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada (total ou parcial) permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

A norma revista clarifica e simplifica a definição de parte relacionada e remove a obrigatoriedade de entidades relacionadas com o Estado de divulgar detalhadamente todas as transacções com o Estado e outras entidades similares.

A sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

**IAS 32 (alteração) – Classificação de emissões de direitos**

O International Accounting Standards Board (IASB) publicou em 8 de Outubro de 2008 uma alteração ao IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – classificação de emissões de direitos. Esta alteração é de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Fevereiro de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração estabelece a contabilização da emissão de direitos (direitos, opções ou warrants) que são denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente. É assim estabelecido que os direitos, opções ou warrants emitidos para a aquisição de um número fixo de instrumentos de capital do emitente por um montante fixo em qualquer moeda devem ser tratados como instrumentos de capital, desde que a entidade ofereça esses direitos, opções ou warrants pró-rata a todos os detentores de instrumentos de capital (da mesma classe) da sociedade que não tenham por base contratos de derivados.

Não se esperam quaisquer impactos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção desta alteração ao IAS 32.

**IFRIC 14 (Alterado) – Pagamentos antecipados relativos a requisitos mínimos de financiamento**

Esta alteração visa corrigir a consequência não intencional do IFRIC 14 – “IAS 19 - O Limite Sobre Um Activo de Benefícios Definidos, Requisitos de Financiamento Mínimo e Respectiva Interacção”.

Sem esta alteração não era possível a uma entidade o reconhecimento como um activo dos pagamentos voluntários relativos a contribuições mínimas para o fundo. Esta não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, vindo esta alteração corrigir esta situação.

Esta alteração entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração tem aplicação retrospectiva para o primeiro período comparativo apresentado.

A sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

**IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de emissão de instrumentos de capital**

O International Accounting Standards Board (IASB) publicou em 26 de Novembro de 2009 o IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros através de emissão de instrumentos de capital. Esta interpretação é de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

De acordo com esta interpretação existe uma diversidade de tratamentos no que respeita à mensuração de instrumentos de capital emitidos numa operação de troca de um instrumento de dívida por um instrumento de capital. Uma operação de troca de um instrumento de dívida por um instrumento de capital, refere-se a uma transacção em que o devedor e o credor renegociam os termos de um passivo financeiro, em que o devedor extingue o passivo total ou parcialmente através da emissão de instrumentos de capital entregues ao credor.

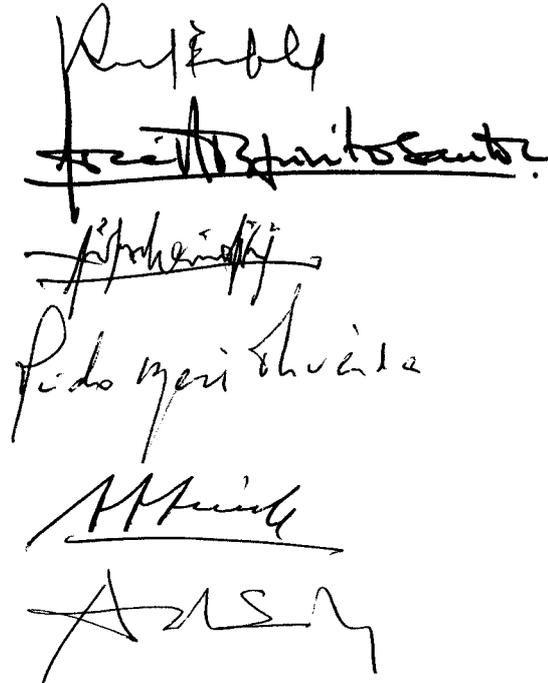
Esta interpretação clarifica (i) quando um instrumento de capital é emitido para extinguir total ou parcialmente um passivo financeiro corresponde à “retribuição paga” de acordo com o parágrafo 41 do IAS 39, (ii) como uma entidade deve mensurar inicialmente o instrumento de capital emitido para extinguir o passivo financeiro e (iii) como uma entidade deve registar as diferenças entre o valor de balanço do passivo financeiro extinto e o valor do instrumento de capital emitido.

A sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

O Responsável pela Contabilidade



O Conselho de Administração



Handwritten signatures of the Board of Directors, including names like Paulo, António, and others, some with horizontal lines underneath.

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---

**4**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS**

---

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---

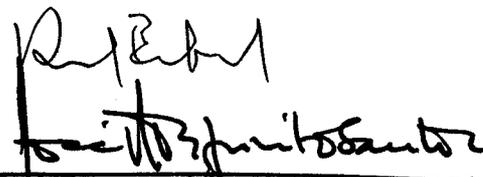
## ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - S.G.P.S., S.A.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	Notas	31-12-2010	31.12.2009
Juros e proveitos similares	4	3 726 295	3 832 789
Juros e custos similares	4	2 564 710	2 640 119
<b>Margem financeira</b>		<b>1 161 585</b>	<b>1 192 670</b>
Rendimentos de instrumentos de capital		193 292	89 362
Rendimentos de serviços e comissões	5	886 682	786 324
Encargos com serviços e comissões	5	( 117 510)	( 106 373)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	6	( 191 519)	( 50 797)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	364 436	189 239
Resultados de reavaliação cambial	8	46 731	58 533
Resultados de alienação de outros activos		( 12 372)	( 27 377)
Outros resultados de exploração	9	( 14 009)	92 368
<b>Proveitos operacionais</b>		<b>2 317 316</b>	<b>2 223 949</b>
Custos com pessoal	10	629 198	566 574
Gastos gerais administrativos	12	442 177	403 916
Depreciações e amortizações	23 e 24	100 148	87 317
Provisões líquidas de anulações	31	49 343	53 160
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	19	351 809	539 941
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17, 18 e 20	76 332	71 875
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22, 24 e 26	56 135	43 798
<b>Custos operacionais</b>		<b>1 705 142</b>	<b>1 766 581</b>
Alienação de subsidiárias e associadas	1	46 401	184 286
Resultados de associadas	25	39 453	34 808
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>698 028</b>	<b>676 462</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	32	59 685	178 690
Diferidos	32	( 15 899)	( 68 862)
		<b>43 786</b>	<b>109 828</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>654 242</b>	<b>566 634</b>
<b>Atribuível aos accionistas da Sociedade</b>		<b>134 247</b>	<b>132 858</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	36	<b>519 995</b>	<b>433 776</b>
		<b>654 242</b>	<b>566 634</b>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas


**ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - S.G.P.S., S.A.**

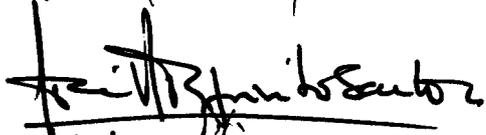
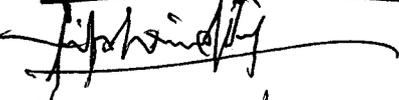
**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(milhares de euros)

	31-12-2010	31.12.2009
<b>Resultado líquido do exercício</b>		
Atribuível aos accionistas da Sociedade	134 247	132 858
Atribuível aos interesses que não controlam	519 995	433 776
	<b>654 242</b>	<b>566 634</b>
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>		
Diferenças de câmbio		
Valores brutos	16 621	( 31 861)
Impostos diferidos	( 3 017)	13 767
	13 604	( 18 094)
Activos disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no exercício	( 51 258)	838 306
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do exercício	( 334 634)	( 160 370)
Impostos diferidos	66 380	( 99 838)
	( 319 512)	578 098
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>348 334</b>	<b>1 126 638</b>
<b>Atribuível aos accionistas da ESF(P)</b>	<b>48 127</b>	<b>290 544</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	<b>300 207</b>	<b>836 094</b>
	<b>348 334</b>	<b>1 126 638</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas





## ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - S.G.P.S., S.A.

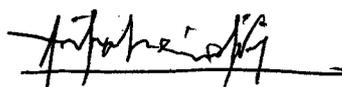
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

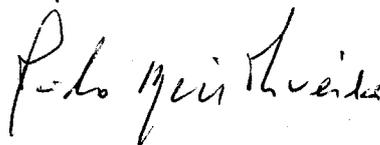
(milhares de euros)

	Notas	31-12-2010	31.12.2009
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13	930 505	2 192 317
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	557 982	610 589
Activos financeiros detidos para negociação	15	3 928 742	4 453 246
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	16	1 424 331	1 002 301
Activos financeiros disponíveis para venda	17	11 698 473	8 447 526
Aplicações em instituições de crédito	18	4 245 436	8 005 409
Crédito a clientes	19	50 829 123	48 978 847
Investimentos detidos até à maturidade	20	2 452 226	2 535 257
Derivados para gestão de risco	21	447 304	455 115
Activos não correntes detidos para venda	22	574 550	407 585
Outros activos tangíveis	23	809 138	658 825
Activos intangíveis	24	290 296	194 644
Investimentos em associadas	25	1 009 536	831 857
Activos por impostos correntes		99 410	20 956
Activos por impostos diferidos	32	283 367	187 871
Outros activos	26	4 083 221	3 350 317
<b>Total de Activo</b>		<b>83 663 640</b>	<b>82 332 662</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais	27	7 964 820	3 817 643
Passivos financeiros detidos para negociação	15	2 088 007	1 561 143
Recursos de outras instituições de crédito	28	6 380 592	6 997 152
Recursos de clientes	29	31 785 072	26 256 854
Responsabilidades representadas por títulos	30	24 109 939	33 101 099
Derivados para gestão de risco	21	228 944	253 148
Passivos não correntes detidos para venda	22	5 411	21 609
Provisões	31	214 706	179 851
Passivos por impostos correntes		25 336	133 625
Passivos por impostos diferidos	32	115 660	79 216
Passivos subordinados	33	2 291 833	2 639 071
Outros passivos	34	1 935 095	1 230 049
<b>Total de Passivo</b>		<b>77 145 415</b>	<b>76 270 460</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital	35	400 000	400 000
Reservas de justo valor	36	( 3 663)	84 107
Outras reservas e resultados transitados	36	191 663	207 787
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da Sociedade		134 247	132 858
<b>Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas da Sociedade</b>		<b>722 247</b>	<b>824 752</b>
Interesses que não controlam	36	5 795 978	5 237 450
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>6 518 225</b>	<b>6 062 202</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>		<b>83 663 640</b>	<b>82 332 662</b>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas





ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

	Capital	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da Sociedade	Capital Próprio atribuível aos accionistas da Sociedade	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	400 000	( 77 143)	194 394	75 707	592 958	3 535 235	4 128 193
Outro rendimento integral:							
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	161 250	-	-	161 250	416 848	578 098
Diferenças de câmbio	-	-	( 3 564)	-	( 3 564)	( 14 530)	( 18 084)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	132 858	132 858	433 776	566 634
<b>Total de rendimento integral</b>	-	161 250	( 3 564)	132 858	290 544	836 094	1 126 638
Aumento de capital de subsidiárias do Grupo	-	-	( 3 363)	-	( 3 363)	995 973	992 610
Constituição de reservas	-	-	45 307	( 45 307)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias da Sociedade <sup>(a)</sup>	-	-	( 16 000)	( 30 400)	( 46 400)	-	( 46 400)
Dividendos de acções preferenciais <sup>(a)</sup>	-	-	-	-	-	( 195 872)	( 195 872)
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 11)	-	-	( 9 059)	-	( 9 059)	( 24 421)	( 33 480)
Outras variações em Interesses que não controlam (ver Nota 36)	-	-	72	-	72	194	266
	-	-	-	-	-	90 247	90 247
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	400 000	84 107	207 787	132 858	824 752	5 237 450	6 062 202
Outro rendimento integral:							
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	( 87 770)	-	-	( 87 770)	( 231 742)	( 319 512)
Diferenças de câmbio	-	-	1 650	-	1 650	11 954	13 604
Resultado líquido do exercício	-	-	-	134 247	134 247	519 995	654 242
<b>Total de rendimento integral</b>	-	( 87 770)	1 650	134 247	48 127	300 207	348 334
Emissão de outros instrumentos de capital	-	-	42 858	( 42 858)	-	319 953	319 953
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias da Sociedade <sup>(a)</sup>	-	-	( 50 000)	( 90 000)	( 140 000)	-	( 140 000)
Dividendos de acções preferenciais <sup>(a)</sup>	-	-	-	-	-	( 104 306)	( 104 306)
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 11)	-	-	( 9 036)	-	( 9 036)	( 24 444)	( 33 480)
Outros movimentos	-	-	99	-	99	267	366
Outras variações em Interesses que não controlam (ver Nota 36)	-	-	( 1 695)	-	( 1 695)	3 067	1 372
	-	-	-	-	-	63 784	63 784
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>	400 000	( 3 663)	191 663	134 247	722 247	5 795 978	6 518 225

<sup>(a)</sup> Corresponde a um dividendo por acção de 0,38 euros e a um dividendo antecipado por acção de 0,20 euros pagos às acções em circulação em 2008 e em 2009, respectivamente.

<sup>(b)</sup> Corresponde a um dividendo por acção de 1,125 euros e a um dividendo antecipado por acção de 0,625 euros pagos às acções em circulação em 2009 e em 2010, respectivamente.

<sup>(c)</sup> Corresponde a um dividendo preferencial calculado com base numa taxa anual de 5,58% em relação às acções preferenciais emitidas pela BES Finance (Note 36).

4 









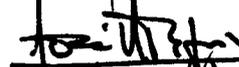
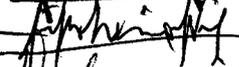
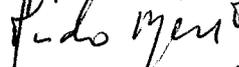
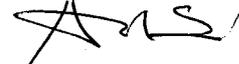
## ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2010	31.12.2009
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		3 554 886	3 873 731
Juros e custos pagos		(2 435 686)	(2 670 262)
Serviços e comissões recebidas		893 507	799 321
Serviços e comissões pagas		(135 279)	(115 651)
Recuperações de créditos		19 582	16 442
Contribuições para o fundo de pensões		(58 027)	(34 209)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(943 063)	(1 044 491)
		<b>895 920</b>	<b>824 881</b>
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades de natureza obrigatória e recursos em bancos centrais		4 641 977	(1 028 824)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		511 300	(128 946)
Aplicações em instituições de crédito		3 767 956	(3 482 541)
Recursos de instituições de crédito		(633 321)	(738 645)
Crédito a clientes		(2 083 980)	(2 802 222)
Recursos de clientes e outros empréstimos		5 224 001	(900 731)
Derivados para gestão de risco		(84 390)	(100 526)
Outros activos e passivos operacionais		(1 226 378)	522 234
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>11 013 085</b>	<b>(7 835 320)</b>
Impostos sobre os lucros pagos		(246 456)	(102 804)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</b>		<b>10 766 629</b>	<b>(7 938 124)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	1	(248 322)	(179 428)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas	1	17 021	265 457
Dividendos recebidos		209 219	93 110
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(41 128 358)	(34 097 388)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		38 447 467	33 218 667
Investimentos detidos até à maturidade		63 461	(394 728)
Compra de imobilizações		(321 229)	(137 696)
Venda de imobilizações		733	3 718
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>		<b>(2 960 008)</b>	<b>(1 228 288)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Empréstimos de accionistas		155 630	338 920
Reembolso de empréstimos de accionistas		-	-
Aumento de capital de filiais		-	994 765
Emissão de outros instrumentos de capital		319 953	-
Emissão de obrigações de caixa e outros passivos titulados		11 143 731	16 785 095
Reembolso de obrigações de caixa e outros passivos titulados		(19 652 853)	(8 293 666)
Emissão de passivos subordinados		84 279	257 133
Reembolso de passivos subordinados		(440 071)	(401 919)
Alienação de acções próprias de filiais		2 952	4 755
Dividendos de acções ordinárias pagos		(237 845)	(242 272)
Dividendos de acções preferenciais pagos		(33 480)	(33 480)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>		<b>(8 657 704)</b>	<b>9 409 331</b>
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>(851 083)</b>	<b>242 919</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>		<b>2 161 104</b>	<b>1 923 774</b>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		31 392	(5 589)
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>(851 083)</b>	<b>242 919</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>		<b>1 341 413</b>	<b>2 161 104</b>
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>			
Caixa	13	306 203	218 595
Disponibilidades em Bancos Centrais	13	624 302	1 973 722
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória		(147 074)	(641 802)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	557 982	610 589
<b>Total</b>		<b>1 341 413</b>	<b>2 161 104</b>



  
 Espírito Santo  
  
 Pedro Mendes  
  
  
  


**ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

**Nota 1 – Actividade e estrutura do grupo**

A **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (ESF(P))** foi constituída em 10 de Setembro de 1990 sob a forma jurídica de "Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", ao abrigo do Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro, e tem como único objecto a gestão de participações sociais noutras empresas, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A ESF(P) faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela Espírito Santo Financial Group S.A., com sede no Luxemburgo.

Através das suas subsidiárias, o Grupo (ESF(P) e suas subsidiárias) dedica-se a uma grande variedade de actividades financeiras centradas no Banco Espírito Santo, S.A. ("BES"), no Banco Espírito Santo Angola, S.A.R.L. (BESA) e no Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ("BESI").

A estrutura do grupo de empresas nas quais a ESF(P) detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
<b>ESPIRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL), SGPS, SA</b>	1990	-	Portugal	Gestão de participações sociais		
PARTRAN, SGPS, SA	1990	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	45,00%	Eq. Patrimonial
BESPAR, SGPS, SA	1991	1991	Portugal	Gestão de participações sociais	67,40%	Integral
<b>BESPAR, SGPS, SA</b>	1991	-	Portugal	Gestão de participações sociais		
<b>BANCO ESPIRITO SANTO, SA (BES)</b>	1997	-	Portugal	Banca	40,00%	Integral
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de investimento	100,00%	Integral
Avistar, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Aman Bank for Commerce and Investment Stock Company	2003	2010	Líbia	Banca	40,00%	Integral
Espírito Santo Servicios, SA	1996	1997	Espanha	Colocação de seguros	99,98%	Integral
Espírito Santo Activos Financieros, SA	1988	2000	Espanha	Gestão de activos	92,50%	Integral
Banco Espírito Santo dos Açores, SA (BAC)	2002	2002	Portugal	Banca	57,53%	Integral
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)	2001	2001	Portugal	Banca electrónica	66,00%	Integral
BES África, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo Angola, SA (BESA)	2001	2001	Angola	Banca	51,94%	Integral
BESAACTIVE - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	2008	2008	Angola	Gestão de fundos de investimento	61,95%	Integral
BESAACTIVE Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	2009	2009	Angola	Gestão de fundos de pensões	61,95%	Integral
Banco Espírito Santo do Oriente, SA (BESOR)	1996	1996	Macau	Banca	99,75%	Integral
Espírito Santo Bank (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	98,45%	Integral
BES Beteiligungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha <sup>a)</sup>	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
BIC International Bank Ltd. (BIBL)	2000	2000	Ilhas Caimão	Banca	100,00%	Integral
Parsumi - Sociedade Unipessoal, SGPS	2004	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Praça do Marquês - Serviços Auxiliares, SA (PÇMARQUÊS)	1990	2007	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	100,00%	Integral
Espírito Santo, plc. (ESPLC)	1999	1999	Irlanda	Sociedade financeira	99,99%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financieros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	85,00%	Integral
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo North American Capital Limited Liability Co. (BESNAC)	1990	1990	Estados Unidos	Emissão papel comercial	100,00%	Integral
BES Finance, Ltd. (BESFINANCE)	1997	1997	Ilhas Caimão	Emissão acções preferenciais e outros títulos	100,00%	Integral
ES, Recuperação de Crédito, ACE (ESREC)	1998	1998	Portugal	Recuperação de crédito vencido	100,00%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	40,96%	Integral
Espírito Santo Informática, ACE (ESINF)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	84,90%	Integral
Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE 2 (ES ACE2)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
ESGEST - Esp. Santo Gestão Instalações, Aprov. e Com., SA (ESGEST)	1995	1995	Portugal	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Inc. (ESCLINC)	1982	1997	Estados Unidos	Serviços de representação	100,00%	Integral
Espírito Santo Representações, Ltda. (ESREP)	1996	1996	Brasil <sup>b)</sup>	Serviços de representação	99,99%	Integral
Quinta dos Cônegos - Sociedade Imobiliária, SA (CÔNEGOS)	1991	2000	Portugal <sup>b)</sup>	Compra e venda de imóveis	81,00%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	58,79%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	57,81%	Integral
Fundo de Capital de Risco - BES PME Capital Growth	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	100,00%	Integral
Fundo FCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	55,07%	Integral
OBLOG Consulting, SA	1993	1993	Portugal	Prestação de serviços informáticos	66,63%	Integral
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, SA (EURASS)	1993	1993	Portugal	Seguros	23,00%	Eq. Patrimonial
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BES VIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	50,00%	Eq. Patrimonial
BES, Companhia de Seguros, SA (BES SEGUROS)	1996	1996	Portugal	Seguros	25,00%	Eq. Patrimonial
Fiduprivate - Soc. de Serviços, Consult., Adm. de Empresas, SA (FIDUPRIVATE)	1994	1994	Portugal	Prestação de serviços de consultoria	24,76%	Eq. Patrimonial
Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, SA (ESUMÉDICA)	1994	1994	Portugal	Prestação de cuidados médicos	24,90%	Eq. Patrimonial
Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandel (SCI GM)	1995	1995	França	Construção e gestão de imóveis	22,50%	Eq. Patrimonial
ESEGUR - Espírito Santo Seguradora, SA (ESEGUR)	1994	2004	Portugal	Prestação de serviços de segurança privada	44,00%	Eq. Patrimonial
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Veículos, SA (LOCARENT)	1991	2003	Portugal	Renting	50,00%	Eq. Patrimonial
Banco Delle Tre Venezie, Spa	2006	2007	Itália	Banca	20,00%	Eq. Patrimonial
Nankum, SA	1998	2010	Portugal	Produção de semicondutores	41,06%	Eq. Patrimonial
Ascendí Douro - Estradas do Douro Interior, S.A.	2008	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	17,04%	Eq. Patrimonial
Ascendí Pinhal Interior - Estradas do Pinhal Interior, S.A.	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	17,04%	Eq. Patrimonial
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1974	2010	Portugal	Sociedade financeira de crédito	17,50%	Eq. Patrimonial

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
<b>Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)</b>	<b>1993</b>	<b>1997</b>	<b>Portugal</b>	<b>Banca de investimento</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>Esprito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (ESCAPITAL)</i>	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
<i>SES Iberia</i>	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50,00%	Integral
<i>HLC - Centrais de Cogeração, S.A.</i>	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	24,50%	Eq. Patrimonial
<i>Coporgest, SA</i>	2002	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Synergy Industry and Technology, S.A.</i>	2006	2007	Espanha	Gestão de participações sociais	26,00%	Eq. Patrimonial
<i>Saigar Investments</i>	2007	2007	Espanha	Prestação de serviços	47,28%	Eq. Patrimonial
<i>Só Peso Restauração e Hotelaria, S.A.</i>	2006	2007	Portugal	Restauração e hotelaria	9,77%	Eq. Patrimonial
<i>ESSI Comunicações SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>ESSI SGPS, SA</i>	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Esprito Santo Investment Sp, Z.o.o.</i>	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	100,00%	Integral
<i>Esprito Santo Investment Holding, Limited</i>	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Execution Holdings, Ltd</i>	2001	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	50,10%	Integral
<i>Esprito Santo Investments PLC</i>	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100,00%	Integral
<i>ESSI Investimentos SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>ESSI FIN, SGPS, SA</i>	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	60,00%	Integral
<i>Fin Solutia - Consultoria e Gestão de Créditos, SA</i>	2007	2007	Portugal	Gestão e recuperação de créditos	29,70%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Company, SP</i>	2007	2008	Polónia	Serviços diversos	33,00%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Capital SP</i>	2007	2008	Polónia	Serviços diversos	33,00%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Management Company, SP</i>	2008	2008	Polónia	Serviços diversos	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Rua Bonita, Sp, zoo</i>	2010	2010	Polónia	Serviços diversos	12,50%	Eq. Patrimonial
<i>Esprito Santo Investimentos, SA</i>	1996	1996	Brasil	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>BES Investimento do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80,00%	Integral
<i>ZBCapital, SA</i>	2005	2005	Brasil	Gestão de participações sociais	45,00%	Eq. Patrimonial
<i>BES Securities do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Corretagem	80,00%	Integral
<i>Gespap Participações, Ltda.</i>	2001	2001	Brasil	Gestão de participações sociais	80,00%	Integral
<i>BES Activos Financeiros, Ltda</i>	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	82,50%	Integral
<i>Esprito Santo Serviços Financeiros DTVM, SA</i>	2010	2010	Brasil	Gestão de activos	80,00%	Integral
<i>FI Multimercado Treasury</i>	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80,00%	Integral
<i>BES REFRAN Investimentos</i>	2001	2009	Brasil	Intermediação Financeira	56,00%	Integral
<i>BES REFRAN Consultoria Financeira</i>	1998	2009	Brasil	Intermediação Financeira	56,00%	Integral
<i>BRB Internacional, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	24,93%	Eq. Patrimonial
<i>Prosport - Com. Desportivas, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Apolo Films, SL</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25,15%	Eq. Patrimonial
<i>Cominvest - SGI, S.A.</i>	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	49,00%	Integral
<i>Fundo Esprito Santo IBERIA I</i>	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	38,69%	Eq. Patrimonial
<i>Fundo BES Multimercado</i>	2009	2009	Brasil	Fundo de Investimento	57,83%	Integral
<i>Fundo BES Absolute Return</i>	2009	2009	Brasil	Fundo de Investimento	48,15%	Integral
<b>BES Betelligungs, GmbH (BES GMBH)</b>	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>Alemanha</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>Bank Esprito Santo Internacional, Ltd. (BESIL)</i>	1983	2002	Ilhas Caimão	Banca	100,00%	Integral
<b>BES África, SGPS, SA (BES ÁFRICA)</b>	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>Alemanha</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>Banco Esprito Santo Cabo Verde, SA</i>	2010	2010	Cabo Verde	Banca	99,99%	Integral
<b>ESAF - Esprito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)</b>	<b>1992</b>	<b>1992</b>	<b>Portugal</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>85,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>Esprito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85,00%	Integral
<i>Esprito Santo Internacional Management, SA</i>	1995	1995	Luxemburgo	Gestão de fundos de investimento	84,83%	Integral
<i>Esprito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, SA</i>	1992	1992	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85,00%	Integral
<i>Esprito Santo Fundo de Pensões, SA</i>	1989	1989	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85,00%	Integral
<i>Capital Mais - Assessoria Financeira, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85,00%	Integral
<i>Esprito Santo International Asset Management, Ltd.</i>	1996	1998	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	41,65%	Eq. Patrimonial
<i>Esprito Santo Gestão de Patrimónios, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85,00%	Integral
<i>ESAF - Esprito Santo Participações Internacionais, SGPS, SA</i>	1996	1996	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85,00%	Integral
<i>ESAF - International Distributors Associates, Ltd</i>	2001	2001	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	85,00%	Integral
<i>ESAF - Alternative Asset Management, Ltd</i>	2007	2007	Reino Unido	Gestão de fundos de investimento	85,00%	Integral

*Handwritten notes and signatures:*  
 Day  
 H  
 F  
 [Signature]

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
<b>ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)</b>	<b>2000</b>	<b>2000</b>	<b>Portugal</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
ES Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA	2005	2005	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
PT Prime Tradecom - Soluções Empresariais de Comércio Elect., SA	2000	2000	Portugal	Gestão de portais na Internet	33,33%	Eq. Patrimonial
Espirito Santo Contact Center, Gestão de Call Centers, SA (ESCC)	2000	2000	Portugal	Gestão de call centers	41,67%	Eq. Patrimonial
Banque Espirito Santo et de la Vénétie, SA (ES Vénétie)	1927	1993	França	Banca	42,69%	Eq. Patrimonial
<b>Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II</b>	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>Portugal</b>	<b>Fundo de Capital de Risco</b>	<b>58,79%</b>	<b>Integral</b>
Atlantic Ventures Corporation	2006	2006	Estados Unidos	Gestão de participações sociais	58,79%	Integral
Sousacamp, SGPS, SA	2007	2007	Portugal	Gestão de participações sociais	22,99%	Eq. Patrimonial
Global Active - SGPS, SA	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	26,26%	Eq. Patrimonial
Outsystems, SA	2007	2007	Portugal	Tecnologias de informação	17,22%	Eq. Patrimonial
Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA	2006	2006	Portugal	Tecnologias de informação	23,53%	Eq. Patrimonial
Multiwave Photonics, SA	2003	2008	Portugal	Tecnologias de informação	12,20%	Eq. Patrimonial
Bio-Genesis	2007	2007	Brasil	Gestão de participações sociais	17,60%	Eq. Patrimonial
YDreams - Informática, SA	2000	2009	Portugal	Tecnologias de informação	15,33%	Eq. Patrimonial
<b>Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III</b>	<b>2009</b>	<b>2009</b>	<b>Portugal</b>	<b>Fundo de Capital de Risco</b>	<b>57,81%</b>	<b>Integral</b>
Nutrigreen, SA	2007	2009	Portugal	Prestação de serviços diversos	11,56%	Eq. Patrimonial
Advance Cyclone Systems, SA	2008	2009	Portugal	Tratamento eliminação de resíduos inertes	18,50%	Eq. Patrimonial
<b>Fundo FCR PME / BES</b>	<b>1997</b>	<b>1997</b>	<b>Portugal</b>	<b>Fundo de Capital de Risco</b>	<b>55,07%</b>	<b>Integral</b>
Mobile World - Comunicações. SA	2009	2009	Portugal	Telecomunicações	26,98%	Eq. Patrimonial
MMCI - Multimédia, SA	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	26,98%	Eq. Patrimonial
TLCI 2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, SA	2006	2006	Portugal	Telecomunicações	26,98%	Eq. Patrimonial
Soprattutto Café, S.A	2006	2006	Portugal	Comércio e dist. Equipamentos de café	23,38%	Eq. Patrimonial
Enkrotti SA	2006	2006	Portugal	Gestão e Tratamento de Águas	16,52%	Eq. Patrimonial
Palexpo - Imagem Empresarial, SA	2009	2009	Portugal	Fabrico de mobiliário	27,26%	Eq. Patrimonial
Nova Figfort - Têxteis, Lda	1995	2009	Portugal	Fabrico de vestuário	18,34%	Eq. Patrimonial
Rodil - Sinks & Ideias, SA	2006	2006	Portugal	Indústria metálica	24,81%	Eq. Patrimonial
<b>Espirito Santo Activos Financieros, SA</b>	<b>1988</b>	<b>2000</b>	<b>Espanha</b>	<b>Gestão de activos</b>	<b>92,50%</b>	<b>Integral</b>
Espirito Santo Gestori, SA, SGIC	2001	2001	Espanha	Gestão de activos	92,50%	Integral
Gespastor, S.A., S.G.I.I.C.	1974	2010	Espanha	Gestão de activos	92,50%	Integral
Espirito Santo Pensiones, S.G.F.P., SA	2001	2001	Espanha	Gestão de fundos de pensões	92,50%	Integral
<b>Espirito Santo Bank (ESBANK)</b>	<b>1963</b>	<b>2000</b>	<b>Estados Unidos</b>	<b>Banca</b>	<b>98,45%</b>	<b>Integral</b>
ES Financial Services, Inc.	2000	2000	Estados Unidos	Corretagem	94,15%	Integral
Tagide Properties, Inc.	1991	1991	Estados Unidos	Gestão de investimentos imobiliários	98,45%	Integral
Espirito Santo Representaciones	2003	2003	Uruguai	Serviços de representação	98,45%	Integral
<b>ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Portugal</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>40,96%</b>	<b>Integral</b>
ES Concessions International Holding, BV	2010	2010	Holanda	Gestão de participações sociais	40,96%	Integral
Empark - Aparcamientos y Servicios, SA	1968	2009	Espanha	Exploração de parques estacionamento	9,17%	Eq. Patrimonial
Concesionaria Autopista Perote-Xalapa, CV	2008	2008	México	Concessionária de auto-estradas	8,19%	Eq. Patrimonial
Ascendi Group SGPS, SA	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	16,38%	Eq. Patrimonial
SCUTVIAS - Autoestradas de Beira Interior, SA	1999	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	9,11%	Eq. Patrimonial
Portvias - Portagem de Vias, SA	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	9,11%	Eq. Patrimonial
MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, SA	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	9,11%	Eq. Patrimonial
Auvisa - Autovia de los Viñedos, SA	2003	2010	Espanha	Concessionária de auto-estradas	20,48%	Eq. Patrimonial

- a) Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas actividades.
- b) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades, conforme política contabilística descrita na Nota 2.2.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

Adicionalmente, e de acordo com a SIC 12, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial:

	Ano de Constituição	Ano de aquisição	Sede	% interesse económico	Método de consolidação
ATAR Investments, Ltd	2001	2010	Jersey	50,20%	Integral
ELAN, Ltd	2003	2010	Jersey	100%	Integral
SB Finance, Ltd	2001	2010	Ilhas Caimão	100%	Integral
SIGNUM, Ltd 05/14/12	2001	2010	Ilhas Caimão	54,80%	Integral
SIGNUM, Ltd 05/21/12	2001	2010	Ilhas Caimão	63,96%	Integral
ARLO II, Ltd	2003	2010	Ilhas Caimão	100%	Integral
NAVIO 0 05/10/11 HERZOG	2001	2010	Jersey	100%	Integral
NAVIO 0 05/10/11 KHAN	2001	2010	Jersey	100%	Integral
NAVIO 0 05/10/11 ITAMI	2001	2010	Jersey	99,93%	Integral
Lusitano SME No.1 plc <sup>(*)</sup>	2006	2010	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.6 plc <sup>(*)</sup>	2007	2010	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Project Finance No.1 plc <sup>(*)</sup>	2007	2010	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.7 plc <sup>(*)</sup>	2008	2010	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Leverage finance No. 1 BV <sup>(*)</sup>	2010	2010	Holanda	100%	Integral
Lusitano SME No.2 <sup>(*)</sup>	2010	2010	Portugal	100%	Integral

(\*) Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização (ver Nota 40).

Em 31 de Dezembro de 2010, a consolidação destas entidades teve os seguintes impactos nas contas do Grupo:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito	468 085	235 561
Activos financeiros detidos para venda	406 734	-
Crédito a Clientes (líquido de imparidade)	5 715 334	4 346 416
Responsabilidades representadas por títulos	1 208 319	1 527 467
Resultado líquido	14 346	10 540

No decorrer do exercício de 2010 ocorreram alterações ao nível da estrutura do Grupo, das quais se destacam as seguintes:

### - Empresas subsidiárias

- Em Abril de 2010, o BES adquiriu 40% do capital social do Aman Bank for Commerce and Investment Stock Company (Aman Bank), banco privado com sede em Trípoli, na Líbia, tendo realizado um investimento de 40,3 milhões de euros. Esta entidade é consolidada pelo método integral, uma vez que o BES assumiu o controlo da gestão do Banco (ver Nota 43);
- Em Julho de 2010 procedeu-se à liquidação da Cêntimo – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;
- Em Julho de 2010, foi constituído o Banco Espírito Santo Cabo Verde com um capital social de 13 milhões de euros, sendo detido pela BES África em 99,99%;
- Em Novembro de 2010, o BESI adquiriu uma participação indirecta de 50,1% no Execution Holdings Limited pelo valor de 58 165 milhares de euros. Esta entidade é consolidada pelo método

de consolidação integral uma vez que o Grupo assumiu o controlo da gestão da entidade (ver Nota 43);

- Em Novembro de 2010, o BESI alienou a participação que detinha na Kutaya;
- Em Dezembro de 2010, a ESAF - Espírito Santo Activos Financieros (subsidiária do BES em Espanha) concretizou (através da Espírito Santo Gestion, SGIIC) a compra ao Banco Pastor (Espanha) da totalidade do capital social da Gespastor SGIIC, uma sociedade gestora de investimento colectivo, pelo valor de 25 354 milhares de euros. Esta entidade passou a ser consolidada pelo método de consolidação integral (ver Nota 43).

- Empresas associadas (ver Nota 25)

- Em Março de 2010, na sequência do processo de falência da Qimonda, o Banco adquiriu uma participação de 41,06% da Nanium, SA;
- Em Março de 2010, a ES Concessões adquiriu 50% do capital social da Auvisa - Autovia de los Viñedos;
- Em Junho de 2010, a AQUASPY Group Pty Limited deixou de pertencer ao perímetro de consolidação do Grupo em virtude de, no âmbito da alteração da sua estrutura accionista, ter deixado de ter influência significativa na sua gestão;
- Em Junho de 2010, o Grupo adquiriu 8,41% da UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, SA, passando a deter 17,50%. Esta entidade foi incluída no perímetro de consolidação do Grupo devido à influência significativa que o mesmo passou a deter na sua gestão. À data da primeira consolidação foi reconhecido um proveito de 7 347 milhares de euros relativamente à reavaliação da participação anteriormente detida de acordo com o disposto no IFRS 3, conforme política contabilística descrita na nota 2.2;
- Em Julho de 2010, o Grupo alienou a participação detida na Neumáticos Andrés Investments, SA, tendo obtido uma mais-valia de 3 559 milhares de euros;
- Em Dezembro de 2010, a ES Concessões adquiriu participações de 22,38% na Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, SA e na Portvias - Portagem de Vias, SA, por um valor de 50 669 milhares de euros e 11 milhares de euros, respectivamente, passando estas a integrar o perímetro de consolidação do Grupo;
- Em Dezembro de 2010, a ESTV alienou as acções que detinha na SGPICE à PT Prime Tradecom, recebendo em troca acções representativas de 33% do capital social desta última;
- Em Dezembro de 2010, o BESI adquiriu 23,7% do capital da Salgar Investments por 5 268 milhares de euros, passando a deter um total de 47,28% do capital desta última;
- Em Dezembro de 2010, a ES Concessões adquiriu uma participação de 40% na Ascendi Group SGPS, SA, através da entrega em espécie de acções da Ascendi Beira Litoral e Alta, Ascendi Grande Porto, Ascendi Costa de Prata e Aenor no valor de 163 341 milhares de euros, tendo reconhecido uma mais valia de 42 964 milhares de euros. Ainda no âmbito desta operação, foi alienada a participação detida na Ascendi SGPS, SA.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

Durante os exercícios de 2010 e 2009, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

	31.12.2010						
	Aquisições			Vendas			
	Valor de aquisição	Outros investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (a)	Total	Mais/ (menos valias) em vendas
<b>Empresas subsidiárias</b>							
AMAN Bank	24 275	15 994	40 269	-	-	-	-
BES ÁFRICA	-	14 100	14 100	-	-	-	-
BES Cabo Verde	12 995	-	12 995	-	-	-	-
Gespastor	25 354	-	25 354	-	-	-	-
Espírito Santo Activos Financieros	-	15 000	15 000	-	-	-	-
Kutaya	-	-	-	-	-	-	( 122)
Execution Holdings	58 165	-	58 165	-	-	-	-
	120 789	45 094	165 883	-	-	-	( 122)
<b>Empresas associadas</b>							
Ascendi Group, SGPS	163 341	-	163 341	-	-	-	-
SCUTVIAS	50 669	-	50 669	-	-	-	-
Auvisa	41 056	-	41 056	-	-	-	-
Unicre	10 929	568	11 497	-	-	-	-
Nanium	1 481	6 159	7 640	-	-	-	-
Salgar Investments	5 268	-	5 268	-	-	-	-
Banco Delle Tre Venezie	-	3 651	3 651	-	-	-	-
PT Prime Tradecom	-	2 015	2 015	-	-	-	-
TLCI 2	-	1 835	1 835	-	-	-	-
Ydreams	-	1 270	1 270	-	-	-	-
Ascendi Beira Litoral e Alta	-	-	-	( 77 030)	( 761)	( 77 791)	16 695
Ascendi Grande Porto	-	-	-	( 54 391)	( 369)	( 54 760)	18 073
Ascendi Costa de Prata	-	-	-	( 22 637)	-	( 22 637)	6 196
Empark	-	-	-	( 7 136)	-	( 7 136)	-
Neumáticos Andrés Investments, SA	-	-	-	( 5 660)	-	( 5 660)	3 559
Agrilink (Aguaspy)	-	-	-	-	( 3 573)	( 3 573)	-
Ascendi - Concessões de Transportes	-	-	-	( 2 400)	-	( 2 400)	2 000
Outros	1 388	2 989	4 377	-	( 652)	( 652)	-
	274 132	18 487	292 619	( 169 254)	( 5 355)	( 174 609)	46 523
	<b>394 921</b>	<b>63 581</b>	<b>458 502</b>	<b>( 169 254)</b>	<b>( 5 355)</b>	<b>( 174 609)</b>	<b>46 401</b>

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

	31.12.2009						(milhares de euros)
	Aquisições			Vendas			Mais/ (menos vendas/ liquidações
	Valor de aquisição	Outros Investimentos <sup>(a)</sup>	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos <sup>(a)</sup>	Total	
<b>Empresas subsidiárias</b>							
Fundo Morumbi <sup>(b)</sup>	-	-	-	-	-	-	832
ES Data <sup>(c)</sup>	-	-	-	-	-	-	( 8 388)
ESFC <sup>(d)</sup>	-	-	-	-	-	-	713
BES Angola <sup>(e)</sup>	-	80 600	80 600	260 308	-	260 308	190 879
	-	80 600	80 600	260 308	-	260 308	184 036
<b>Empresas associadas</b>							
Ascendi	-	800	800	-	400	400	-
Coreworks	-	11	11	-	-	-	-
Sousacamp	-	3 000	3 000	-	-	-	-
Outsystems	2 400	-	2 400	-	-	-	-
BIO-Genesis	-	927	927	-	-	-	-
Nutrigreen	1 521	1 000	2 521	-	-	-	-
Synergy	8 000	-	8 000	-	-	-	-
Ydreams	7 576	-	7 576	-	-	-	-
Agrilink (Aguaspy)	3 390	-	3 390	-	-	-	-
Mobile World	123	-	123	-	-	-	-
Advance Ciclone Systems	1 200	-	1 200	-	-	-	-
Empark	61 413	-	61 413	-	-	-	-
Decomed	-	-	-	1 000	-	1 000	250
Locarent	450	-	450	-	-	-	-
Banco Delle Tre Venezie	5 275	-	5 275	-	-	-	-
AMAL SGPS	652	-	652	-	-	-	-
Cortinovador	247	-	247	-	-	-	-
Global Active	-	90	90	-	-	-	-
Lusoscut Costa de Prata	-	753	753	-	283	283	-
Lusoscut Grande Porto	-	-	-	-	2 783	2 783	-
Lusoscut Beira Litoral e Alta	-	-	-	-	683	683	-
	92 247	6 581	98 828	1 000	4 149	5 149	250
	<b>92 247</b>	<b>87 181</b>	<b>179 428</b>	<b>261 308</b>	<b>4 149</b>	<b>265 457</b>	<b>184 286</b>

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos  
 (b) Fundo liquidado em Março de 2009  
 (c) Empresa liquidada em Setembro de 2009  
 (d) Empresa liquidada em Novembro de 2009  
 (e) Alienação de 24% em Dezembro de 2009

**Nota 2 – Principais políticas contabilísticas**

**2.1. Bases de apresentação**

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas da ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (ESF(P)) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas da ESF(P) agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2010. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2010 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2009. Contudo e tal como descrito na Nota 44, o Grupo adoptou, na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2010, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2010. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, descritas nesta nota, foram adoptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2010 não teve um efeito material nas contas do Grupo.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 44.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 9 de Maio de 2011.

### **2.2. Princípios de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos da ESF(P) e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo ESF(P)), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

### **Subsidiárias**

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento que esse controlo cessa.

Até 31 de Dezembro de 2009, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excediam o valor do respectivo interesse no capital próprio dessa subsidiária o excesso era atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que fossem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente eram reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo fossem recuperadas. Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

### **Associadas**

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas da ESF(P) pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a

mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

### **Entidades de finalidade especial (SPE)**

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades da SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades da SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios da SPE estando por isso exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos da SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

### **Fundos de investimento geridos pelo Grupo**

No âmbito da actividade de gestão de activos, o Grupo gere fundos de investimento por conta e risco dos detentores das unidades de participação. As demonstrações financeiras destes fundos não são

consolidadas pelo Grupo excepto nos casos em que é exercido controlo sobre a sua actividade nos termos definidos na SIC – 12. Presume-se que existe controlo sobre um fundo quando o Grupo detém mais do que 50% das respectivas unidades de participação.

### **Goodwill**

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes líquidos adquiridos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, os interesses que não controlam correspondem à respectiva proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a correspondente parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

### **Transacções com interesses que não controlam**

Até 31 de Dezembro de 2009, o *goodwill* resultante da aquisição de interesses que não controlam numa subsidiária representava a diferença entre o custo de aquisição do investimento adicional na subsidiária e o valor contabilístico, à data da compra, dos activos líquidos adquiridos, expresso nas contas consolidadas. Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, sem alteração de controlo, que correspondesse a um aumento nos interesses que não controlam, eram reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, a aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

### **Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional da ESF(P).

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;

As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas

diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

#### **Saldos e transacções eliminadas na consolidação**

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

#### **2.3. Operações em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

#### **2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura**

##### **Classificação**

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

### Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

### Contabilidade de cobertura

#### • Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

#### • Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de

rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- **Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)**

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferidas para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

#### **Derivados embutidos**

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

#### **2.5. Crédito a clientes**

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O Grupo, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.4. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.6.

### **Imparidade**

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que

são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

## 2.6. Outros activos financeiros

### Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- **Activos financeiros ao justo valor através dos resultados**

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 21 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- **Investimentos detidos até à maturidade**

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- **Activos financeiros disponíveis para venda**

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

### **Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento**

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios

associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

### **Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

### **Transferências entre categorias**

O Grupo apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras durante os anos de 2010 e 2009.

### **Imparidade**

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

#### **2.7. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos**

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

## 2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As acções preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

### **2.9. Instrumentos de capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos, não cumulativos, só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo.

### **2.10. Compensação de instrumentos financeiros**

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **2.11. Activos não correntes detidos para venda**

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são

remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua actividade corrente de concessão de crédito o Grupo incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Grupo procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento (nº1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

O Grupo tem como objectivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de Mercado

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtido através de prospecção de mercado realizada na zona.

b) Método do Rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do Custo

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indirectos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados.

## 2.12. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado, mensurado de acordo com os IFRS, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## 2.13. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

#### **2.14. Locações**

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

##### **Locações operacionais**

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

##### **Locações financeiras**

- **Como locatário**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- **Como locador**

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a

clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## **2.15. Benefícios aos empregados**

### **Pensões**

Face às responsabilidades assumidas pelo Grupo no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) do sector bancário, foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos para o pessoal admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Durante o exercício de 2008 o BES decidiu, após autorização do Instituto de Seguros de Portugal, proceder à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões, que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor nos termos definidos pelo IAS 19.



Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do período, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Grupo determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Em cada período o Grupo reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Semestralmente, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários serão integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei nº1-A /2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva será de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que é extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

### **Benefícios de saúde**

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão desde 2008, cobertas pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

### **Prémios de antiguidade**

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado semestralmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

### **Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)**

O BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA), que terminou em Dezembro de 2010. Este plano consistia na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que podia variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo, os empregados tinham a obrigatoriedade de manter as acções, após o qual as podiam vender no mercado, mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida que tinham perante o Banco, ou alternativamente, podiam vendê-las ao BES pelo custo de aquisição.

As acções detidas pelos trabalhadores no âmbito do SIBA foram contabilizadas como acções próprias, sendo este plano de incentivos enquadrável no âmbito do IFRS 2 – Pagamento com base em acções como um pagamento baseado em acções com liquidação física.

Para cada programa, os pagamentos baseados em acções com liquidação física eram avaliados na data da concessão e o justo valor reconhecido, ao longo da vida do programa, como um custo do exercício, com o correspondente aumento dos capitais próprios. Anualmente, o montante reconhecido como custo foi ajustado de forma a reflectir o número actual de operações vivas.

Variações subsequentes no justo valor dos instrumentos de capital concedidos aos trabalhadores não eram reconhecidas.

### **Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)**

No primeiro semestre de 2008, na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BES e das suas subsidiárias têm o direito ao recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores têm de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadra-se no âmbito do IFRS 2 - Pagamento com base em acções e corresponde a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, é imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante é reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

### **Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)**

Na sequência das recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, na Assembleia Geral de Accionistas do BES de 6 de Abril de 2010, foi aprovada uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverão ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de acções. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre acções com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

A execução do PRVIF no que respeita ao total das remunerações em dinheiro, número de acções e de opções a atribuir a cada elemento da Comissão Executiva será fixado através de deliberações da Comissão de Vencimentos.

No que respeita à modalidade de atribuição de acções do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma rentabilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, igualmente pela Comissão de Vencimentos, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das acções do BES na Euronext ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O PRVIF prevê a possibilidade da atribuição de opções sobre acções do BES aos seus quadros de topo, entendidos como os directores gerais, assessores do conselho de administração e os directores coordenadores. As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração aos beneficiários em moldes idênticos ao referido para o programa de opções dos membros da Comissão Executiva.

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19), tendo sido contabilizado no exercício de 2010 um custo de 3 810 mil euros para remunerações variáveis. À data de 31 de Dezembro de 2010 não haviam sido atribuídas acções ou opções sobre acções no âmbito do PRVIF.

### Remunerações variáveis aos empregados (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

### 2.16. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de activos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes activos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o saldo activo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

### 2.17. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

### 2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de



resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

#### **2.19. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões**

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

#### **2.20. Reconhecimento de dividendos**

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

#### **2.21. Reporte por segmentos**

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

De acordo com o parágrafo 2 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, tendo em consideração que a Sociedade não tem instrumentos de capital ou de dívida cotados, nem se encontra num processo de admissão à cotação de títulos de capital ou de dívida, está dispensada de apresentar o reporte por segmentos.

#### **2.22. Resultados por acção**

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

De acordo com o parágrafo 2 do IAS 33 – Resultados por Acção, tendo em consideração que a Sociedade não tem acções ordinárias ou potenciais acções ordinárias cotadas, nem se encontra num processo de admissão à cotação de acções ordinárias ou potenciais acções ordinárias, está dispensada de apresentar a informação relativa aos resultados por acção.

### **2.23. Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

### **Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

### 3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

### 3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### 3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

### **3.4. Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)**

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (ver Nota 2.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

### **3.5. Investimentos detidos até à maturidade**

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados pôderia ter impactos diferentes em resultados.

### 3.6. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Sociedade e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da ESF(P) e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### 3.7. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

### Nota 4 – Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2010			31.12.2009		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
<b>Juros e proveitos similares</b>						
Juros de crédito	1 994 564	43 230	2 037 794	2 140 313	54 942	2 195 255
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	266 590	266 590	-	322 916	322 916
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	51 236	16 163	67 399	80 043	17 837	97 880
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	306 046	-	306 046	175 577	-	175 577
Juros de investimentos detidos até à maturidade	115 480	-	115 480	92 172	-	92 172
Juros de derivados para gestão de risco	-	918 685	918 685	-	931 950	931 950
Outros juros e proveitos similares	14 301	-	14 301	17 039	-	17 039
	<b>2 481 627</b>	<b>1 244 668</b>	<b>3 726 295</b>	<b>2 505 144</b>	<b>1 327 645</b>	<b>3 832 789</b>
<b>Juros e custos similares</b>						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	735 089	204 020	939 109	539 511	319 845	859 356
Juros de recursos de clientes	446 727	61 098	507 825	439 754	23 816	463 570
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	186 074	8 403	194 477	230 949	48 297	279 246
Juros de passivos subordinados	117 791	-	117 791	130 816	6 484	137 300
Juros de derivados para gestão de risco	-	805 508	805 508	-	900 647	900 647
	<b>1 485 681</b>	<b>1 079 029</b>	<b>2 564 710</b>	<b>1 341 030</b>	<b>1 299 089</b>	<b>2 640 119</b>
	<b>995 946</b>	<b>165 639</b>	<b>1 161 585</b>	<b>1 164 114</b>	<b>28 556</b>	<b>1 192 670</b>

Incluído em juros de crédito encontra-se o valor de 24 363 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 18 626 milhares de euros) relativo às alterações do montante das provisões para perdas por imparidade do crédito atribuíveis ao efeito do desconto financeiro associado ao cálculo da imparidade (ver Nota 19).

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.4 e 2.18, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8.

**Nota 5 – Resultados de serviços e comissões**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	522 360	497 200
Por garantias prestadas	184 624	125 274
Por operações realizadas com títulos	44 495	35 521
Por compromissos perante terceiros	42 987	31 699
Outros rendimentos de serviços e comissões	92 216	96 630
	<u>886 682</u>	<u>786 324</u>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	72 567	70 931
Por operações realizadas com títulos	25 135	20 773
Por garantias recebidas	1 699	1 423
Outros encargos com serviços e comissões	18 109	13 246
	<u>117 510</u>	<u>106 373</u>
	<u>769 172</u>	<u>679 951</u>

**CONTAS CONSOLIDADAS – 2010**

**Nota 6 – Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2010			31.12.2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Títulos detidos para negociação</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	123 509	163 317	( 39 808)	83 458	74 965	8 493
De outros emissores	25 187	19 203	5 984	27 484	70 589	( 43 105)
Acções	76 260	76 096	164	162 759	88 149	74 610
Outros títulos de rendimento variável	4 570	9 134	( 4 564)	11 759	2 021	9 738
	<u>229 526</u>	<u>267 750</u>	<u>( 38 224)</u>	<u>285 460</u>	<u>235 724</u>	<u>49 736</u>
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>						
Contratos sobre taxas de câmbio	2 231 425	2 442 295	( 210 870)	3 133 213	3 494 862	( 361 649)
Contratos sobre taxas de juro	6 834 416	6 809 057	25 359	6 868 426	6 624 717	243 709
Contratos sobre acções/índices	1 450 159	1 478 864	( 28 705)	1 956 853	1 888 526	68 327
Contratos sobre créditos	545 887	539 458	6 429	378 833	391 465	( 12 632)
Outros	398 226	395 537	2 689	543 405	454 038	89 367
	<u>11 460 113</u>	<u>11 665 211</u>	<u>( 205 098)</u>	<u>12 880 730</u>	<u>12 853 608</u>	<u>27 122</u>
	<b><u>11 689 639</u></b>	<b><u>11 932 961</u></b>	<b><u>( 243 322)</u></b>	<b><u>13 166 190</u></b>	<b><u>13 089 332</u></b>	<b><u>76 858</u></b>
<b>Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>						
<b>Títulos</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	217	8	209			
De outros emissores	145 117	118 356	26 761	263 228	163 040	100 188
Acções	1 335	188	1 147	4 482	6	4 476
Outros títulos de rendimento variável	152 206	193 614	( 41 408)	85 129	192 513	( 107 384)
	<u>298 875</u>	<u>312 166</u>	<u>( 13 291)</u>	<u>352 839</u>	<u>355 559</u>	<u>( 2 720)</u>
<b>Outros activos financeiros <sup>(1)</sup></b>						
Aplicações em instituições de crédito	479	715	( 236)	1 155	965	190
Crédito a clientes	141 964	146 271	( 4 307)	22 488	21 064	1 424
	<u>142 443</u>	<u>146 986</u>	<u>( 4 543)</u>	<u>23 643</u>	<u>22 029</u>	<u>1 614</u>
<b>Passivos financeiros <sup>(1)</sup></b>						
Recursos de instituições de crédito	30 104	36 488	( 6 384)	60 704	89 213	( 28 509)
Recursos de clientes	84 778	112 693	( 27 915)	21 831	38 785	( 16 954)
Débitos representados por títulos	285 941	179 099	106 842	245 617	312 149	( 66 532)
Outros passivos subordinados	11 877	14 783	( 2 906)	15 159	29 713	( 14 554)
	<u>412 700</u>	<u>343 063</u>	<u>69 637</u>	<u>343 311</u>	<u>469 860</u>	<u>( 126 549)</u>
	<b><u>854 018</u></b>	<b><u>802 215</u></b>	<b><u>51 803</u></b>	<b><u>719 793</u></b>	<b><u>847 448</u></b>	<b><u>( 127 655)</u></b>
	<b><u>12 543 657</u></b>	<b><u>12 735 176</u></b>	<b><u>( 191 519)</u></b>	<b><u>13 885 983</u></b>	<b><u>13 936 780</u></b>	<b><u>( 50 797)</u></b>

(1) inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*.

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui um efeito positivo de 82,7 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (31 de Dezembro de 2009: efeito negativo de 41,0 milhões de euros).

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Grupo, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso do Grupo ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

Em 2010, os ganhos reconhecidos em resultados decorrentes desta situação, os quais se relacionam essencialmente com operações cambiais, ascenderam a cerca de 10 446 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: proveitos de 9 006 milhares de euros).

**Nota 7 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2010			31.12.2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	18 478	19 913	( 1 435)	3 443	2 551	892
De outros emissores	13 888	19 543	( 5 655)	29 407	14 267	15 140
Acções	458 664	90 390	368 274	300 298	137 500	162 798
Outros títulos de rendimento variável	11 008	7 756	3 252	11 252	843	10 409
	<b>502 038</b>	<b>137 602</b>	<b>364 436</b>	<b>344 400</b>	<b>155 161</b>	<b>189 239</b>

Durante o exercício de 2010, o Grupo transaccionou em bolsa e a preços de mercado, (i) 43,2 milhões de acções da EDP, (ii) 11,7 milhões de acções da PT e (iii) 52,5 milhões de acções do Bradesco, tendo realizado as mais e menos valias subjacentes aos títulos transaccionados que, no conjunto, se traduziram num resultado positivo de 287,6 milhões de euros.

A rubrica da demonstração de resultados - Rendimentos de instrumentos de capital, no valor de 193 292 milhares de euros, inclui dividendos recebidos da PT, Bradesco e EDP no valor de 129,1 milhões de euros, 32,4 milhões de euros e 17,2 milhões de euros, respectivamente (31 de Dezembro 2009: 34,3 milhões de euros da PT, 27,7 milhões de euros do Bradesco e 15,6 milhões de euros da EDP).

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

Durante o exercício de 2009, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado, (i) 111,6 milhões de acções da EDP, (ii) 69,4 milhões de acções da PT e (iii) 23,0 milhões de acções do Bradesco, tendo o Grupo realizado as mais e menos valias subjacentes aos títulos transaccionados que, no conjunto, se traduziram num resultado positivo de 52,1 milhões de euros.

As transacções com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 39.

### Nota 8 – Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	1 485 616	1 438 885	46 731	1 139 932	1 081 399	58 533
	<b>1 485 616</b>	<b>1 438 885</b>	<b>46 731</b>	<b>1 139 932</b>	<b>1 081 399</b>	<b>58 533</b>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

### Nota 9 – Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Outros proveitos / (custos) de exploração</b>		
Serviços informáticos	6 700	6 104
Ganhos na aquisição de dívida emitida pelo Grupo (ver Nota 33)	32 291	109 554
Proveitos não recorrentes em operações de crédito	19 582	18 590
Serviços não recorrentes de consultoria	5 619	6 893
Impostos directos e indirectos	( 14 309)	( 11 527)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	( 5 644)	( 4 751)
Quotizações e donativos	( 7 846)	( 7 234)
Perdas decorrentes de resoluções contratuais	( 38 368)	( 24 978)
Outros	( 12 034)	( 283)
	<b>( 14 009)</b>	<b>92 368</b>

**Nota 10 – Custos com pessoal**

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Vencimentos e salários	452 531	403 734
Remunerações	448 585	400 720
Prémios por antiguidade (ver Nota 11)	3 946	3 014
Encargos sociais obrigatórios	70 464	58 893
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 11)	88 251	85 317
Outros custos	17 952	18 630
	<b>629 198</b>	<b>566 574</b>

Incluído em outros custos encontra-se o montante de 515 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 362 milhares de euros) relativo ao plano de incentivo baseado em acções (SIBA) e 4 301 milhares de euros relativo ao Plano de pagamento de remuneração variável – PPRV (31 de Dezembro de 2009: 4 301 milhares de euros), conforme política contabilística descrita na Nota 2.15. Os detalhes destes planos são analisados na Nota 11.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo ESF(P) são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)			
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Outro pessoal chave da gestão	Total
<b>31 de Dezembro de 2010</b>				
Remunerações	1 012	8	18 791	19 811
Participações nos lucros	1 256	-	8 893	10 149
<b>Sub total</b>	<b>2 268</b>	<b>8</b>	<b>27 684</b>	<b>29 960</b>
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	-	-	5 955	5 955
Outras remunerações e prémios de antiguidade	4	-	719	723
<b>Total</b>	<b>2 272</b>	<b>8</b>	<b>34 358</b>	<b>36 638</b>
<b>31 de Dezembro de 2009</b>				
Remunerações	805	8	12 592	13 405
Participações nos lucros	1 141	-	10 126	11 267
<b>Sub total</b>	<b>1 946</b>	<b>8</b>	<b>22 718</b>	<b>24 672</b>
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	13	-	5 590	5 603
Outras remunerações e prémios de antiguidade	-	-	748	748
<b>Total</b>	<b>1 959</b>	<b>8</b>	<b>29 056</b>	<b>31 023</b>

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

Considera-se “Outro pessoal chave da gestão” os Directores gerais e os Assessores do Conselho de Administração do BES e os Administradores das empresas subsidiárias.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o valor do crédito concedido pelo Grupo ao pessoal chave da gestão ascendia a 27 637 milhares de euros e 30 313 milhares de euros, respectivamente.

O número de colaboradores do Grupo ESF(P), considerando os efectivos e os contratados a termo, decompõe-se como segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Colaboradores da ESF(P)	5	4
Colaboradores do BES	6 750	6 637
Colaboradores das subsidiárias financeiras do Grupo	3 108	2 265
<b>Total colaboradores em empresas financeiras do Grupo</b>	<b>9 863</b>	<b>8 906</b>

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Grupo ESF(P) analisa-se como segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Funções directivas	1 193	1 043
Funções de chefia	1 034	980
Funções específicas	3 990	3 620
Funções administrativas e outras	3 646	3 264
	<b>9 863</b>	<b>8 907</b>

### Nota 11 – Benefícios a empregados

#### *Pensões de reforma e benefícios de saúde*

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Grupo assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo e admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Grupo constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias acima referidas, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e, no exercício de 2009, o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.

No âmbito do novo Acordo Tripartido celebrado entre o Governo, a Banca e os Sindicatos, a partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários serão integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

O referido acordo estabelece que nenhum empregado bancário integrado na Segurança Social verá o valor da sua pensão de reforma diminuído em relação ao actualmente previsto nas convenções colectivas. As pensões de reforma dos bancários a serem integrados na Segurança Social continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do regime geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da segurança social. Nesta base, a exposição ao risco actuarial e financeiro associado aos benefícios com reforma mantém-se.

Não obstante, a integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um ganho, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010, devendo este ganho ser diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

Desta forma, o Grupo não registou ao nível das demonstrações financeiras qualquer impacto no cálculo actuarial em 31 de Dezembro de 2010 decorrente da integração dos seus trabalhadores no Regime da Segurança Social.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
<b>Pressupostos Financeiros</b>				
Taxas de evolução salarial	3,25%	3,25%	3,00%	3,70%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%	0,20%	1,60%
Taxas de rendimento do fundo	5,50%	6,00%	2,17%	10,82%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%	-	-
<b>Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação</b>				
Tábua de Mortalidade				
Homens			TV 73/77 (ajustada)	
Mulheres			TV 88/90	
Métodos de valorização actuarial			Project Unit Credit Method	

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2010	31.12.2009
Activos	6 292	6 248
Reformados e sobreviventes	5 684	5 655
<b>Total</b>	<b>11 976</b>	<b>11 903</b>

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>		
Responsabilidades com pensões de reforma		
Pensionistas	(1 292 087)	(1 278 006)
Activos	<u>( 799 508)</u>	<u>( 738 793)</u>
	<b>(2 091 595)</b>	<b>(2 016 799)</b>
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Pensionistas	( 70 371)	( 68 869)
Activos	<u>( 43 400)</u>	<u>( 39 534)</u>
	<b>( 113 771)</b>	<b>( 108 403)</b>
<b>Total de responsabilidades</b>	<b><u>(2 205 366)</u></b>	<b><u>(2 125 202)</u></b>
<b>Coberturas</b>		
Saldos dos Fundos	<b><u>2 206 313</u></b>	<b><u>2 198 280</u></b>
Excesso de cobertura/ (valores a entregar ao fundo/ passivos) reconhecidos	947	73 078
Desvios actuariais diferidos	884 528	839 063
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço</b>	<b><u>885 475</u></b>	<b><u>912 141</u></b>

De acordo com a política definida na Nota 2.15 – Benefícios aos empregados, o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente. Os activos líquidos com pensões encontram-se registados em Outros activos (ver Nota 26).

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.15 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

(milhares de euros)

	31.12.2010			31.12.2009		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	<b>2 016 799</b>	<b>108 403</b>	<b>2 125 202</b>	<b>1 958 118</b>	<b>106 756</b>	<b>2 064 874</b>
Custo do serviço corrente	36 483	2 180	38 663	38 569	2 197	40 766
Custo dos juros	109 425	5 904	115 329	108 907	5 947	114 854
Contribuições dos participantes	3 243	1	3 244	3 198	1	3 199
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício:						
- Alteração de pressupostos	-	-	-	(40 867)	(2 285)	(43 152)
- (Ganhos) e perdas de experiência	21 955	3 246	25 201	50 034	1 549	51 583
Pensões pagas pelo fundo	(105 293)	(5 945)	(111 238)	(104 069)	(5 831)	(109 900)
Benefícios pagos pelo Grupo	-	-	-	-	(34)	(34)
Reformas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais e outros	8 983	(18)	8 965	2 909	103	3 012
<b>Responsabilidades no final do exercício</b>	<b>2 091 595</b>	<b>113 771</b>	<b>2 205 366</b>	<b>2 016 799</b>	<b>108 403</b>	<b>2 125 202</b>

Em 31 de Dezembro de 2010, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 17,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 16,4 milhões de euros), e um acréscimo no custo anual do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 1,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 1,2 milhões de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2010	31.12.2009
<b>Saldo dos fundos no início do exercício</b>	<b>2 198 280</b>	<b>2 056 627</b>
Rendimento real do fundo	45 296	210 935
Contribuições do Grupo	58 027	34 209
Contribuições dos empregados	3 244	3 199
Pensões pagas pelo fundo	(111 238)	(109 900)
Diferenças cambiais e outros	12 704	3 210
<b>Saldo dos fundos no final do exercício</b>	<b>2 206 313</b>	<b>2 198 280</b>

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

(milhares de euros)

	31.12.2010	31.12.2009
Acções	759 778	705 821
Obrigações	441 178	748 773
Imóveis	477 677	447 249
Outros	527 680	296 437
<b>Total</b>	<b>2 206 313</b>	<b>2 198 280</b>

Os activos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Acções	37 895	46 859
Obrigações	1 132	3 776
Imóveis	169 125	170 331
<b>Total</b>	<b>208 152</b>	<b>220 966</b>

Em 31 de Dezembro de 2010, as acções detidas pelos fundos de pensões correspondem a 13,2 milhões de acções do BES (31 de Dezembro de 2009: 10,3 milhões de acções do BES).

Durante os exercícios de 2010 e 2009 não se efectuaram transacções com os Fundos de Pensões do Grupo.

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Desvios actuariais diferidos no início do exercício</b>	<b>839 063</b>	<b>971 172</b>
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício:		
- Alteração de pressupostos	-	( 43 152)
- (Ganhos) e perdas de experiência	92 096	( 39 411)
Amortização do exercício	( 46 450)	( 49 638)
Outros	( 181)	92
<b>Desvios actuariais diferidos no final do exercício</b>	<b>884 528</b>	<b>839 063</b>
Dos quais:		
Dentro do corredor	218 528	219 459
Fora do corredor	666 000	619 604

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

A evolução do excesso de cobertura pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Activos/(passivos) no início do exercício</b>	<b>73 078</b>	<b>( 8 247)</b>
Ganhos e (perdas) actuarias das responsabilidades	( 25 201)	( 8 431)
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	( 66 895)	90 994
Encargos do exercício:		
- Custo do serviço corrente	( 38 663)	( 40 766)
- Custo dos juros	( 115 329)	( 114 854)
- Rendimento esperado do fundo	112 191	119 941
- Reformas antecipadas	-	-
Outros	3 739	198
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	58 027	34 243
<b>Activos/( passivos) no final do exercício</b>	<b>947</b>	<b>73 078</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Custo do serviço corrente	38 663	40 766
Custo dos juros	115 329	114 854
Rendimento esperado do fundo	( 112 191)	( 119 941)
Amortização do exercício	46 450	49 638
<b>Custos com pessoal</b>	<b>88 251</b>	<b>85 317</b>

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>No início do exercício</b>	<b>912 141</b>	<b>962 925</b>
Custo do exercício	( 88 251)	( 85 317)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	58 027	34 243
Outros	3 558	290
<b>No final do exercício</b>	<b>885 475</b>	<b>912 141</b>

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2006
<b>Responsabilidades</b>					
Pensões de reforma	(2 091 595)	(2 016 799)	(1 958 118)	(1 970 365)	(1 891 647)
Benefícios de saúde	( 113 771)	( 108 403)	( 106 756)	( 110 675)	( 109 797)
	<u>(2 205 366)</u>	<u>(2 125 202)</u>	<u>(2 064 874)</u>	<u>(2 081 040)</u>	<u>(2 001 444)</u>
<b>Saldo dos fundos</b>	2 206 313	2 198 280	2 056 627	2 233 823	2 028 780
<b>Responsabilidades (sub) / sobre financiadas</b>	<u>947</u>	<u>73 078</u>	<u>( 8 247)</u>	<u>152 783</u>	<u>27 336</u>
<b>(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades</b>					
Pensões de reforma	21 955	50 034	23 491	42 590	3 460
Benefícios de saúde	3 246	1 549	19	( 1 881)	( 11 577)
<b>(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo</b>	66 895	( 90 994)	727 214	( 157 635)	( 140 990)

### SIBA

No exercício de 2000, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consistia na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que podia variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados tinham a obrigatoriedade de manter as acções, após o que (i) as podem vender no mercado, (ii) mantê-las em carteira, procedendo neste caso ao pagamento integral da dívida ao Banco ou (iii) vendê-las ao BES pelo seu custo de aquisição. Em 29 de Dezembro de 2010 venceu-se a última série do plano de 2004, cessando assim a aplicação do SIBA.

O movimento das acções subjacentes aos planos em vigor, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foi como segue:

	31.12.2010		31.12.2009	
	Número de acções	Valor (milhares de euros)	Número de acções	Valor (milhares de euros)
Saldo no início do exercício	1 276 261	25 083	2 479 081	29 838
Acções alienadas <sup>(1)</sup>	(1 276 261)	( 2 952)	(1 202 820)	( 4 755)
Valor líquido resultante das transacções sobre acções SIBA <sup>(2)</sup>	-	( 22 131)	-	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	-	-	1 276 261	25 083

<sup>(1)</sup> Inclui as acções alienadas pelo Banco em mercado, após o exercício pelo empregado do direito de venda ao custo de aquisição, e as acções liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.

<sup>(2)</sup> Valor transferido para Outras reservas em 2010

O total de custos reconhecidos com os planos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Custos reconhecidos com os planos (ver Nota 10)	515	362

Os custos com os planos foram reconhecidos como Custos com pessoal por contrapartida de Outras reservas conforme política contabilística descrita na Nota 2.15.

### **Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)**

No primeiro semestre de 2008 e na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas do BES, de 31 de Março de 2008, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos designado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PPRV	Após aumento de capital realizado em 2009 <sup>(a)</sup>
Data inicial de referência	02-Jun-2008	
Data final de referência	02-Jun-2011	
Direitos atribuídos	5.000.000	8.285.626
Preço de referência (euros)	11,00	6,64
Taxa de Juro	5,22%	
Volatilidade	33,5%	
Valor inicial do plano (mil euros)	12.902	

<sup>(a)</sup> Inclui o ajustamento do efeito de diluição decorrente do aumento de capital

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.15, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 12 902 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base, durante o exercício de 2010 o Grupo reconheceu em custos com pessoal o valor de 4 301 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009:

4 301 milhares de euros). A variação do justo valor ao longo do prazo do programa é reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, sendo que 31 de Dezembro de 2010 o justo valor era nulo (31 de Dezembro de 2009: 394 milhares de euros).

#### ***Prémio por antiguidade***

Conforme referido na Nota 2.15, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades assumidas pelo Grupo ascendem a 29 655 milhares de euros e 28 602 milhares de euros respectivamente (ver Nota 34). Os custos reconhecidos no exercício de 2010 com o prémio por antiguidade foram de 3 946 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 3 014 milhares de euros).

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top, a smaller one below it, and another at the bottom.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

### Nota 12 – Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Rendas e alugueres	69 256	65 122
Publicidade e publicações	43 255	42 501
Comunicações e expedição	38 333	36 042
Conservação e reparação	18 124	16 594
Deslocações e representação	37 487	28 292
Transportes	9 080	10 085
Seguros	7 439	6 639
Serviços de Informática	64 325	55 450
Trabalho independente	8 327	7 097
Mão de obra eventual	8 168	7 354
Sistema electrónico de pagamentos	12 900	12 707
Estudos e consultas	15 595	14 373
Judiciais, contencioso e notariado	20 823	17 894
Consultores e auditores externos	8 801	9 565
Água, energia e combustíveis	10 649	9 971
Material de consumo corrente	5 738	5 808
Outros custos	63 877	58 422
	<b>442 177</b>	<b>403 916</b>

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, serviços especializados com segurança e vigilância, informações e custos com formação e fornecimentos externos diversos.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até um ano	1 882	1 640
De um a cinco anos	2 089	3 148
	<b>3 971</b>	<b>4 788</b>

Os honorários facturados durante o exercício de 2010 e 2009 pelo Revisor Oficial de Contas e por Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artº 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2008
Serviços de Auditoria e Revisão legal das contas	2 387	2 110
Outros serviços de garantia de fiabilidade decorrentes da função de Revisor oficial de contas	1 567	1 090
Serviços de consultoria fiscal	649	516
Outros serviços que não de revisão legal de contas	1 067	4 163
<b>Valor total dos serviços facturados</b>	<b>5 670</b>	<b>7 879</b>

### Nota 13 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Caixa	306 203	218 595
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	120 045	931 906
Outros bancos centrais	504 257	1 041 816
	<b>624 302</b>	<b>1 973 722</b>
	<b>930 505</b>	<b>2 192 317</b>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal, no montante de 116 208 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 613 710 milhares de euros), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2010 a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 1,00 % (31 de Dezembro de 2009: 1,27%).

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2010 foi incluído no período de manutenção de 08 de Dezembro de 2010 a 18 de Janeiro de 2011, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 577 milhões de euros.

### Nota 14 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	181 680	213 172
Depósitos à ordem	64 392	60 567
	<u>246 072</u>	<u>273 739</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	148 127	159 669
Cheques a cobrar	1 260	825
Outras disponibilidades	162 523	176 356
	<u>311 910</u>	<u>336 850</u>
	<u>557 982</u>	<u>610 589</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

**Nota 15 – Activos e passivos financeiros detidos para negociação**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Activos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Títulos</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 524 069	2 379 701
De outros emissores	295 823	79 195
Acções	181 238	70 559
Outros títulos de rendimento variável	538	-
	<b>2 001 668</b>	<b>2 529 455</b>
<b>Derivados</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 927 074	1 923 791
	<b>3 928 742</b>	<b>4 453 246</b>
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1 957 969	1 561 143
Vendas a descoberto	130 038	-
	<b>2 088 007</b>	<b>1 561 143</b>

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Grupo, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço. Caso os mesmos sejam vendidos, o Grupo reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos activos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	741 087	724 846
De 3 meses a um ano	63 532	915 404
De um a cinco anos	443 589	296 438
Mais de cinco anos	567 712	522 208
Duração indeterminada	185 748	70 559
	<b>2 001 668</b>	<b>2 529 455</b>

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	(milhares de euros)					
	31.12.2010			31.12.2009		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
<b>Títulos</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 524 069	-	1 524 069	2 371 692	8 009	2 379 701
De outros emissores	35 195	260 628	295 823	5 213	73 982	79 195
Acções	181 238	-	181 238	68 217	2 342	70 559
Outros títulos de rendimento variável	538	-	538	-	-	-
	<b>1 741 040</b>	<b>260 628</b>	<b>2 001 668</b>	<b>2 445 122</b>	<b>84 333</b>	<b>2 529 455</b>

Os instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	31.12.2010			31.12.2009		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
	Activo	Passivo		Activo	Passivo	
<b>Derivados de negociação</b>						
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>						
Forward						
- compras	1 509 550			1 055 945		
- vendas	1 495 411	39 212	70 486	946 493	14 802	7 244
Currency Swaps						
- compras	3 626 838			1 336 825		
- vendas	3 632 969	9 689	10 188	1 331 185	3 230	2 325
Currency Futures	319 608	-	-	52 604	-	-
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	3 664 746			1 355 584		
- vendas	3 646 180	318 313	154 614	1 336 190	196 850	186 836
Currency Options	5 921 549	130 067	154 837	5 131 966	131 597	120 811
	<b>23 816 851</b>	<b>497 281</b>	<b>390 125</b>	<b>12 546 792</b>	<b>346 479</b>	<b>317 216</b>
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>						
Forward Rate Agreements	1 124 000	408	197	215 189	16	58
Interest Rate Swaps	41 600 058	1 165 191	1 189 653	39 086 226	1 331 145	985 972
Swaption - Interest Rate Options	2 747 426	4 893	3 502	7 623 745	12 835	11 678
Interest Rate Caps & Floors	8 523 046	63 400	52 830	9 389 755	75 835	45 483
Interest Rate Futures	17 207 167	-	-	5 000	-	-
Interest Rate Options	32 310 536	194	28 261	4 426 549	816	358
Future Options	29 458 165	-	-	63 730	-	-
	<b>132 970 398</b>	<b>1 234 086</b>	<b>1 274 443</b>	<b>60 810 194</b>	<b>1 420 647</b>	<b>1 043 549</b>
<b>Contratos sobre acções/índices</b>						
Equity / Index Swaps	678 278	20 069	31 099	963 363	34 219	41 627
Equity / Index Options	3 405 551	115 744	212 068	2 273 747	84 791	124 241
Equity / Index Futures	361 985	-	-	362 071	-	-
Future Options	5 242 778	-	-	153 984	-	-
	<b>9 688 592</b>	<b>135 813</b>	<b>243 167</b>	<b>3 753 165</b>	<b>119 010</b>	<b>165 868</b>
<b>Contratos sobre crédito</b>						
Credit Default Swaps	3 544 556	59 894	50 234	2 971 504	37 655	34 510
<b>Total</b>	<b>170 020 397</b>	<b>1 927 074</b>	<b>1 957 969</b>	<b>80 081 655</b>	<b>1 923 791</b>	<b>1 561 143</b>

Em 31 de Dezembro de 2010, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados inclui o valor líquido de 73,1 milhões de euros referente ao justo valor passivo dos derivados embutidos, conforme descrito na Nota 2.4 (31 de Dezembro de 2009: 28,1 milhões de euros de justo valor passivo).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento, é como segue:

	(milhares de euros)			
	2010		2009	
	Nocional	Justo valor (líquido)	Nocional	Justo valor (líquido)
Até 3 meses	50 324 918	( 2 092)	9 743 294	14 640
De 3 meses a um ano	61 940 718	18 265	12 641 266	202 404
De um a cinco anos	27 675 040	( 229 375)	23 203 837	9 905
Mais de cinco anos	30 079 721	182 307	34 493 258	135 699
	<b>170 020 397</b>	<b>( 30 895)</b>	<b>80 081 655</b>	<b>362 648</b>

#### Nota 16 – Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	259 002	780 466
Acções	15 145	12 821
Outros títulos	1 150 184	209 014
	<b>1 424 331</b>	<b>1 002 301</b>

A opção do Grupo em designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Grupo, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados por prazos de vencimento é como segue:

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	72 067	30 537
De 3 meses a um ano	2 836	36 311
De um a cinco anos	609 681	596 125
Mais de cinco anos	724 598	244 104
Duração indeterminada	15 149	95 224
	<b>1 424 331</b>	<b>1 002 301</b>

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	(milhares de euros)					
	31.12.2010			31.12.2009		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	51 516	207 486	259 002	150 422	630 044	780 466
Acções	15 145	-	15 145	12 821	-	12 821
Outros títulos de rendimento variável	-	1 150 184	1 150 184	-	209 014	209 014
	<b>66 661</b>	<b>1 357 670</b>	<b>1 424 331</b>	<b>163 243</b>	<b>839 058</b>	<b>1 002 301</b>

### Nota 17 – Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)				
	Custo <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor		Perdas por Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	3 745 390	368	( 26 974)	( 1)	3 718 783
De outros emissores	5 034 328	15 845	( 68 013)	( 30 496)	4 951 664
Acções	2 270 027	219 852	( 81 690)	( 92 694)	2 315 495
Outros títulos de rendimento variável	731 936	22 428	( 5 792)	( 36 041)	712 531
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>11 781 681</b>	<b>258 493</b>	<b>( 182 469)</b>	<b>( 159 232)</b>	<b>11 698 473</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	2 104 239	1 260	( 41)	-	2 105 458
De outros emissores	3 135 292	14 506	( 15 356)	( 32 219)	3 102 223
Acções	2 274 334	441 691	( 52 733)	( 78 445)	2 584 847
Outros títulos de rendimento variável	681 048	9 957	( 8 781)	( 27 226)	654 998
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>8 194 913</b>	<b>467 414</b>	<b>( 76 911)</b>	<b>( 137 890)</b>	<b>8 447 526</b>

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, o Grupo avalia regularmente se existe evidencia objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 37.

Em Dezembro de 2010, o Grupo efectuou uma operação de securitização de papel comercial (activos financeiros disponíveis para venda) no valor de 603 milhões de euros no âmbito da operação Lusitano SME No.2 (ver Notas 1 e 40).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo inicial	137 890	106 160
Dotações	36 113	30 970
Utilizações	( 14 515)	( 29 738)
Reversões	( 6 311)	( 2 101)
Diferenças de câmbio e outras <sup>a)</sup>	6 055	32 599
<b>Saldo final</b>	<b>159 232</b>	<b>137 890</b>

<sup>a)</sup> Em 31 de Dezembro de 2009 inclui 21 214 milhares de euros relacionados com a conversão de operações de crédito em títulos.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o escalonamento temporal dos activos financeiros detidos para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	2 586 843	1 430 055
De 3 meses a um ano	3 170 908	1 124 549
De um a cinco anos	1 228 709	1 121 747
Mais de cinco anos	1 684 744	1 533 362
Duração indeterminada	3 027 269	3 237 813
	<b>11 698 473</b>	<b>8 447 526</b>

As principais posições em acções, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são as seguintes:

**CONTAS CONSOLIDADAS – 2010**

(milhares de euros)

<b>31.12.2010</b>					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	759 002	170 217	-	-	929 219
Portugal Telecom	754 062	-	( 7 280)	-	746 782
EDP	284 953	-	( 49 897)	-	235 056
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 290	7 293	-	( 344)	9 239
	<b>1 800 307</b>	<b>177 510</b>	<b>( 57 177)</b>	<b>( 344)</b>	<b>1 920 296</b>

(milhares de euros)

<b>31.12.2009</b>					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	696 267	316 762	-	-	1 013 029
Portugal Telecom	493 639	67 361	-	-	561 000
EDP	345 589	-	( 601)	-	344 988
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	7 309	-	( 682)	9 107
	<b>1 537 975</b>	<b>391 432</b>	<b>( 601)</b>	<b>( 682)</b>	<b>1 928 124</b>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as menos valias potenciais nas principais exposições em activos financeiros disponíveis para venda encontravam-se registadas nas reservas de justo valor, uma vez que não cumpriam os critérios de julgamento para reconhecimento de imparidade, nomeadamente não apresentavam desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição, nem se verificavam valores de mercado inferiores ao valor de aquisição por um período superior a doze meses.

Durante o exercício de 2009 o Grupo procedeu à constituição da AVISTAR, S.G.P.S., S.A., entidade que tem como objectivo concentrar as participações estratégicas. A AVISTAR adquiriu em Bolsa e a preços de mercado posições sobre a EDP, a Portugal Telecom e parte da posição no Banco Bradesco, detendo o Grupo a 31 de Dezembro de 2010, respectivamente, 94,4 milhões de acções, 89,1 milhões de acções e 80,2 milhões de acções destas entidades.

A desagregação dos Activos financeiros disponíveis para venda, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é a seguinte:

	(milhares de euros)					
	31.12.2010			31.12.2009		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 728 459	1 990 324	3 718 783	159 441	1 946 017	2 105 458
De outros emissores	1 729 920	3 221 744	4 951 664	454 805	2 647 418	3 102 223
Acções	2 047 683	267 812	2 315 495	2 316 592	268 255	2 584 847
Outros títulos de rendimento variável	88 326	624 205	712 531	176 615	478 383	654 998
	<b>5 594 388</b>	<b>6 104 085</b>	<b>11 698 473</b>	<b>3 107 453</b>	<b>5 340 073</b>	<b>8 447 526</b>

### Nota 18 – Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>		
Mercado monetário interbancário	16	20 826
Depósitos	1 295 533	4 081 424
Empréstimos	42 241	114 621
Aplicações de muito curto prazo	27 105	26 504
Outras aplicações	64 483	68 077
	<b>1 429 378</b>	<b>4 311 452</b>
<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos	1 370 001	1 315 060
Aplicações de muito curto prazo	55 269	736 848
Empréstimos	1 000 033	1 602 218
Outras aplicações	390 999	40 247
	<b>2 816 302</b>	<b>3 694 373</b>
Perdas por imparidade	( 244)	( 416)
	<b>4 245 436</b>	<b>8 005 409</b>

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2010, venciam juros à taxa média anual de 1,53% (31 de Dezembro de 2009: 1,44%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às taxas dos mercados internacionais onde o Grupo opera.

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo da rubrica Depósitos em instituições de crédito no país inclui depósitos no Sistema Europeu de Bancos Centrais (Banco de Portugal), no valor de 1 200 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 3 750 milhões de euros).

A 31 de Dezembro de 2009 esta rubrica incluía 776 786 milhares de euros de aplicações em instituições de crédito registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 21).

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	3 590 122	7 096 962
De 3 meses a um ano	377 361	671 297
De um a cinco anos	232 281	210 929
Mais de cinco anos	45 633	25 965
Duração indeterminada	283	672
	<b>4 245 680</b>	<b>8 005 825</b>

Os movimentos ocorridos no exercício com perdas por imparidade em aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Saldo inicial</b>	416	1 022
Dotações	164	410
Reversões	( 378)	( 1 511)
Diferenças de câmbio e outras	42	495
<b>Saldo final</b>	<b>244</b>	<b>416</b>

## Nota 19 – Crédito a clientes

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Crédito interno</b>		
A empresas		
Empréstimos	14 107 206	13 045 107
Créditos em conta corrente	4 800 692	5 036 175
Locação financeira	3 200 046	3 235 795
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	554 527	684 152
<i>Factoring</i>	1 566 142	1 551 064
Descobertos	25 048	51 705
Outros créditos	226 522	173 276
A particulares		
Habitação	10 716 984	10 726 226
Consumo e outros	2 254 461	2 404 614
	<b>37 451 628</b>	<b>36 908 114</b>
<b>Crédito ao exterior</b>		
A empresas		
Empréstimos	8 553 156	7 603 437
Créditos em conta corrente	2 147 981	2 041 724
Locação financeira	182 281	250 012
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	174 543	197 423
<i>Factoring</i>	50 802	50 929
Descobertos	372 415	211 558
Outros créditos	1 229 237	1 556 885
A particulares		
Habitação	884 958	505 036
Consumo e outros	452 445	312 573
	<b>14 047 818</b>	<b>12 729 577</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Até 3 meses	79 520	82 852
De 3 meses a 1 ano	258 045	290 551
De 1 a 3 anos	536 733	353 038
Há mais de 3 anos	232 367	167 022
	<b>1 106 665</b>	<b>893 463</b>
	<b>52 606 111</b>	<b>50 531 154</b>
Perdas por imparidade	(1 776 988)	(1 552 307)
	<b>50 829 123</b>	<b>48 978 847</b>

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de crédito a clientes (líquido de imparidade) inclui o montante de 5 715,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 4 346,4 milhões de euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.2, os veículos

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

securizadores são consolidados pelo Grupo (ver Nota 1). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representadas por títulos (ver Notas 1 e 30).

Em 31 de Dezembro de 2010, o crédito vivo inclui 4 963 051 milhares de euros de crédito à habitação afectos à emissão de obrigações hipotecárias (31 de Dezembro de 2009: 4 053 833 milhares de euros) (ver Nota 30).

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na Nota 41.

O escalonamento do crédito a clientes por prazo de vencimento, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	3 911 717	6 408 614
De 3 meses a um ano	7 211 983	5 586 634
De um a cinco anos	11 507 829	12 561 896
Mais de cinco anos	28 867 917	25 080 547
Duração indeterminada	1 106 665	893 463
	<b>52 606 111</b>	<b>50 531 154</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo inicial	1 552 307	1 148 065
Dotações	559 421	598 965
Utilizações	( 107 939)	( 85 362)
Reversões	( 207 612)	( 59 024)
Efeito do desconto	( 24 363)	( 18 626)
Diferenças de câmbio e outras	5 174	( 31 711)
<b>Saldo final</b>	<b>1 776 988</b>	<b>1 552 307</b>

O efeito do desconto reflecte o valor do juro reconhecido em relação ao crédito vencido como consequência das perdas por imparidade serem calculadas com base no método dos fluxos de caixa futuros descontados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

**31.12.2010**

	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		Crédito líquido de imparidade
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	
Crédito a Empresas	8 313 225	1 063 999	29 769 724	322 320	38 082 949	1 386 319	36 696 630
Crédito a particulares - Habitação	1 206 383	193 056	10 494 630	26 285	11 701 013	219 341	11 481 672
Crédito a particulares - Outro	456 680	134 482	2 365 469	36 846	2 822 149	171 328	2 650 821
<b>Total</b>	<b>9 976 288</b>	<b>1 391 537</b>	<b>42 629 823</b>	<b>385 451</b>	<b>52 606 111</b>	<b>1 776 988</b>	<b>50 829 123</b>

(milhares de euros)

**31.12.2009**

	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		Crédito líquido de imparidade
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	
Crédito a Empresas	7 369 360	868 557	28 991 907	315 299	36 361 267	1 183 856	35 177 411
Crédito a particulares - Habitação	1 209 501	187 197	10 143 077	25 336	11 352 578	212 533	11 140 045
Crédito a particulares - Outro	503 404	118 710	2 313 905	37 208	2 817 309	155 918	2 661 391
<b>Total</b>	<b>9 082 265</b>	<b>1 174 464</b>	<b>41 448 889</b>	<b>377 843</b>	<b>50 531 154</b>	<b>1 552 307</b>	<b>48 978 847</b>

O crédito com imparidade calculada em base individual inclui créditos correntes com sinais de imparidade, créditos vencidos há mais de 90 dias e o crédito renegociado.

Em 31 de Dezembro de 2010 o crédito vivo (crédito a clientes excluindo o crédito e juros vencidos) inclui 90 098 milhares de euros de crédito renegociado (31 de Dezembro de 2009: 103 197 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

O juro reconhecido na conta de exploração relativo a créditos com sinais de imparidade foi de 382,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 395,6 milhões de euros), o qual inclui o efeito do desconto do crédito vencido com imparidade.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

A distribuição do crédito por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Taxa fixa	5 776 929	4 919 532
Taxa variável	46 829 182	45 611 622
	<b>52 606 111</b>	<b>50 531 154</b>

O crédito de locação financeira, por prazos residuais é apresentado de seguida:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Rendas e valores residuais vincendos</b>		
Até um ano	550 083	548 974
De um a cinco anos	1 473 693	1 416 826
Mais de cinco anos	<u>1 861 778</u>	<u>1 982 437</u>
	<b>3 885 554</b>	<b>3 948 237</b>
<b>Juros vincendos</b>		
Até um ano	80 102	46 704
De um a cinco anos	222 904	154 929
Mais de cinco anos	<u>200 221</u>	<u>260 797</u>
	<b>503 227</b>	<b>462 430</b>
<b>Capital vincendo</b>		
Até um ano	469 981	502 270
De um a cinco anos	1 250 789	1 261 897
Mais de cinco anos	<u>1 661 557</u>	<u>1 721 640</u>
	<b>3 382 327</b>	<b>3 485 807</b>

**Nota 20 – Investimentos detidos até à maturidade**

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	827 260	583 578
De outros emissores	1 675 060	1 986 244
	<b>2 502 320</b>	<b>2 569 822</b>
Perdas por imparidade	( 50 094)	( 34 565)
	<b>2 452 226</b>	<b>2 535 257</b>

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	160 750	126 998
De 3 meses a um ano	179 517	374 842
De um a cinco anos	1 196 592	1 119 752
Mais de cinco anos	915 367	913 665
	<b>2 452 226</b>	<b>2 535 257</b>

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	(milhares de euros)					
	31.12.2010			31.12.2009		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	824 982	2 278	827 260	583 578	-	583 578
De outros emissores	928 651	696 315	1 624 966	1 132 075	819 604	1 951 679
	<b>1 753 633</b>	<b>698 593</b>	<b>2 452 226</b>	<b>1 715 653</b>	<b>819 604</b>	<b>2 535 257</b>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade para os investimentos detidos até à maturidade apresenta-se como segue:

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo inicial	34 565	-
Dotações	46 744	44 107
Utilizações	( 30 702)	( 8 140)
Diferenças de câmbio e outras	( 513)	( 1 402)
<b>Saldo final</b>	<b>50 094</b>	<b>34 565</b>

Durante o exercício de 2008 o Grupo procedeu à transferência de títulos no valor de 767,2 milhões de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Na data da transferência			Taxa efectiva <sup>b)</sup>	Valor de mercado em Dezembro 2008	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2010 <sup>c)</sup>
			Reserva de justo valor		Valor dos Cash flows futuros <sup>a)</sup>			
			Positiva	Negativa				
De Activos financeiros disponíveis para venda	551 897	522 715	424	( 29 607)	701 070	5,75%	485 831	15 489
De Activos financeiros detidos para negociação	243 114	244 530	-	-	408 976	11,50%	237 295	-
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>	<b>795 011</b>	<b>767 245</b>	<b>424</b>	<b>( 29 607)</b>	<b>1 110 046</b>		<b>723 126</b>	<b>15 489</b>

a) Montantes totais de capital e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas forwards decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

b) A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas forwards decorrentes da curva de rendimento à data da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da call, quando aplicável, e a data de maturidade do título.

c) O valor da reserva de justo valor amortizada durante o exercício de 2010 foi de 5 866 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 8 698 milhares de euros).

A reclassificação de activos financeiros detidos para negociação para investimentos detidos até à maturidade foi realizada no âmbito das alterações efectuadas ao IAS 39 e à IFRS 7 adoptadas pelo Regulamento (CE) n° 1004/2008 emitido em 15 de Outubro de 2008. Esta reclassificação foi efectuada devido à situação excepcionalmente adversa dos mercados provocada pela crise financeira internacional que caracterizou o exercício de 2008, situação que foi considerada como uma das raras circunstâncias previstas na alteração do IAS 39.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras do Grupo seria o seguinte:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Activos e passivos ao justo valor através de resultados</b>		
Impacto em resultados do exercício	( 4 838)	( 6 493)
Efeito fiscal	524	902
	<u>( 4 314)</u>	<u>( 5 591)</u>
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>		
Impacto em reservas de justo valor	8 269	5 738
Efeito fiscal	( 2 031)	( 1 320)
	<u>6 238</u>	<u>4 418</u>

Durante os exercícios de 2010 e 2009 o Grupo não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

### Nota 21 – Derivados para gestão de risco

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o justo valor dos derivativos para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Cobertura	Gestão do risco	Total	Cobertura	Gestão do risco	Total
(milhares de euros)						
<b>Derivados para gestão do risco</b>						
Derivados para gestão do risco - activo	255 908	191 396	447 304	291 678	163 437	455 115
Derivados para gestão do risco - passivo	( 88 057)	( 140 887)	( 228 944)	( 92 843)	( 160 305)	( 253 148)
	<u>167 851</u>	<u>50 509</u>	<u>218 360</u>	<u>198 835</u>	<u>3 132</u>	<u>201 967</u>
<b>Componente de justo valor dos activos e passivos cobertos</b>						
<b>Activos financeiros</b>						
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	225	225
Crédito a clientes	21 140	-	21 140	29 277	-	29 277
	<u>21 140</u>	<u>-</u>	<u>21 140</u>	<u>29 277</u>	<u>225</u>	<u>29 502</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	( 29 639)	( 538)	( 30 177)	( 23 805)	( 7 720)	( 31 525)
Recursos de clientes	( 3 323)	( 14 760)	( 18 083)	( 5 549)	15 468	9 919
Responsabilidades representadas por títulos	( 42 004)	119 308	77 304	( 72 255)	( 45 858)	( 118 113)
Passivos subordinados	( 863)	-	( 863)	2 566	-	2 566
	<u>( 75 829)</u>	<u>104 010</u>	<u>28 181</u>	<u>( 99 043)</u>	<u>( 38 110)</u>	<u>( 137 153)</u>
	<u>( 54 689)</u>	<u>104 010</u>	<u>49 321</u>	<u>( 69 766)</u>	<u>( 37 885)</u>	<u>( 107 651)</u>

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.4, a rubrica derivativos para gestão de risco inclui, para além dos derivativos de cobertura, os derivativos contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivativos de cobertura).

#### Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisadas como segue:

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

(milhares de euros)

**31.12.2010**

Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado <sup>(2)</sup>	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto <sup>(1)</sup>	Variação do justo valor do elemento coberto no ano <sup>(1)</sup>
Interest Rate Swap	Crédito a clientes	Taxa de Juro	2 048 700	( 10 064)	2 759	21 140	( 4 307)
Interest Rate Swap/ Currency Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	192 444	31 622	5 260	( 29 639)	( 5 596)
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	125 417	7 932	( 2 206)	( 3 323)	2 227
Interest Rate Swap	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de Juro	4 540 844	137 033	( 27 403)	( 41 828)	28 734
Currency Interest Rate Swap	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de Juro e Câmbio	18 807	585	( 443)	( 176)	425
Currency Interest Rate Swap	Outros passivos subordinados	Taxa de Juro e Câmbio	276 104	743	( 5 382)	( 863)	( 2 906)
			<b>7 202 316</b>	<b>167 851</b>	<b>( 27 415)</b>	<b>( 54 689)</b>	<b>18 577</b>

(milhares de euros)

**31.12.2009**

Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado <sup>(2)</sup>	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto <sup>(1)</sup>	Variação do justo valor do elemento coberto no ano <sup>(1)</sup>
Interest Rate Swap	Crédito a clientes	Taxa de Juro	2 026 046	( 33 094)	2 206	29 277	1 424
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	125 417	9 988	1 758	( 5 549)	( 1 461)
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	141 044	19 524	( 9 545)	( 18 641)	9 743
Currency Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro e Câmbio	413 748	9 306	1 484	( 5 164)	( 2 821)
Interest Rate Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	Taxa de Juro	5 113 442	164 513	( 77 202)	( 71 677)	67 936
Currency Interest Rate Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	Taxa de Juro e Câmbio	18 887	968	914	( 578)	( 891)
Currency Interest Rate Swap	Outros passivos subordinados	Taxa de Juro e Câmbio	225 293	( 2 650)	30 439	2 566	( 14 554)
			<b>8 063 877</b>	<b>168 555</b>	<b>( 49 946)</b>	<b>( 69 766)</b>	<b>59 376</b>

<sup>(1)</sup> Atribuível ao risco coberto

<sup>(2)</sup> Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2010, a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 8,8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: proveito de 9,4 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

### Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.6 e 2.8, e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

*Handwritten notes:*  
 n.º 1  
 604  
 fu.  
 13

(milhares de euros)

31.12.2010

Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade <sup>(1)</sup>
	<b>Activo</b>							
FX Swap	Aplicações em instituições de crédito	-	-	13	-	( 236)	-	-
	<b>Passivo</b>							
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	262 007	41 353	( 40 532)	117	( 671)	163 914	289 617
FX Swap	Recursos de instituições de crédito	391 395	667	128	( 669)	( 128)	392 064	391 395
Credit Default Swap	Recursos de instituições de crédito	5 500	( 124)	( 142)	14	11	2 485	2 500
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	3 373 000	48 087	19 089	( 14 760)	( 30 142)	3 995 152	4 013 920
Interest Rate Swap/ Fx forwards	Responsabilidades representadas por títulos	1 422 772	( 13 897)	14 563	117 996	54 527	424 205	545 001
Credit Default Swap	Responsabilidades representadas por títulos	95 330	( 10 389)	( 9 621)	7 732	10 212	141 652	147 637
Equity Swap	Responsabilidades representadas por títulos	295 382	( 15 518)	( 22 396)	( 6 418)	12 650	237 948	226 512
Equity Option	Responsabilidades representadas por títulos	16 027	322	783	19	39	10 391	10 387
Fx Option	Responsabilidades representadas por títulos	605	8	( 192)	( 21)	255	15 475	15 453
		<b>5 862 018</b>	<b>50 509</b>	<b>( 38 307)</b>	<b>104 010</b>	<b>46 517</b>	<b>5 383 286</b>	<b>5 642 422</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade.

(milhares de euros)

31.12.2009

Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade <sup>(1)</sup>
	<b>Activo</b>							
FX Swap	Aplicações em instituições de crédito	805 061	343	( 498)	225	190	776 766	776 561
	<b>Passivo</b>							
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de Crédito	27 839	14 075	( 3 208)	( 7 703)	( 35 417)	66 874	75 402
FX Swap	Recursos de instituições de Crédito	74 426	35	174	( 17)	( 14)	34 724	34 708
Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	573 000	15 163	12 089	15 468	( 15 493)	1 437 369	1 414 952
Interest Rate Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	412 715	4 977	35 269	( 12 907)	( 37 376)	460 286	500 026
Currency Interest Rate Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	68 399	( 336)	497	515	( 954)	67 949	68 399
FX Forward	Responsabilidades Representadas por Títulos	6 799 523	822	( 2 621)	( 1 267)	867	7 357 541	7 358 474
Credit Default Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	63 254	( 287)	6 218	( 2 757)	( 5 734)	106 181	102 896
Equity Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	334 215	( 1 827)	93 094	( 29 167)	( 90 361)	261 801	228 585
Equity Option	Responsabilidades Representadas por Títulos	4 615	447	447	( 275)	( 19)	447	407
		<b>9 163 047</b>	<b>33 412</b>	<b>141 461</b>	<b>( 37 865)</b>	<b>( 184 311)</b>	<b>10 569 958</b>	<b>10 560 410</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade.

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Grupo, ascende em 31 de Dezembro de 2010 a 151 411 milhares de euros de proveitos em termos acumulados (31 de Dezembro de 2009: 68 755 milhares de euros de proveitos) e 82 656 milhares de euros de proveitos gerados no exercício (31 de Dezembro de 2009: 40 970 milhares de euros de custos do exercício).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

	(milhares de euros)			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	2 944 529	37 054	6 924 107	( 7 651)
De 3 meses a um ano	845 832	3 068	2 677 758	65 787
De um a cinco anos	7 144 996	95 559	5 361 209	126 035
Mais de cinco anos	2 128 977	82 679	2 263 850	17 796
	<b>13 064 334</b>	<b>218 360</b>	<b>17 226 924</b>	<b>201 967</b>

### Nota 22 – Activos e passivos não correntes detidos para venda

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Activos / passivos de subsidiárias adquiridas para revenda	21 423	5 411	36 484	21 609
Imóveis	641 112	-	421 704	-
Equipamento	1 840	-	2 063	-
	642 952	-	423 767	-
Perdas por imparidade	( 89 825)	-	( 52 666)	-
	<b>553 127</b>	<b>-</b>	<b>371 101</b>	<b>-</b>
	<b>574 550</b>	<b>5 411</b>	<b>407 585</b>	<b>21 609</b>

Os valores apresentados ligados a subsidiárias adquiridas para revenda referem-se a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo, e a imóveis e equipamentos recebidos em dação e instalações descontinuadas disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2010 o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 12 848 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 16 224 milhares de euros), tendo o Grupo registado uma perda por imparidade no valor de 3 924 milhares de euros para estes activos (31 de Dezembro de 2009: 8 764 milhares de euros).

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Saldo inicial</b>	460 251	302 267
Entradas	464 923	399 959
Vendas	( 260 003)	( 242 540)
Outros movimentos	( 796)	565
<b>Saldo final</b>	<b>664 375</b>	<b>460 251</b>

Na sequência das alienações ocorridas no exercício de 2010, o Grupo incorreu numa perda no montante de 12 727 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: perda de 14 012 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Saldo inicial</b>	52 666	31 379
Dotações	58 489	36 960
Utilizações	( 20 291)	( 15 628)
Reversões	( 965)	( 38)
Diferenças de câmbio e outras	( 74)	( 7)
<b>Saldo final</b>	<b>89 825</b>	<b>52 666</b>

**CONTAS CONSOLIDADAS – 2010**

**Nota 23 – Outros activos tangíveis**

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Imóveis</b>		
De serviço próprio	445 224	425 429
Beneficiações em edifícios arrendados	238 604	230 473
Outros	1 237	570
	<b>685 065</b>	<b>656 472</b>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	288 077	267 323
Instalações interiores	134 134	128 045
Mobiliário e material	124 376	121 645
Equipamento de segurança	35 655	34 203
Máquinas e ferramentas	35 696	34 433
Material de transporte	8 955	6 214
Outros	5 227	5 470
	<b>632 120</b>	<b>597 333</b>
<b>Outras imobilizações</b>	982	1 048
	<b>1 318 167</b>	<b>1 254 853</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Beneficiações em edifícios arrendados	1 577	2 160
Imóveis	250 609	116 675
Equipamento	9 597	4 790
Outros	151	299
	<b>261 934</b>	<b>123 924</b>
	<b>1 580 101</b>	<b>1 378 777</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	( 770 963)	( 719 952)
	<b>809 138</b>	<b>658 825</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>631 782</b>	<b>570 172</b>	<b>1 119</b>	<b>113 936</b>	<b>1 317 009</b>
Adições	7 117	22 068	-	70 312	99 497
Abates / vendas	( 2 220)	( 4 716)	( 2)	-	( 6 938)
Transferências (a)	25 668	12 183	-	( 43 768)	( 5 917)
Variação cambial e outros movimentos	( 5 875)	( 2 374)	( 69)	( 16 556)	( 24 874)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>656 472</b>	<b>597 333</b>	<b>1 048</b>	<b>123 924</b>	<b>1 378 777</b>
Adições	22 231	22 770	100	149 869	194 970
Abates / vendas	( 5 898)	( 6 958)	( 106)	( 31)	( 12 993)
Transferências (a)	2 495	6 354	6	( 14 733)	( 5 878)
Variação cambial e outros movimentos (b)	9 765	12 621	( 66)	2 905	25 225
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>685 065</b>	<b>632 120</b>	<b>982</b>	<b>261 934</b>	<b>1 580 101</b>
<b>Depreciações</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>243 854</b>	<b>434 131</b>	<b>429</b>	<b>-</b>	<b>678 414</b>
Depreciações do exercício	18 740	33 306	211	-	52 257
Abates / vendas	( 2 214)	( 4 696)	( 2)	-	( 6 912)
Transferências (a)	( 1 628)	( 98)	-	-	( 1 726)
Variação cambial e outros movimentos	( 561)	( 1 345)	( 175)	-	( 2 081)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>258 191</b>	<b>461 298</b>	<b>463</b>	<b>-</b>	<b>719 952</b>
Depreciações do exercício	22 109	39 823	101	-	62 033
Abates / vendas	( 5 316)	( 6 897)	( 106)	-	( 12 319)
Transferências (a)	( 1 502)	( 77)	-	-	( 1 579)
Variação cambial e outros movimentos (b)	927	2 022	( 73)	-	2 876
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>274 409</b>	<b>496 169</b>	<b>385</b>	<b>-</b>	<b>770 963</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>410 656</b>	<b>135 951</b>	<b>597</b>	<b>261 934</b>	<b>809 138</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>398 281</b>	<b>136 035</b>	<b>585</b>	<b>123 924</b>	<b>658 825</b>

(a) Respeitam a imobilizado (imóveis e equipamento) proveniente de balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para Activos não correntes detidos para venda

(b) Inclui 19 726 milhares de euros de imobilizado e 4 487 milhares de euros de amortizações acumuladas relativos à entrada no perímetro de consolidação do Aman Bank

Na rubrica equipamento – material de transporte encontra-se registado imobilizado adquirido em regime de locação financeira cujo plano de pagamento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Rendas e valores residuais vincendos</b>		
Até um ano	23	23
De um a cinco anos	46	68
	69	91
<b>Juros vincendos</b>		
Até um ano	4	4
De um a cinco anos	4	8
	8	12
<b>Capital vincendo</b>		
Até um ano	19	19
De um a cinco anos	42	60
	61	79

**Nota 24 – Activos intangíveis**

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Goodwill</b>	<b>152 375</b>	<b>74 046</b>
<b>Gerados internamente</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	38 360	28 479
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	561 677	517 338
Outras	1 312	1 301
	<b>562 989</b>	<b>518 639</b>
<b>Imobilizações em curso</b>	<b>35 732</b>	<b>27 549</b>
	<b>789 456</b>	<b>648 713</b>
<b>Amortização acumulada</b>	(497 360)	(452 326)
<b>Perdas por imparidade</b>	(1 800)	(1 743)
	<b>290 296</b>	<b>194 644</b>

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Grupo especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.13).

O goodwill é registado de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2, sendo analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Subsidiárias</b>		
ES Investment Holding <sup>(a)</sup> (ver Nota 43)	46 046	-
Gespastor (ver Nota 43)	19 000	-
Aman Bank (ver Nota 43)	15 533	-
Concordia	1 800	1 743
BESPAR	56 741	56 741
Outros	2 903	5 210
<b>Outras unidades geradoras de caixa</b>		
Gestão de Activos	2 459	2 459
Leasing e Factoring	7 893	7 893
	<u>152 375</u>	<u>74 046</u>
<b>Perdas por imparidade</b>	(1 800)	(1 743)
	<u><b>150 575</b></u>	<u><b>72 303</b></u>

<sup>(a)</sup> Holding detentora do Execution Noble

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	Goodwill	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>72 207</b>	<b>504 322</b>	<b>1 025</b>	<b>21 210</b>	<b>598 764</b>
Adições:					
Geradas internamente	-	-	-	8 621	8 621
Adquiridas a terceiros	5 519	11 153	115	29 934	46 721
Abates / vendas	(3 691)	(2)	-	-	(3 693)
Transferências	-	32 034	175	(32 209)	-
Variação cambial e outros movimentos	12	(1 690)	(14)	(7)	(1 699)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>74 047</b>	<b>545 817</b>	<b>1 301</b>	<b>27 549</b>	<b>648 714</b>
Adições:					
Geradas internamente	-	-	-	8 899	8 899
Adquiridas a terceiros	80 579	11 339	18	35 896	127 832
Abates / vendas (a)	-	(474)	(36)	(43)	(553)
Transferências	-	36 533	-	(36 533)	-
Variação cambial e outros movimentos	(2 251)	6 822	29	(36)	4 564
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>152 375</b>	<b>600 037</b>	<b>1 312</b>	<b>35 732</b>	<b>789 456</b>
<b>Amortizações</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>-</b>	<b>416 916</b>	<b>890</b>	<b>-</b>	<b>417 806</b>
Amortizações do período	-	34 906	154	-	35 060
Abates / vendas	-	(1)	-	-	(1)
Variação cambial e outros movimentos	-	(523)	(16)	-	(539)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>-</b>	<b>451 298</b>	<b>1 028</b>	<b>-</b>	<b>452 326</b>
Amortizações do período	-	37 984	131	-	38 115
Abates / vendas	-	(402)	(35)	-	(437)
Variação cambial e outros movimentos	-	7 331	25	-	7 356
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>-</b>	<b>496 211</b>	<b>1 149</b>	<b>-</b>	<b>497 360</b>
<b>Imparidade</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Perdas por imparidade (c)	956	-	-	-	956
Variação cambial	787	-	-	-	787
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>1 743</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 743</b>
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Variação cambial e outros movimentos	57	-	-	-	57
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>1 800</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 800</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>150 575</b>	<b>103 826</b>	<b>163</b>	<b>35 732</b>	<b>290 296</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>72 304</b>	<b>94 519</b>	<b>273</b>	<b>27 549</b>	<b>194 645</b>

(a) No âmbito da liquidação da ES Data, foi imputado a custos do exercício o valor do goodwill de 3 691 milhares de euros

(b) No âmbito da aquisição do Aman Bank, do Execution Noble e da GesPastor foi registado goodwill no valor de 15 533 milhares de euros, 46 046 milhares de euros e 19 000 milhares de euros, respectivamente

(c) Imparidade do goodwill da Concordia

*Handwritten signatures and initials:*  
 JF  
 May  
 Day  
 Jm  
 Azy

**Nota 25 – Investimentos em associadas**

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
BES VIDA	8 013 503	8 066 515	7 860 505	7 853 653	152 998	212 862	1 157 310	661 237	37 329	41 511
PARTRAN	2 339 276	1 925 243	2 008 487	1 671 443	330 789	253 800	438 467	391 631	1 922	6 765
ES VÉNÉTIE	1 631 953	1 299 980	1 473 339	1 149 362	158 614	150 618	63 644	59 545	8 485	4 049
LOCARENT	344 148	323 156	339 177	316 734	4 971	6 422	95 107	100 896	1 570	1 200
BES SEGUROS	120 028	127 345	95 738	99 903	24 290	27 442	66 183	63 782	4 015	5 540
ESEGU	48 794	50 321	38 554	39 758	10 240	10 563	48 264	60 888	1 000	1 800
EUROP ASSISTANCE	39 883	41 694	31 098	31 549	8 785	10 145	40 369	32 252	1 475	1 881
FUNDO ES IBERIA	18 824	24 109	15	2 235	18 809	21 874	2 626	422	1 947	( 1 959)
SCI GEORGES MANDEL	11 198	12 802	12	1 010	11 186	11 792	947	1 029	515	600
BRB INTERNACIONAL	11 788	11 081	10 240	10 418	1 548	663	4 612	2 058	( 120)	( 422)
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA	417 532	311 049	274 137	171 882	143 395	139 167	-	-	( 514)	-
LUSOSCU	504 386	565 404	450 672	519 510	53 714	45 894	19 254	57 968	7 922	18 220
LUSOSCU	958 226	991 576	800 794	891 095	157 432	100 481	26 068	116 623	14 509	22 565
LUSOSCU	738 043	703 216	652 655	659 879	85 388	43 337	16 251	65 453	7 899	5 619
ASCENDI GROUP	3 640 996	-	3 389 487	-	251 509	-	269 305	-	140 166	-
ASCENDI	45 394	33 553	46 915	32 053	( 1 521)	1 500	-	-	( 1 312)	( 1 128)
EMPARK	730 904	666 468	594 657	533 831	136 247	132 637	16 703	15 828	7 315	( 824)
AUVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	242 013	-	212 200	-	29 813	-	14 083	-	1 668	-
UNICRE	310 155	-	195 880	-	114 275	-	255 568	-	6 469	-
RODI SINKS & IDEAS	45 211	43 682	24 196	26 015	21 015	17 667	22 401	16 719	3 665	902
SCUTVIAS	802 170	-	729 831	-	72 339	-	96 488	-	10 907	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Dados ajustados para efeitos de consolidação

(milhares de euros)

	Custo da participação		Interesse económico		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível ao Grupo	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
BES VIDA	279 451	279 451	50,00%	50,00%	231 947	263 474	17 067	18 969
PARTRAN	210 870	199 620	45,00%	45,00%	203 075	195 089	880	3 044
ES VÉNÉTIE	42 293	42 293	42,69%	42,69%	67 853	64 439	3 622	1 728
LOCARENT	2 967	2 967	50,00%	50,00%	2 796	3 521	785	544
BES SEGUROS	3 749	3 749	25,00%	25,00%	6 070	6 858	1 004	1 385
ESEGU	9 634	9 634	44,00%	44,00%	11 350	11 491	440	792
EUROP ASSISTANCE	1 147	1 147	23,00%	23,00%	2 021	2 333	339	433
FUNDO ES IBERIA	8 708	10 496	38,69%	38,69%	7 287	8 799	310	( 366)
SCI GEORGES MANDEL	2 401	2 401	22,50%	22,50%	2 518	2 653	116	135
BRB INTERNACIONAL	10 659	10 034	24,93%	24,93%	243	157	86	( 505)
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA a)	35 056	35 056	8,19%	8,19%	28 679	27 834	( 103)	-
LUSOSCU	-	10 442	-	9,17%	-	22 210	1 271	3 513
LUSOSCU	-	23 093	-	9,17%	-	45 497	2 267	3 658
LUSOSCU	-	25 165	-	9,17%	-	21 062	958	21
ASCENDI GROUP a)	163 341	-	16,38%	-	170 259	-	6 918	-
ASCENDI	-	2 400	-	16,38%	-	1 000	( 525)	( 1 371)
EMPARK a)	55 013	61 413	9,17%	11,77%	54 003	61 424	772	-
AUVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	41 056	-	20,48%	-	37 081	-	31	-
UNICRE	11 497	-	17,50%	-	19 998	-	8 479	-
RODI SINKS & IDEAS	1 240	1 240	24,81%	25,29%	7 528	6 096	1 432	323
SCUTVIAS a)	50 669	-	9,11%	-	50 669	-	-	-
Outras	110 541	94 293	-	-	106 159	87 920	( 6 496)	2 505
<b>Total</b>	<b>1 040 292</b>	<b>814 894</b>			<b>1 009 536</b>	<b>831 857</b>	<b>39 453</b>	<b>34 808</b>

a) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

---

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Saldo Inicial</b>	831 857	670 277
Alienações	( 99 682)	( 5 149)
Aquisições	292 619	98 828
Aumentos de capital	11 250	
Resultado de associadas	39 453	34 808
Reserva de justo valor de associadas (a)	( 52 426)	44 099
Dividendos recebidos	( 15 927)	( 3 749)
Diferenças de câmbio e outras	2 392	( 7 257)
<b>Saldo final</b>	<b>1 009 536</b>	<b>831 857</b>

(a) Corresponde essencialmente à variação de reservas de justo valor da BES Vida e da Partran.

### Nota 26 – Outros activos

A rubrica Outros activos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	48 958	68 087
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	42 264	34 328
Devedores por capital de subsidiárias não realizado	3 500	-
Contas caução	960 404	737 185
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	127 520	158 766
Sector público administrativo	124 978	84 425
Outros devedores diversos	424 331	253 817
	<u>1 731 955</u>	<u>1 336 608</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	( 15 047)	( 18 733)
	<u><b>1 716 908</b></u>	<u><b>1 317 875</b></u>
<b>Outros activos</b>		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	11 979	12 927
Outros activos	87 371	70 866
	<u><b>99 350</b></u>	<u><b>83 793</b></u>
<b>Proveitos a receber</b>	<b>81 805</b>	<b>66 257</b>
<b>Despesas com custo diferido</b>	<b>105 655</b>	<b>102 318</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações cambiais a liquidar	149 578	161 309
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	666 499	291 991
Outras operações a regularizar	377 951	414 633
	<u><b>1 194 028</b></u>	<u><b>867 933</b></u>
<b>Pensões de reforma e benefícios de saúde (ver Nota 11)</b>	<b>885 475</b>	<b>912 141</b>
	<u><b>4 083 221</b></u>	<u><b>3 350 317</b></u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados incluem 110 000 milhares de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.

A rubrica de despesas com custo diferido inclui, em 31 de Dezembro de 2010, o montante de 62 719 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 65 613 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Grupo no âmbito do ACT para o sector bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de serviço do colaborador no futuro.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

As operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Saldo inicial</b>	18 733	16 948
Dotações	6 167	8 196
Utilizações	( 5 938)	( 3 474)
Reversões	( 7 556)	( 2 276)
Outros	3 641	( 661)
<b>Saldo final</b>	<b>15 047</b>	<b>18 733</b>

### Nota 27 – Recursos de Bancos Centrais

A rubrica Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais</b>		
Mercado monetário interbancário	264 500	-
Depósitos	75 116	44 929
Outros recursos	4 800 000	2 000 000
	<b>5 139 616</b>	<b>2 044 929</b>
<b>Recursos de outros Bancos Centrais</b>		
Depósitos	2 516 937	1 333 585
Operações com acordo de recompra	308 267	439 129
	<b>2 825 204</b>	<b>1 772 714</b>
	<b>7 964 820</b>	<b>3 817 643</b>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo dos Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (Mercado monetário interbancário e Outros recursos), no valor de 5 065 milhões de euros e 2 000 milhões de euros, respectivamente, encontrava-se colateralizado por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda (ver Nota 37).

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica Recursos de outros Bancos Centrais – depósitos inclui 1 356 milhões de euros de recursos do Banco Central de Angola e 941 milhões de euros do Banco Central da Arábia Saudita (31 de Dezembro de 2009: 1 083 milhões de euros de recursos do Banco Central de Angola).

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais, por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	3 815 995	1 812 365
De 3 meses a um ano	4 148 825	2 005 278
	<b>7 964 820</b>	<b>3 817 643</b>

#### Nota 28 – Recursos de outras instituições de crédito

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>No país</b>		
Empréstimos	32 495	101 518
Mercado monetário interbancário	18 650	20 640
Depósitos	339 774	180 660
Recursos a muito curto prazo	44 148	103 987
Outros recursos	5 276	2 475
	<b>440 343</b>	<b>409 280</b>
<b>No estrangeiro</b>		
Depósitos	1 434 200	3 802 460
Empréstimos	2 123 528	1 814 972
Recursos a muito curto prazo	201 357	427 877
Operações com acordo de recompra	1 874 668	333 489
Outros recursos	306 496	209 074
	<b>5 940 249</b>	<b>6 587 872</b>
	<b>6 380 592</b>	<b>6 997 152</b>

A 31 de Dezembro de 2010 esta rubrica incluía 558 463 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 101 598 milhares de euros) de recursos de outras instituições de crédito registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 21).

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	1 355 063	4 747 155
De 3 meses a um ano	2 478 986	412 036
De um a cinco anos	1 338 735	1 091 938
Mais de cinco anos	1 207 808	746 023
	<b>6 380 592</b>	<b>6 997 152</b>

### Nota 29 – Recursos de clientes

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Depósitos à vista</b>		
Depósitos à ordem	8 676 262	7 387 320
<b>Depósitos a prazo</b>		
Depósitos a prazo	19 425 696	14 724 529
Outros	133 543	109 614
	<b>19 559 239</b>	<b>14 834 143</b>
<b>Depósitos de poupança</b>		
Reformados	29 751	57 381
Outros	1 758 470	1 826 196
	<b>1 788 221</b>	<b>1 883 577</b>
<b>Outros recursos</b>		
Operações com acordo de recompra	436 619	785 275
Outros	1 324 731	1 366 539
	<b>1 761 350</b>	<b>2 151 814</b>
	<b>31 785 072</b>	<b>26 256 854</b>

Esta rubrica inclui 4 026 565 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 1 437 369 milhares de euros) de recursos de clientes registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 21).

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Exigível à vista</b>	8 676 262	7 387 320
<b>Exigível a prazo</b>		
Até 3 meses	9 017 505	12 146 742
De 3 meses a um ano	8 353 630	3 969 939
De um a cinco anos	4 644 123	1 819 118
Mais de cinco anos	127 067	122 900
Duração indeterminada	966 485	810 835
	<b>23 108 810</b>	<b>18 869 534</b>
	<b>31 785 072</b>	<b>26 256 854</b>

### Nota 30 – Responsabilidades representadas por títulos

As Responsabilidades representadas por títulos decompõem-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	11 575 244	11 875 102
Certificados de depósitos	1 748 683	9 277 165
Obrigações <sup>a)</sup>	4 049 569	6 203 876
Obrigações hipotecárias	2 333 906	3 649 359
Outras responsabilidades	4 402 537	2 095 597
	<b>24 109 939</b>	<b>33 101 099</b>

<sup>a)</sup> Em 31 de Dezembro de 2010, inclui 1 584 milhões de euros de obrigações emitidas com garantia do Estado Português (31 de Dezembro de 2009: 1 567 milhões de euros).

O justo valor da carteira de Responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentado na Nota 41.

Esta rubrica inclui 823 416 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 8 254 205 milhares de euros) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 21).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Banco BES procedeu a emissões que totalizaram 5 540 milhões de euros. As características destas emissões são como segue:

**CONTAS CONSOLIDADAS – 2010**

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating
BES Obrigações hipotecárias 25/01/2011	1 250 000	1 303 743	25-01-2008	25-01-2011	Anual	4,375%	AAA
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2010	1 250 000	-	21-07-2008	21-07-2010	Anual	Euribor 1M + 0,45%	AAA
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	991 969	17-11-2009	17-02-2015	Anual	3,375%	AAA
BES Obrigações hipotecárias DUE JUL 1:	750 000	-	07-07-2010	09-07-2017	Anual	Euribor 6M + 0,60%	AAA
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2017	1 250 000	-	21-07-2010	21-07-2017	Anual	Euribor 6M + 0,60%	AAA
BES Obrigações hipotecárias DUE 4,6%	40 000	38 194	15-12-2010	26-01-2017	Anual	4,600%	Aa2

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais activos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo BES, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e na Instrução nº13 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem esta emissão, em 31 de Dezembro de 2010, ascende a 4 963 051 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 4 053 833 milhares de euros) (ver Nota 19).

O movimento ocorrido durante o exercício de 2010 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	(milhares de euros)					
	Saldo em 31.12.2009	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos <sup>a)</sup>	Saldo em 31.12.2010
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	11 875 102	3 670 161	( 3 486 472)	( 441 790)	( 41 757)	11 575 244
Certificados de depósitos	9 277 165	-	(7 488 987) <sup>b)</sup>	-	( 39 495)	1 748 683
Obrigações	6 203 876	35 000	( 1 115 234)	( 800 286)	( 273 787)	4 049 569
Obrigações hipotecárias	3 649 359	40 000	( 1 250 000)	( 32 938)	( 72 515)	2 333 906
Outras responsabilidades	2 095 597	7 398 570	(4 787 422)	( 249 724)	( 54 484)	4 402 537
	<b>33 101 099</b>	<b>11 143 731</b>	<b>(18 128 115)</b>	<b>(1 524 738)</b>	<b>( 482 038)</b>	<b>24 109 939</b>

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	6 841 507	10 133 346
De 3 meses a um ano	1 571 931	5 121 041
De um a cinco anos	11 319 948	13 266 840
Mais de cinco anos	4 376 553	4 579 872
	<b>24 109 939</b>	<b>33 101 099</b>

W  
A  
B  
D  
M  
A

As características essenciais destes recursos, para o Grupo, são como segue:

		31.12.2010				(milhares de euros)
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de Juro
BES	BIC E-RENTA 4%	a) EUR	2005	2 628	2013	Taxa fixa 4,15% no 1 <sup>o</sup> , 2 <sup>o</sup> e 8 <sup>o</sup> ano + taxa swap do 3 <sup>o</sup> no 7 <sup>o</sup> ano
BES	BES E-RENTA 4%	a) EUR	2005	9 210	2013	Taxa fixa 4,15% no 1 <sup>o</sup> , 2 <sup>o</sup> e 8 <sup>o</sup> ano + taxa swap do 3 <sup>o</sup> no 7 <sup>o</sup> ano
BES	BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	2 961	2013	Taxa fixa 4,06% no 1 <sup>o</sup> , 2 <sup>o</sup> e 8 <sup>o</sup> ano + taxa swap do 3 <sup>o</sup> no 7 <sup>o</sup> ano
BES	BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	1 926	2013	Taxa fixa 4,14% no 1 <sup>o</sup> , 2 <sup>o</sup> e 8 <sup>o</sup> ano + taxa swap do 3 <sup>o</sup> no 7 <sup>o</sup> ano
BES	BES ER3,75%0205	a) EUR	2005	2 613	2013	Taxa fixa 3,85% no 1 <sup>o</sup> , 2 <sup>o</sup> e 8 <sup>o</sup> ano + taxa swap do 3 <sup>o</sup> no 7 <sup>o</sup> ano
BES	BES COMMOBIT 7%	a) EUR	2005	1 240	2014	Taxa fixa - 7,00%
BES	BES DUE 2012	EUR	2007	1 000 555	2012	Euribor 3 meses + 0,10%
BES	BES DUE 2013	EUR	2007	496 602	2013	Euribor 3 meses + 0,125%
BES	BES DUE JUN 14	EUR	2007	483 618	2014	Euribor 3 meses + 0,15%
BES	BES 2001011 (obrigações hipotecárias)	EUR	2008	1 303 742	2011	Taxa fixa 4,35%
BES	BES DUE 2034 0	EUR	2008	6	2034	Cupão Zero
BES	BES DUE 2035 0	EUR	2008	7	2035	Cupão Zero
BES	BES DUE 2036 0	EUR	2008	24 107	2036	Cupão Zero
BES	BES DUE 2037 0	EUR	2008	3	2037	Cupão Zero
BES	BES DUE 2038 0	EUR	2008	4	2038	Cupão Zero
BES	BES 3,75%	EUR	2009	1 584 008	2012	Taxa fixa - 3,75%
BES	BES DUE 2011	EUR	2009	173 472	2011	Euribor 3M + 2%
BES	BES DUE 2012	EUR	2009	311 142	2012	Taxa fixa 4,43%
BES	BES RENDIM CR.	EUR	2009	20 926	2012	Taxa fixa - 3,35%
BES	BES REND.CR.	EUR	2009	20 916	2012	Taxa fixa - 3,85%
BES	BES 5,625% 2014	EUR	2009	1 791 129	2014	Taxa fixa - 5,63%
BES	BES CR.OUT.09	EUR	2009	1 300	2012	)
BES	BES 3,375% (obrigações hipotecárias)	EUR	2009	991 969	2015	Taxa fixa 3,375%
BES	BES DUE 022013	EUR	2009	968 915	2013	Euribor 3 Meses + 1%
BES	BES R.FIXO 1	EUR	2009	10 058	2012	Taxa fixa 4,05%
BES	BES R.FIXO 2	EUR	2009	10 058	2012	Taxa fixa 4,05%
BES	BES R.FIXO 3	EUR	2009	10 058	2012	Taxa fixa 4,05%
BES	BES R.FIXO 4	EUR	2009	10 058	2012	Taxa fixa 4,05%
BES	BES R.FIXO 5	EUR	2009	10 058	2012	Taxa fixa 4,05%
BES	BES R.FIXO 6	EUR	2009	4 019	2012	Taxa fixa 3,45%
BES	BES R.FIXO 7	EUR	2009	4 019	2012	Taxa fixa 3,45%
BES	BES R.FIXO 8	EUR	2009	4 019	2012	Taxa fixa 3,45%
BES	BES R.FIXO 9	EUR	2009	4 019	2012	Taxa fixa 3,45%
BES	BES R.FIXO 10	EUR	2009	4 019	2012	Taxa fixa 3,45%
BES	BES DUE 3,875%	EUR	2010	752 331	2015	Taxa fixa 3,875%
BES	BES DUE MAR.12	EUR	2010	150 106	2012	Euribor 3 Meses + 0,94%
BES	BES DUE JUL 17	EUR	2010	2017	2017	Euribor 6 Meses + 0,60%
BES	BES DUE 4,6%	EUR	2010	38 194	2017	Taxa fixa 4,6%
BES (sucursal de Ceilão)	BIC CAYMAN 15 2001	EUR	2001	52 436	2011	Taxa fixa - 5,79%
BES (sucursal de Ceilão)	BIC CAYMAN 16 2001	EUR	2001	86	2011	Taxa fixa - 5,90%
BES (sucursal de Ceilão)	BIC CAYMAN 20 2001	EUR	2001	51 516	2011	Taxa fixa - 5,28%
BES (sucursal de Ceilão)	BIC CAYMAN 30 2001	EUR	2001	50 514	2011	Taxa fixa - 5,42%
BES (sucursal de Ceilão)	BIC CAYMAN 17 2001	EUR	2001	7	2012	Taxa fixa - 5,85%
BES (sucursal de Ceilão)	BIC CAYMAN 18 2001	EUR	2001	51 846	2012	Taxa fixa - 5,83%
BES (sucursal de Ceilão)	BIC CAYMAN 20 2001	EUR	2001	51 845	2012	Taxa fixa - 5,94%
BES (sucursal de Ceilão)	BIC CAYMAN 22 2001	EUR	2001	77 643	2012	Taxa fixa - 6,08%
BES (sucursal de Ceilão)	BIC CAYMAN 23 2001	EUR	2001	80 872	2013	Taxa fixa - 6,03%
BES (sucursal de Ceilão)	BIC CAYMAN 25 2001	EUR	2001	81 165	2014	Taxa fixa - 6,02%
BES (sucursal de Ceilão)	BIC CAYMAN 26 2001	EUR	2001	56 465	2015	Taxa fixa - 6,10%
BES (sucursal de Ceilão)	BIC CAYMAN 27 2001	EUR	2001	55 056	2015	Taxa fixa - 6,09%
BES (sucursal de Ceilão)	BIC CAYMAN 1 2002	EUR	2002	65 669	2012	Taxa fixa - 5,92%
BES (sucursal de Ceilão)	BIC CAYMAN 2 2002	EUR	2002	6 311	2012	Taxa fixa - 4,65%
BES (sucursal de Ceilão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	19 660	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,74%
BES (sucursal de Ceilão)	BES CAYMAN Step Up 07/25/13	USD	2003	57 802	2013	StepUp (1 <sup>o</sup> cupão 1,50%)
BES (sucursal de Ceilão)	BES CAYMAN Step Up 08/27/13	EUR	2003	81 234	2013	StepUp (1 <sup>o</sup> cupão 3,00%)
BES (sucursal de Ceilão)	BES CAYMAN Step Up 09/02/13	EUR	2003	81 636	2013	StepUp (1 <sup>o</sup> cupão 3,00%)
BES (sucursal de Ceilão)	BES CAYMAN Step Up 10/07/13	EUR	2003	81 061	2013	StepUp (1 <sup>o</sup> cupão 3,10%)
BES (sucursal de Ceilão)	BES CAYMAN 5,06% 02/11/15	USD	2003	17	2015	Taxa fixa - 5,06%
BES (sucursal de Ceilão)	BES CAYMAN 5,01% 02/18/15	USD	2003	8	2015	Taxa fixa - 5,01%
BES (sucursal de Ceilão)	BES CAYMAN 2C 02/18/2028	EUR	2003	16 368	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,50%
BES (sucursal de Ceilão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2003	43 086	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%
BES (sucursal de Ceilão)	BES CAYMAN Step Up 07/21/14	USD	2004	58 187	2014	StepUp (1 <sup>o</sup> cupão 2,07%)
BES (sucursal de Ceilão)	BES CAYMAN Step Up 02/11/19	USD	2004	38 680	2019	StepUp (1 <sup>o</sup> cupão 1,78%)
BES (sucursal de Ceilão)	BES CAYMAN 2C 28/03/2033	EUR	2008	33 608	2033	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,88%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	a) EUR	2008	405 441	2010	4,13% - 4,87%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	a) GBP	2008	29 625	2010	5,51% - 6,72%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	a) USD	2008	1 194 545	2010	4,79% - 5,47%
BES (sucursal de Nova Iorque)	Cedulas Hipotecarias	EUR	2007	116 093	2010	4,41% - 5,53%
BES (sucursal de Espanha)	Cedulas Hipotecarias	EUR	2008	153 789	2014	Taxa fixa 4,5%
BES (sucursal de Espanha)	Cedulas Hipotecarias	EUR	2008	80 368	2014	Taxa fixa 4%
BES (sucursal de Espanha)	Cedulas Hipotecarias	a) EUR	2008	84 698	2016	Taxa fixa 4,25%
BES Agores	BES ACCOR.DEZ.08	EUR	2008	6 564	2011	Euribor 3 meses + 1,25%
BES Agores	BES ACCOR.SET.09	EUR	2009	4	2012	Euribor 3 meses + 1,5%
BES Finance	EMTN 30	EUR	2004	200 865	2011	Euribor 3 meses + 0,20%
BES Finance	EMTN 37	EUR	2004	27 290	2029	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,30%
BES Finance	EMTN 39	EUR	2005	100 281	2015	Euribor 3 meses + 0,23%
BES Finance	EMTN 40	a) EUR	2005	130 002	2035	swj)
BES Finance	EMTN 48	EUR	2006	748 202	2011	Euribor 3 meses + 0,12%
BES Finance	EMTN 49	EUR	2006	70 943	2011	Libor 3 meses + 0,072%
BES Finance	EMTN 51	CZK	2006	20 554	2011	Taxa fixa - 3,65%
BES Finance	EMTN 53	EUR	2006	498 941	2011	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	Exchangeable Bonds	EUR	2006	514 221	2011	swj)
BES Finance	EMTN 56	EUR	2009	31 966	2043	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 57	EUR	2009	30 127	2044	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 58	EUR	2009	28 421	2045	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 59	EUR	2009	37 147	2042	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 60	EUR	2009	41 541	2040	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 61	EUR	2009	39 308	2041	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 62	EUR	2009	78 212	2039	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 63	EUR	2009	144 817	2039	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 64	EUR	2009	160 455	2040	Taxa fixa 3%
BES Finance	Exchangeable Bonds (Bradesco)	a) USD	2010	674 274	2013	Taxa fixa 1,625%
BES Finance	Exchangeable Bonds (EDP)	a) EUR	2010	450 632	2019	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 65	EUR	2010	175 824	2040	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 66	EUR	2010	161 786	2041	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 67	EUR	2010	166 770	2041	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 68	EUR	2010	20 433	2015	Taxa fixa 4,25%
BES Finance	EMTN 69	EUR	2010	165 271	2042	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 70	EUR	2010	192 955	2042	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 71	EUR	2010	218 355	2043	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 72	EUR	2010	189 358	2044	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 73	EUR	2010	144 147	2046	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 74	EUR	2010	20 169	2012	Taxa fixa 4,5%
BES Finance	EMTN 75	EUR	2010	20 169	2012	Taxa fixa 4,5%
BES Finance	EMTN 76	EUR	2010	20 169	2012	Taxa fixa 4,5%
BES Finance	EMTN 77	EUR	2010	20 169	2012	Taxa fixa 4,5%
BES Finance	EMTN 78	EUR	2010	20 169	2012	Taxa fixa 4,5%
BES Finance	EMTN 79	EUR	2010	147 997	2047	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 80	EUR	2010	140 737	2048	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 81	a) EUR	2010	6 741	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 82	a) EUR	2010	6 741	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 83	a) EUR	2010	6 741	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 84	a) EUR	2010	6 741	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 85	a) EUR	2010	6 741	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 86	a) EUR	2010	7 184	2012	Taxa fixa 2,37%
BES Finance	EMTN 87	a) EUR	2010	7 184	2012	Taxa fixa 2,37%
BES Finance	EMTN 88	a) EUR	2010	7 184	2012	Taxa fixa 2,37%
BES Finance	EMTN 89	a) EUR	2010	7 184	2012	Taxa fixa 2,37%
BES Finance	EMTN 90	a) EUR	2010	7 184	2012	Taxa fixa 2,37%
BESI	BESI CX RANGE ACCR AND FX NOV11	EUR	2005	3 136	2011	)
BESI	BESI CADA 6,15% NIKKEI JAN2011	a) EUR	2006	1 724	2011	Indexada a Nikkei 225
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14	EUR	2006	3 871	2014	Taxa Fixa Crescente
BESI	Certificados de Dep. (BESI CERT DUALREND-EUSTOXX ALU)	EUR	2006	2 979	2014	Taxa Fixa 6,6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50

CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

							(milhares de euros)
							31.12.2010
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro	
BESI	BESI OBCX R ACRRUAL TARN MAR2016	EUR	2006	374	2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual	
BESI	BES INVEST BRASIL 5.75% MAY2012	USD	2009	104 176	2012	Taxa fixa 5.75%	
BESI	BES INVEST BRASIL 5.625% MAR2015	a) USD	2010	363 856	2015	Taxa Fixa - 5.625%	
BESI	BES INVEST BRASIL	a) USD	2010	490	2013	Taxa Fixa - 11.53%	
BESI	BESI SEP2014 EQL LINKED	a) EUR	2010	3 638	2014	a)	
BESI	BESI SEP2014 ORIENTE IV EQL	a) EUR	2010	12 645	2014	a)	
BESI	BES INV BRAS 9.84% SEP2011	a) USD	2010	395	2011	Taxa fixa 9,84%	
BESI	BES INVEST BRASIL	a) BRL	2010	774	2011	Taxa fixa 9%	
BESI	49-LCA - Lata	a) BRL	2010	57 965	2011	De 90% a 95% do CDI	
BESI	53-LF LETRA FIN	a) BRL	2010	18 475	2011	De 100% a 112% do CDI	
ES Investment P/c	ESIP JAN01/AIAN11 CRDJKD US 11.85	a) USD	2001	1 399	2011	Taxa Fixa 6% + Indexada a Evento de Crédito	
ES Investment P/c	ESIP JUL03/JUL11 LINKED CMS	a) EUR	2003	7 772	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS-CLN	
ES Investment P/c	ESIP NOV2011 CMS LINKED EUR 5M	EUR	2003	3 948	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS	
ES Investment P/c	ESIP DEC2011 CMS LINKED EUR 6.5M	EUR	2003	4 709	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS	
ES Investment P/c	ESIP JUL2012 CMS LINKED EUR 5.5M	EUR	2004	3 980	2012	Taxa Fixa + Indexada a CMS	
ES Investment P/c	ESIP CMS LINKED NOV2014	EUR	2004	2 938	2014	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS	
ES Investment P/c	ESIP OUT24 ESPF LINKED CMS NOTE	EUR	2004	6 288	2024	Taxa Fixa + Indexada a CMS	
ES Investment P/c	ESIP RANGE ACCRUAL AND FX NOV11	EUR	2005	447	2011	)	
ES Investment P/c	ESIP RANGE ACCRUAL AUG2013	EUR	2005	4 882	2013	Taxa Fixa 4.75% + Range accrual	
ES Investment P/c	ESIP CALL RANGE ACCRUAL MAY2015	EUR	2005	1 470	2015	Range accrual	
ES Investment P/c	ESIP BESLEAS&NPLAT LINK MAY15	a) EUR	2005	6 587	2015	Indexada a HPC Ex-Tobacco + g)	
ES Investment P/c	ESIP RANGE ACCRUAL JUN15	EUR	2005	220	2015	Range accrual	
ES Investment P/c	ESIP EUR LEVERAGE SNOWBALL JUL15	EUR	2005	1 194	2015	Taxa Fixa + Snowball h)	
ES Investment P/c	ESIP LEVERAGE SNOWBALL SEP2015	EUR	2005	3 873	2015	Taxa Fixa + Snowball h)	
ES Investment P/c	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2017	EUR	2005	1 226	2017	Range accrual	
ES Investment P/c	ESIP AG005 SEP35 CALLABLE INV FL	EUR	2005	9 188	2035	Euribor 12 meses + i)	
ES Investment P/c	ESIP SICHAS 2045 LINDOTE NOV2008	EUR	2005	13 689	2008	)	
ES Investment P/c	ESIP PORTUGAL TELECOM FIN LINKED	a) EUR	2006	6 482	2012	Taxa Fixa 7.44% + Indexada a CMS	
ES Investment P/c	ESIP EUR12M+16 BP APR2016	EUR	2006	4 032	2016	Euribor 12M	
ES Investment P/c	ESIP CIMFOR FIN CRD LKD MAY2011	a) EUR	2007	9 217	2011	g)	
ES Investment P/c	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LKD	a) EUR	2007	251	2011	h)	
ES Investment P/c	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LINKED	a) EUR	2007	121	2011	m)	
ES Investment P/c	ESIP DEC2011 BBVA POP LINKED	a) EUR	2007	1 063	2011	Indexada a BBVA e Banco Popular	
ES Investment P/c	ESIP FEB2012 DEUTSCHE BANK LKD	a) EUR	2007	3 176	2012	Indexada a Deutsche Telecom	
ES Investment P/c	ESIP JUN2012 BASKET LINKED	a) EUR	2007	439	2012	n)	
ES Investment P/c	ESIP JUL2012 LUSITANO BSK LINKED	a) EUR	2007	3 801	2012	am)	
ES Investment P/c	ESIP METAL INVESTMENT OCT2012	a) EUR	2007	395	2012	Commodity Linked	
ES Investment P/c	ESIP MAY14 EQUITY BASKT LINKED	a) USD	2007	1 276	2014	p)	
ES Investment P/c	ESIP BCP FIN CRD LKD DEC2018	a) EUR	2007	3 321	2018	g)	
ES Investment P/c	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LKD	a) EUR	2007	211	2011	g)	
ES Investment P/c	ESIP CMS LINKED JUN2019	a) EUR	2007	23 838	2019	Taxa Fixa + Indexada a CMS	
ES Investment P/c	ESIP JAN2011 LUXURY GOODS	a) EUR	2008	3 973	2011	a)	
ES Investment P/c	ESIP JAN2011 BRASIL-INDIA II BSK	a) EUR	2008	3 062	2011	Indexada a MSCI Brasil e India	
ES Investment P/c	ESIP JAN2011 BASKT LINKED	a) EUR	2008	201	2011	a)	
ES Investment P/c	ESIP JAN2011 BRASIL-INDIA BASKET	a) EUR	2008	3 238	2011	Indexada a MSCI Brasil e India	
ES Investment P/c	ESIP JAN2011 CLIQUET MSCI BRAZIL	a) EUR	2008	2 482	2011	Indexado MSCI Brasil	
ES Investment P/c	ESIP MAR2011 EURUSD FX LINKED	a) EUR	2008	1 330	2011	Indexada a Câmbio	
ES Investment P/c	ESIP APR2011 BASKT LINKED	a) EUR	2008	6 118	2011	)	
ES Investment P/c	ESIP MAY2011 AGRICULTURE LINKED	a) EUR	2008	282	2011	Indexada a DSI-CI-OY Agriculture	
ES Investment P/c	ESIP MAY2011 INDEX BASKET LINKED	a) EUR	2008	3 024	2011	i)	
ES Investment P/c	ESIP JUN2011 SAN TEF LINKED	a) EUR	2008	1 283	2011	Indexada a Telefonica e BSCH	
ES Investment P/c	ESIP FTD CRD LINKED JUN2011	a) EUR	2008	9 152	2011	u)	
ES Investment P/c	ESIP AUG2011 INDEX BSKT LINK	a) EUR	2008	251	2011	v)	
ES Investment P/c	ESIP AUG2011 EQL BSKT LINK	a) USD	2008	742	2011	Indexada a BBVA, Iberdrola e Telefonica	
ES Investment P/c	ESIP SEP2011 INDEX BSKT LINKED	a) EUR	2008	3 467	2011	Indexada à Inflação Francesa e ao DJ Eurostoxx 50	
ES Investment P/c	ESIP SEP2011 INDEX BASKT LKD	a) EUR	2008	2 802	2011	v)	
ES Investment P/c	ESIP NOV2011 SXSE LINKED	a) EUR	2008	201	2011	Indexada ao DJ Eurostoxx 50	
ES Investment P/c	ESIP JAN2012 BASKT LINKED	a) EUR	2008	3 900	2012	a)	
ES Investment P/c	ESIP JAN2012 EQUITY BASKET LINKED	a) EUR	2008	947	2012	y)	
ES Investment P/c	ESIP APR2013 EURTRY LKD	a) EUR	2008	5 559	2013	Indexada a Câmbio	
ES Investment P/c	ESIP APR2013 AEGON SHARE LKD	a) EUR	2008	2 471	2013	Indexada a AEGON	
ES Investment P/c	ESIP JUN2013 CARBON NOTES	a) EUR	2008	4 307	2013	am)	
ES Investment P/c	ESIP OCT13 EURBRL LINKED BRL	a) EUR	2008	1 736	2013	Indexada a Câmbio	
ES Investment P/c	ESIP BARCLAYS LKD ZC MAR2016	a) EUR	2008	2 046	2016	ZC + g)	
ES Investment P/c	ESIP BARCLAYS LKD 6.30% MAR2016	a) EUR	2008	4 814	2016	Taxa Fixa 6.30% + g)	
ES Investment P/c	ESIP BARCLAYS LKD EUR3M MAR2016	a) EUR	2008	1 225	2016	Euribor 3M + 2.20% + g)	
ES Investment P/c	ESIP MAY2011 BBVA LINKED	a) EUR	2008	4 062	2021	Indexada ao BBVA	
ES Investment P/c	ESIP AUG2012 EQL LINKED	a) EUR	2008	6 789	2012	Indexada ao BBVA	
ES Investment P/c	ESIP DEC12 ENI LINKED	a) EUR	2008	929	2012	Indexada à ENI	
ES Investment P/c	ESIP DEC12 ENI LINKED 2	a) EUR	2008	3 786	2012	Indexada à ENI	
ES Investment P/c	ESIP MAY2012 EQL LINKED	a) EUR	2008	5 914	2012	Indexada ao BSCH	
ES Investment P/c	ESIP JAN2012 EURBRL LINKED	a) EUR	2008	1 947	2012	Indexada a Câmbio	
ES Investment P/c	ESIP SXSE LINKED MAR2011	a) EUR	2008	872	2011	Indexada a DJ Eurostoxx 50	
ES Investment P/c	ESIP INDEX AMUNDI + AMOXT NOV22	a) EUR	2008	2 785	2022	Fixa Amundi	
ES Investment P/c	ESIP EDP CLN EUR3M+2% MAR2011	a) EUR	2009	1 483	2011	EURIBOR3M +2% + g)	
ES Investment P/c	ESIP EDP 2 CLN EUR3M+2% MAR2011	a) EUR	2009	1 488	2011	EURIBOR3M +2% + g)	
ES Investment P/c	ESIP LAÇAJA EUR3M+2% MAR2011	a) EUR	2009	2 061	2016	EURIBOR3M +2% + g)	
ES Investment P/c	ESIP EDP COURCOU APR2011	a) EUR	2009	108 366	2011	Taxa Fixa 4.394%	
ES Investment P/c	ESIP MAY2014 5%+INDEX BASKET LKD	a) EUR	2009	2 652	2014	Taxa Fixa 5% + c)	
ES Investment P/c	ESIP MAY2012 SXSE LINKED	a) EUR	2009	1 443	2012	Indexada a DJ Eurostoxx 50	
ES Investment P/c	ESIP JUN2013 EQL LINKED	a) EUR	2009	202	2013	ae)	
ES Investment P/c	ESIP JAN2011 SP500 LINKED	a) EUR	2009	800	2011	Indexada a SP500	
ES Investment P/c	ESIP JUN2011 CLN LINKED	a) EUR	2009	2 923	2011	g)	
ES Investment P/c	ESIP JUL2014 INFLATION LINKED	a) EUR	2009	1 304	2014	Indexada à Inflação	
ES Investment P/c	ESIP JUL2013 EQL LINKED	a) EUR	2009	1 492	2013	ab)	
ES Investment P/c	ESIP SEP2011 BERSHIRE HATHAWAY	a) EUR	2009	2 008	2011	EURIBOR3M + 2% + g)	
ES Investment P/c	ESIP AUG2012 BESI BRASIL LINKED	a) EUR	2009	4 842	2012	ab)	
ES Investment P/c	ESIP FEB2020 EQL LINKED	a) EUR	2009	148	2020	ad)	
ES Investment P/c	ESIP SEP2014 OCCIDENTE II EQL	a) EUR	2009	9 058	2014	ae)	
ES Investment P/c	ESIP CLN 5.45% OCT2014	a) EUR	2009	7 290	2014	g)	
ES Investment P/c	ESIP OCT2014 EQL	a) EUR	2009	1 425	2014	Indexada a Gazprom, Noku e DU POINT	
ES Investment P/c	ESIP OCT2012 EQL LINKED	a) EUR	2009	1 816	2012	Indexada a Brix, EUR,GBP, BSCH e BCP	
ES Investment P/c	ESIP DEC2011 FTD LINKED	a) EUR	2009	4 753	2011	g)	
ES Investment P/c	ESIP 5.25% RANGE ACCRUAL OCT2018	a) EUR	2009	4 805	2018	Range accrual	
ES Investment P/c	ESIP CIMFOR CLN EUR3M DEC2014	a) EUR	2009	4 211	2014	g)	
ES Investment P/c	ESIP FTD IBERIA 5.95% DEC2014	a) EUR	2009	12 372	2014	g)	
ES Investment P/c	ESIP FTD IBERIA II 5.5% DEC2014	a) EUR	2009	4 029	2014	g)	
ES Investment P/c	ESIP USD FTD IBERIA 5.9% DEC2014	a) USD	2009	3 048	2014	g)	
ES Investment P/c	ESIP NOV2012 CLN BESBRASL	a) EUR	2009	9 810	2012	g)	
ES Investment P/c	ESIP DEC2012 USDBRL LINKED	a) USD	2009	1 959	2012	Indexada a Câmbio	
ES Investment P/c	ESIP DEC2014 SXSE LINKED	a) EUR	2009	3 261	2014	Indexada a DJ Eurostoxx 50	
ES Investment P/c	ESIP BRAZIL EQL LINKED	a) EUR	2009	4 010	2014	a)	
ES Investment P/c	ESIP DEC2012 EWZ+HSCEI LINKED	a) EUR	2009	3 269	2012	Indexado a EWZ e HSCEI	
ES Investment P/c	ESIP BRAZIL EQL JAN2015	a) EUR	2010	1 532	2015	b)	
ES Investment P/c	ESIP JAN2011 BASKET BRAZIL LKD	a) EUR	2010	60	2011	c)	
ES Investment P/c	ESIP BSKT MERC EMERG EQL FEB2014	a) EUR	2010	5 118	2014	d)	
ES Investment P/c	ESIP SXSE LINKED FEB2013	a) EUR	2010	2 457	2013	Indexada a Eurostoxx	
ES Investment P/c	ESIP FEB2011 SANP BARC LINKED	a) EUR	2010	1 915	2011	e)	
ES Investment P/c	ESIP WORST SOFT CMOI MAR2013	a) EUR	2010	1 386	2013	h)	
ES Investment P/c	ESIP DJ US REAL EST LKD MAR2015	a) EUR	2010	2 982	2015	Indexado a Iahera DJ US Real State Index fund	
ES Investment P/c	ESIP SOFT COMMODIT LKD APR2013	a) EUR	2010	3 221	2013	o)	
ES Investment P/c	ESIP ALTOCAL METAL CMOI MAR2015	a) EUR	2010	3 124	2015	q)	
ES Investment P/c	ESIP USEUR FX LKD MAY2015	a) EUR	2010	2373	2015	Indexado a EUR/USD	
ES Investment P/c	ESIP EUR3M+28BP MAR11	a) EUR	2010	53	2011	Euribor3M+28BP	
ES Investment P/c	ESIP CRDAGRI CL EUR6M+1.15 JUN15	a) EUR	2010	2 843	2015	Euribor 6M ACT/360	
ES Investment P/c	ESIP BASKET LKD MAY2015	a) EUR	2010	6 791	2015	r)	
ES Investment P/c	ESIP EDP BCP FT LKD JUN2013	a) EUR	2010	1 494	2013	w)	
ES Investment P/c	ESIP FTD CRD LINKED JUN2015	a) EUR	2010	5 338	2015	x)	
ES Investment P/c	ESIP BRAZIL EQL MAY2018	a) EUR	2010	3 078	2018	y)	
ES Investment P/c	ESIP SXSE MAY14 EQL	a) EUR	2010	1 578	2014	Indexada a Eurostoxx	
ES Investment P/c	ESIP JAN2013 BASKET LINKED	a) EUR	2010	3 402	2013	5.70% + af)	
ES Investment P/c	ESIP BASKET BRAZIL LKD MAY2011	a) EUR	2010	877	2011	5% + c)	
ES Investment P/c	ESIP BES RENDIM CRD LKD JUN2013	a) EUR	2010	18 421	2013	ah)	
ES Investment P/c	ESIP TELECOM LKD JUL2013	a) EUR	2010	8 676	2013	ai)	
ES Investment P/c	ESIP BASKET LKD JUL2013	a) EUR	2010	4 090	2013	aj)	
ES Investment P/c	ESIP BASKET LKD JUL2014	a) EUR	2010	2 817	2014	ak)	
ES Investment P/c	ESIP JUL2012 5%+BRAZIL INDEX LKD	a) EUR	2010	2 332	2012	5% + Indexada ao EWZ	

W gy  
 AFB  
 fu.  
 AS

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	31.12.2010			Taxa de juro
			Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	
ES Investment P/c	ESIP GOLD LKD FEB2012	a) EUR	2010	962	2012	Indexada ao Gold
ES Investment P/c	ESIP EUR12M DIGITAL AUG2011	a) EUR	2010	1 486	2011	Digital Euribor 12M
ES Investment P/c	ESIP AUG13 RANGE ACCRUAL	a) EUR	2010	2 410	2013	Range accrual
ES Investment P/c	ESIP AUG2013 EUR/USD FX LINKED	a) EUR	2010	1 853	2013	Indexada a Câmbio
ES Investment P/c	ESIP SEP11 DIGITAL	a) EUR	2010	2 229	2011	Digital Euribor 3M
ES Investment P/c	ESIP SEP2013 CURRENCIES LINKED	a) EUR	2010	831	2013	ap)
ES Investment P/c	ESIP SEP15 DIGITAL	a) USD	2010	1 064	2015	Digital US Libor 3M
ES Investment P/c	ESIP JAN2011 BEVAL LKD	a) EUR	2010	1 059	2011	Indexada ao BBVA
ES Investment P/c	ESIP JAN2011 DOW JONES INDUS LKD	a) EUR	2010	1 007	2013	Indexada a INDU
ES Investment P/c	ESIP MAR2012 TELECOM LKD	a) EUR	2010	1 027	2012	Indexada ao EWZ
ES Investment P/c	ESIP SEP2011 TELECOM LKD	a) EUR	2010	982	2011	aq)
ES Investment P/c	ESIP ASIA INDEX LKD SEP2014	a) EUR	2010	2 065	2014	ar)
ES Investment P/c	ESIP SEP2011 BRAZIL BASKET LKD	a) EUR	2010	1 005	2011	c)
ES Investment P/c	ESIP EDP PT CGD CRDLKD DEC2013	a) EUR	2010	6 042	2013	as)
ES Investment P/c	ESIP GOLD LKD OCT2013	a) EUR	2010	857	2013	Indexada ao Gold
ES Investment P/c	ESIP OCT2011 BASKET LINKED	a) USD	2010	1 542	2011	at)
ES Investment P/c	ESIP EDP CRDLKD DEC2013	a) EUR	2010	4 330	2013	Indexada a EDP
ES Investment P/c	ESIP NOV2013 SAN BBVA EQL LINKED	a) EUR	2010	1 818	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ES Investment P/c	ESIP NOV2013 SANTANDER LKD	a) EUR	2010	943	2013	Indexada ao BSCH
ES Investment P/c	ESIP SAN BBVA LINKED NOV2013	a) EUR	2010	2 452	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ES Investment P/c	ESIP DEC2013 SAN BBVA EQL LINKED	a) EUR	2010	923	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ES Investment P/c	ESIP MAY12 EURPLN LINKED	a) EUR	2010	985	2012	Indexada a Câmbio
ES Investment P/c	ESIP NOV2013 ASIA PACIF BSKT LKD	a) EUR	2010	1 915	2013	au)
ES Investment P/c	ESIP NOV2013 AMERLATIN BSKT LKD	a) EUR	2010	1 735	2013	av)
ES Investment P/c	ESIP MAY2012 EWZ LINKED	a) EUR	2010	1 772	2012	Indexada ao EWZ
ES Investment P/c	ESIP DEC2011 SANTANDER LINKED	a) EUR	2010	963	2011	Indexada ao BSCH
ES Investment P/c	ESIP JUN2011 BME LINKED	a) EUR	2010	1 096	2011	Indexada a BME
BESIL	BESIL STEP UP 09/02/13	EUR	2003	1 990	2013	Taxa fixa - 6,44%
BESIL	BESIL STEP UP 08/27/13	EUR	2003	6 328	2013	Taxa fixa - 6%
BESIL	BESIL STEP UP 10/07/13	EUR	2003	1 878	2013	Taxa fixa - 6,44%
BESIL	BESIL STEP UP 07/21/14	USD	2004	19 417	2014	Taxa fixa - 6,00%
BESIL	BESIL STEP UP 02/11/10	USD	2004	19 892	2010	Taxa fixa - 6,92%
Lusitano SME nº 1	Class A asset backed floating rate notes	EUR	2006	456 758	2028	Euribor + 0,15%
Lusitano SME nº 1	Class B asset backed guaranteed floating rate notes	EUR	2006	41 024	2028	Euribor + 0,08%
Lusitano SME nº 1	Class C asset backed floating rate notes	EUR	2006	34 195	2028	Euribor + 2,20%
Lusitano Mortgage nº 6	Class A Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	606 931	2060	Euribor + 0,20%
Lusitano Mortgage nº 6	Class B Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	6 504	2060	Euribor + 0,30%
Lusitano Mortgage nº 6	Class C Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	10 007	2060	Euribor + 0,45%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 252	USD	2010	37 416	2011	Taxa fixa - 1,15%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 253	USD	2010	37 416	2011	Taxa fixa - 1,15%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 255	USD	2010	37 414	2011	Taxa fixa - 1,15%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 256	USD	2010	37 414	2011	Taxa fixa - 1,15%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 257	USD	2010	37 414	2011	Taxa fixa - 1,15%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 258	USD	2010	37 414	2011	Taxa fixa - 1,15%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 259	USD	2010	37 414	2011	Taxa fixa - 1,15%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 260	USD	2010	37 415	2011	Taxa fixa - 1,18%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 261	USD	2010	37 409	2011	Taxa fixa - 1,18%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 262	USD	2010	37 409	2011	Taxa fixa - 1,18%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 263	USD	2010	37 368	2011	Taxa fixa - 1,29%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 264	USD	2010	37 368	2011	Taxa fixa - 1,29%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 265	USD	2010	37 368	2011	Taxa fixa - 1,29%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 267	USD	2010	37 363	2011	Taxa fixa - 1,35%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 268	USD	2010	37 363	2011	Taxa fixa - 1,35%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 269	USD	2010	37 340	2011	Taxa fixa - 1,49%
BESNAC	BOA SECURITIES LLC 270	USD	2010	37 340	2011	Taxa fixa - 1,48%
ESPLC	BE91011_12E BESESPCL26/10/2011	EUR	2010	29 477	2011	Taxa fixa 2,18%
ESPLC	BE91011_20E BESESPCL10/03/2011	EUR	2010	460 450	2011	Taxa fixa 1,902%
ESPLC	BE90311_17E BESESPCL16/03/2011	EUR	2010	225 210	2011	Taxa fixa 1,529%
ESPLC	BE90311_18E BESESPCL09/03/2011	EUR	2010	325 317	2011	Taxa fixa 1,529%
ESPLC	BE90311_19E BESESPCL22/03/2011	EUR	2010	300 293	2011	Taxa fixa 1,529%
ESPLC	BE91011_21E BESESPCL03/10/2011	EUR	2010	26 918	2011	Taxa fixa 1,933%
ESPLC	BE90211_22E BESESPCL15/02/2011	EUR	2010	250 142	2011	Taxa fixa 2,275%
CLNs	NAVIO 0 05/10/11	EUR	2001	10	2011	Taxa fixa - 3,706%
CLNs	ATARI 0 02/14/11	EUR	2010	25 126	2011	Taxa fixa - 1,588%
CLNs	ELAN 0 02/12/15	USD	2010	17	2015	Taxa fixa - 0,416%
CLNs	SIFLTD 0 02/18/15	EUR	2010	34	2015	Taxa fixa - 0,614%
CLNs	SIGNUM 0 05/14/12	EUR	2010	22 684	2012	Taxa fixa - 1,375%
CLNs	SIGNUM 0 05/21/12	EUR	2010	18 084	2012	Taxa fixa - 1,319%
CLNs	ARLO 0 07/15/13	USD	2010	137	2013	Taxa fixa - 1,032%

24 109 539

- a) passivos designados ao justo valor através de resultados ou com derivado embutido
- b) Indexada a Cabez de Ações Petrobras, Companhia Siderurgica Nacional, Vale SA, Itau Unibanco e Banco Bradesco
- c) Indexada a Cabez de Ações Petrobras Brasileiro, Itau Unibanco, Companhia Vale Rio Doce
- d) Indexada a Cabez de Ações Ericsson, Komatsu, Santander, Sanofi-Aventis e ABB LTD.
- e) Indexada a Cabez de Ações Banco Santander, BNP Paribas, Barclays Bank PLC
- f) Indexado a câmbio e taxa de juro
- g) Indexado a risco de crédito
- h) Indexado a cupão anterior + spread - Euribor
- i) Indexado a reverse floater
- j) Indexado a cabez composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50, S&P 500 e Nikkei 225
- k) Indexado a Cabez de Commodities Corn, Wheat e Soybean
- l) Indexado a cabez composto pelas ações EDP, Iberdrola, FPL Group, Gamesa, Vestas Wind Systems e Solarworld
- m) Indexado a cabez composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP500, BOVESPA, IShares MSCI Pacific ex-Japan
- n) Indexado a cabez composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP500 e Topix
- o) Indexada a Cabez de Commodities Corn, Wheat e Sugar
- p) Indexado a cabez composto pelas ações BBVA e BSCH
- q) Indexada a Cabez de Commodities Copper, Nickel, Zinc e Platinum
- r) Indexado a Cabez de Ações Amazon, Apple, FedEx, UPS Inc
- s) Indexado a cabez de LVMH, Christian Dior, Philips, Pinault Printemps, Nokia, Bulgari, Porsche, Swatch, Burberry, Dainier
- t) Indexado a Cabez de Índices DBX India, Russian Depositary, Hang Seng e MSCI Brazil
- u) Indexada a Crédito (First to default) sobre Brite, Bancija, Portugal Telecom, Cimpor e Repco
- v) Indexado a BBOX Eurozone, SP GSCI Ecosia Natum, EURUSD e DJ Eurostoxx 50
- w) Indexada a Cabez de Ações EDP, BCP e PT
- x) Indexada a Crédito (First to default) sobre Santander, PT INT FN, EDP e Brite
- y) Indexada a Cabez de Ações BBVA, Repsol e Telefonica
- z) Indexada a cabez de Ações ROCHE HOLDING, SANOFI, NOVARTIS, PFIZER, ASTRAZENCA, TELEFONICA, FRANCE TELECOM e DEUTSCHE TELEKOM
- aa) Indexada a cabez de Ações BBVA, REPSOL e ENEL
- ab) Indexada a cabez de Ações MSCI India, MSCI Brazil e IShares FTSE/China China
- ac) Indexada a Cabez de Ações Petrobras, Gerdau, Vale, Itau Unibanco e Banco Bradesco
- ad) Indexada a cabez de Ações France Telecom e Deutsche Telekom
- ae) Indexada a cabez de Índices Eurostoxx, SP500, Nasdaq100 e IShare MSCI Brazil Fund
- af) Indexada a Crédito Brite, EDP, PT e Credit Agricole
- ag) Indexada a Crédito PT, EDP e Brite
- ah) Indexada a Cabez de Ações Telefonica, Deutsche Telekom e Vodafone
- ai) Indexada a Cabez de Ações Louis Vuitton, Nokia, Bayer e EON
- aj) Indexada a cabez composto pelos índices EURO Stoxx 50, Nasdaq100 e EWZ
- ak) 1º ano: Taxa fixa, 2º ano e seguintes: Euribor 6M + 100bps, Indexada ao BESI Brasil
- al) Indexada a Cabez de Ações Petrobras, Companhia Siderurgica Nacional, Itau Unibanco e Banco Bradesco
- am) Indexada a Cabez de Ações Brite, EDP, Galp, BSCH e BCP
- an) Indexada a Cabez de Ações Petrobras Brasileiro, Banco Bradesco, Companhia Vale Rio Doce
- ao) Indexada a Cabez composto pelos índices TOPIX, HANG SENG, HSCEI NIFTY, KOSPI2 e MSCI Singapore
- ap) Indexada a Cabez de moedas EUR/AUD, EUR/CAD, EUR/NZD, EUR/INR
- aq) Indexada a Cabez de Ações Telefonica, Deutsche Telekom e Vodafone
- ar) Indexada a Cabez de Índices HSCEI, MSCI India, MSCI Taiwan e SP ASX200
- as) Indexada a Crédito EDP, PT e CGD
- at) Indexada a Cabez de Ações Dow Chemical, Monsanto, Whitepool Corp
- au) Indexada a Cabez de Índices HSCEI, MSCI India, KOSPI200 e SP ASX500
- av) Indexada a Cabez de Índices MSCI Brazil, Chile e Mexico
- aw) Indexado do 1º ao 4º ano a taxa fixa 6,00% e Indexado à taxa swap após 4º ano
- ax) Taxa fixa de 1,25% com a opção de, na maturidade, os detentores obterem ações do Bradesco em vez de remuneração do capital

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

### Nota 31 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisão para reestruturação	Outras Provisões	Total
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>7 840</b>	<b>123 371</b>	<b>131 211</b>
Reforços / (reposições)	-	53 160	53 160
Utilizações	( 6 311)	-	( 6 311)
Diferenças de câmbio e outras	-	1 791	1 791
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>1 529</b>	<b>178 322</b>	<b>179 851</b>
Reforços / (reposições)	-	49 343	49 343
Utilizações	( 151)	( 17 746)	( 17 897)
Diferenças de câmbio e outras	-	3 409	3 409
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>1 378</b>	<b>213 328</b>	<b>214 706</b>

As outras provisões, cujo valor ascende a 213 328 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 178 322 milhares de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Grupo, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de acções do Banco Boavista Interatlântico, por acções do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Grupo constituiu provisões no valor de 62,0 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 56,4 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Grupo. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem em 31 de Dezembro de 2010 a cerca de 26,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 24,0 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais. Para fazer face a estas contingências, o Grupo mantém provisões de cerca de 39,8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 60,8 milhões de euros);
- Provisões associadas a processos em curso relativas a operações comerciais realizadas no estrangeiro no valor de 37,4 milhões de euros;
- O valor remanescente, de cerca de 47,6 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 37,1 milhões de euros), destina-se à cobertura de potenciais perdas decorrentes da actividade normal do Grupo tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters 'AF' and a signature.

**Nota 32 – Impostos**

A Sociedade e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2009 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). O imposto corrente e diferido relativo ao exercício de 2010 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

As declarações de autoliquidação, da Sociedade e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade e das subsidiárias com sede em Portugal que, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Instrumentos financeiros	61 328	43 227	( 111 202)	( 166 718)	( 49 874)	( 123 491)
Crédito a clientes	252 580	212 717	-	-	252 580	212 717
Outros activos tangíveis	-	-	( 9 239)	( 11 498)	( 9 239)	( 11 498)
Activos intangíveis	102	111	-	-	102	111
Investimentos em subsidiárias e associadas	3 821	31 583	( 73 204)	( 31 587)	( 69 383)	( 4)
Provisões	33 646	29 890	-	( 119)	33 646	29 771
Pensões	26 985	23 257	( 43 819)	( 43 772)	( 16 834)	( 20 515)
SAMS	202	30 282	-	-	202	30 282
Prémios de antiguidade	8 152	7 267	-	-	8 152	7 267
Débitos representados por títulos	-	-	( 27 814)	( 24 226)	( 27 814)	( 24 226)
Outros	5 748	8 737	( 7 177)	( 5 813)	( 1 429)	2 924
Prejuízos fiscais reportáveis	47 598	5 317	-	-	47 598	5 317
<b>Imposto diferido activo/(passivo)</b>	<b>440 162</b>	<b>392 388</b>	<b>( 272 455)</b>	<b>( 283 733)</b>	<b>167 707</b>	<b>108 655</b>
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	( 156 795)	( 204 517)	156 795	204 517	-	-
<b>Imposto diferido activo/(passivo) líquido</b>	<b>283 367</b>	<b>187 871</b>	<b>( 115 660)</b>	<b>( 79 216)</b>	<b>167 707</b>	<b>108 655</b>

O Grupo não efectua o registo de imposto diferido passivo relativamente às diferenças temporárias de subsidiárias e associadas em que controle o período de reversão de tais diferenças e as mesmas sejam materializadas através da distribuição de dividendos não tributáveis. Em relação às outras subsidiárias, o Grupo calcula imposto diferido passivo.

Adicionalmente, o Grupo não reconhece imposto diferido activo em relação a prejuízos fiscais reportáveis incorridos pela Sociedade e por certas subsidiárias por não ser expectável que os mesmos venham a ser

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

recuperados num futuro próximo. Um detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais não foi reconhecido imposto diferido activo apresenta-se como segue:

Ano limite para a dedução	(milhares de euros)	
	Prejuízos fiscais reportáveis à data de	
	31-12-2010	31-12-2009
2009	-	9 977
2010	9 598	10 939
2011	8 605	8 605
2012	2 689	2 689
2013	3 743	3 743
2014	11 454	19 295
2015	1 870	1 873
2016	-	-
	<b>37 959</b>	<b>57 121</b>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Saldo inicial</b>	<b>108 655</b>	<b>104 305</b>
Reconhecido em resultados	15 899	68 862
Reconhecido em reservas de justo valor <sup>(1)</sup>	47 885	( 84 440)
Reconhecido em outras reservas	( 2 723)	18 970
Varição cambial e outros	( 2 009)	958
<b>Saldo final (Activo / (Passivo))</b>	<b>167 707</b>	<b>108 655</b>

<sup>(1)</sup> O valor reconhecido na demonstração consolidada do rendimento integral inclui adicionalmente o imposto diferido reconhecido nas reservas de justo valor de empresas associadas no montante de 18 495 milhares de euros de proveitos (31 de Dezembro de 2009: 15 398 milhares de euros de custos).

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2010 e 2009 teve as seguintes origens:

	(milhares de euros)			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros	( 25 732)	( 47 885)	153	84 440
Crédito a clientes	( 39 863)	-	( 63 105)	-
Outros activos tangíveis	( 2 259)	-	568	-
Activos intangíveis	9	-	47	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	66 362	3 017	( 8 112)	( 13 767)
Provisões	( 3 875)	-	( 11 312)	-
Pensões	( 1 852)	( 1 829)	( 4 097)	( 1 671)
SAMS	30 080	-	( 3 106)	-
Prémios de antiguidade	( 885)	-	( 302)	-
Débitos representados por títulos	3 588	-	16 822	-
Outros	809	1 535	2 582	( 3 532)
Prejuízos fiscais reportáveis	( 42 281)	-	1 000	-
Imposto Diferido	( 15 899)	( 45 162)	( 68 862)	65 470
Impostos Correntes	59 685	46	178 690	944
<b>Total do imposto reconhecido (provelto) / custo</b>	<b>43 786</b>	<b>( 45 116)</b>	<b>109 828</b>	<b>66 414</b>

O imposto corrente reconhecido em reservas inclui um proveito por imposto de 1 933 milhares de euros relativos ao custo incorrido com o aumento de capital (31 de Dezembro de 2009: 823 milhares de euros), um custo de 1 829 milhares de euros relativos a pensões de reforma (31 de Dezembro de 2009: 1 671 milhares de euros) e 150 milhares de euros relativos ao plano de incentivos baseado em acções (31 de Dezembro de 2009: 96 milhares de euros).

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2010		31.12.2009	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultado antes de impostos e Interesses Minoritários</b>		<b>698 028</b>		<b>676 462</b>
Taxa de imposto da ESF(P)	29,0		26,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto da ESF(P)		202 428		179 262
Dividendos excluídos de tributação	(6,2)	( 42 951)	(2,2)	( 14 864)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	(8,2)	( 57 503)	(8,1)	( 54 791)
Mais valias fiscais versus contabilísticas	(11,5)	( 80 543)	(3,9)	( 26 593)
Apropriação do <i>equity</i> de associadas	(1,6)	( 11 441)	(1,4)	( 9 224)
Custos não dedutíveis	4,9	34 052	4,8	32 490
Efeito da introdução da derrama estadual nos impostos diferidos	(2,4)	( 17 000)	-	-
Impostos suportados no estrangeiro não recuperáveis	1,3	8 739	-	-
Efeito do cálculo do imposto diferido activo sobre prejuízos fiscais à taxa de 25%	1,0	6 759	-	-
Outros	0,2	1 246	0,5	3 548
	<b>6,5</b>	<b>43 786</b>	<b>16,2</b>	<b>109 828</b>

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

### Nota 33 – Passivos subordinados

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Obrigações	1 246 324	1 589 331
Empréstimos	276 936	222 645
Obrigações perpétuas	768 573	827 095
	<b>2 291 833</b>	<b>2 639 071</b>

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como se segue:

		(milhares de euros)					
		31.12.2010					
Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
BES (sucursal de Caimão)	Empréstimos subordinados	JPY	2005	213 068	276 936	3,95%	2015
BES Finance	Obrigações subordinadas	EUR	2001	400 000	400 726	6,25%	2011
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2002	500 000	489 768	6,63%	2012 a)
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2004	500 000	278 805	4,50%	2015 a)
BES Finance	Obrigações subordinadas	EUR	2008	20 000	20 041	Euribor 3M + 1%	2018
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2008	1 683	2 323	1,30%	2013
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2007	21 134	24 834	1,30%	2014
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2008	10 099	14 055	1,30%	2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2005	60 000	46 265	5,33%	2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2003	10 000	9 990	5,50%	2033
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2001	7 000	1	Euribor 6M + 1,25%	2011
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2004	25 000	22 631	Euribor 6M + 1,25%	2014
BES	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2005	15 000	-	Euribor 3M + 2,25%	2015 a)
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	41 550	16 776	Euribor 3M + 1%	2018
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	638 450	638 611	Euribor 3M + 1%	2019
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	50 000	50 071	Euribor 3M + 1,05%	2018
				<b>2 512 984</b>	<b>2 291 833</b>		

a) Data da *call option*

O movimento ocorrido durante o exercício de 2010 nos passivos subordinados foi o seguinte:

	(milhares de euros)					
	Saldo em 31.12.2009	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos <sup>(a)</sup>	Saldo em 31.12.2010
Obrigações	1 589 331	-	( 300 000)	( 2 914)	( 40 093)	1 246 324
Empréstimos	222 645	80 000	( 80 000)	-	54 291	276 936
Obrigações perpétuas <sup>b)</sup>	827 095	4 279	-	( 57 157)	( 5 644)	768 573
	<b>2 639 071</b>	<b>84 279</b>	<b>( 380 000)</b>	<b>( 60 071)</b>	<b>8 554</b>	<b>2 291 833</b>

<sup>a)</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

<sup>b)</sup> Nas emissões foram considerados os valores correspondentes a recolocações de dívida anteriormente adquirida pelo Grupo.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efectuadas até 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo reconheceu um ganho de 3,2 milhões de euros e um ganho de 110,5 milhões de euros, respectivamente (ver Nota 9).

#### Nota 34 – Outros passivos

A rubrica de Outros passivos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Credores e outros recursos</b>		
Sector público administrativo	127 618	44 655
Cauções recebidas pela realização de contratos de futuros	25 500	28 197
Contas caução	107 625	120 886
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	107 486	119 978
Credores por fornecimento de bens	68 344	82 000
Credores por contratos de <i>factoring</i>	4 304	3 670
Outros credores	265 553	222 298
	<b>706 430</b>	<b>621 684</b>
<b>Custos a pagar</b>		
Prémios por antiguidade (ver Nota 11)	29 655	28 602
Outros custos a pagar	171 640	143 338
	<b>201 295</b>	<b>171 940</b>
<b>Receitas com proveito diferido</b>	<b>23 033</b>	<b>32 969</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	714 013	226 014
Operações cambiais a liquidar	2 095	73 608
Outras operações a regularizar	288 229	103 834
	<b>1 004 337</b>	<b>403 456</b>
	<b>1 935 095</b>	<b>1 230 049</b>

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

**Nota 35 – Capital**

***Capital***

Em 31 de Dezembro de 2010 o capital da ESF (P), integralmente subscrito e realizado pela Espírito Santo Financial Group, S.A., era representado por 80 000 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada (31 de Dezembro de 2009: 80 000 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada).

**Nota 36 – Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados e interesses que não controlam**

***Reserva legal***

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital e, em conformidade com a legislação aplicável às Sociedades Gestoras de Participações Sociais, terá de ser reforçada anualmente por uma percentagem não inferior à vigésima parte dos lucros da Sociedade, até que aquela represente a quinta parte do capital social.

***Reservas de justo valor***

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses que não controlam.

*M. J. P.*  
*A. J. P.*  
*F. J. P.*  
*A. J. P.*

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	(milhares de euros)					
	Reservas de justo valor			Outras reservas e Resultados transitados		
	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Restantes reservas e Resultados transitados	Total Outras reservas e Resultados transitados
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	( 86 932)	9 789	( 77 143)	16 816	177 578	194 394
Custos com aumento de capital do BES	-	-	-	-	( 3 363)	( 3 363)
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	72	72
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	( 9 059)	( 9 059)
Alterações de justo valor	190 235	( 28 985)	161 250	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras reservas de consolidação	-	-	-	-	( 3 564)	( 3 564)
Constituição de reservas	-	-	-	3 600	41 707	45 307
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	( 16 000)	( 16 000)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>103 303</b>	<b>( 19 196)</b>	<b>84 107</b>	<b>20 416</b>	<b>187 371</b>	<b>207 787</b>
Custos com aumento de capital do BES	-	-	-	-	-	-
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	99	99
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	( 9 036)	( 9 036)
Alterações de justo valor	( 107 229)	19 459	( 87 770)	-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	( 1 695)	( 1 695)
Diferenças de câmbio e outras reservas de consolidação	-	-	-	-	1 650	1 650
Constituição de reservas	-	-	-	15 000	27 858	42 858
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	( 50 000)	( 50 000)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>( 3 926)</b>	<b>263</b>	<b>( 3 663)</b>	<b>35 416</b>	<b>156 247</b>	<b>191 663</b>

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	11 781 681	8 194 913
Imparidade acumulada reconhecida	( 159 232)	( 137 890)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	11 622 449	8 057 023
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	11 698 473	8 447 526
Ganhos/(perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	76 024	390 503
Reservas de justo valor associadas a activos transferidos para investimentos detidos até à maturidade (ver Nota 20)	( 13 694)	( 19 560)
Impostos diferidos	( 17 001)	( 64 549)
Ganhos/(Perdas) potenciais de empresas associadas reconhecidos na reserva de justo valor	( 53 247)	( 3 384)
Reserva de justo valor total	( 7 918)	303 010
Interesses que não controlam	4 255	( 218 903)
<b>Reserva de justo valor atribuível aos accionistas da ESF (P)</b>	<b>( 3 663)</b>	<b>84 107</b>

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, de imparidade e de interesses que não controlam, pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>84 107</b>	<b>( 77 143)</b>
Varição de justo valor	( 16 994)	233 580
Alienações do exercício	( 98 251)	( 51 141)
Imparidade reconhecida no exercício	8 035	7 805
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	19 440	( 28 994)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>( 3 663)</b>	<b>84 107</b>

### *Interesses que não controlam*

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
Na BESPARG	738 876	66 468	717 372	66 063
No BES	3 643 440	306 088	3 632 579	311 119
Outros instrumentos de capital	269 953	-	-	-
Nas subsidiárias do BES				
BES Finance - Acções preferenciais	600 000	-	600 000	-
BES Investimento - Outros instrumentos de capital	50 000	-	-	-
Outras subsidiárias	493 709	147 439	287 499	56 594
	<b>5 795 978</b>	<b>519 995</b>	<b>5 237 450</b>	<b>433 776</b>

O movimento de interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Interesses minoritários no início do exercício</b>	<b>5 237 450</b>	<b>3 535 235</b>
Alterações de perímetro de consolidação	45 285	33 534
Aumentos de capital de subsidiárias	17 325	995 973
Emissão de outros instrumentos de capital	319 953	-
Dividendos distribuídos de acções ordinárias	( 104 306)	( 195 872)
Dividendos distribuídos de acções preferenciais	( 24 444)	( 24 421)
Varição da reserva de justo valor	( 231 742)	416 848
Movimentos decorrentes da compra e venda de acções próprias e outros	16 462	42 377
Resultado líquido do exercício	519 995	433 776
<b>Interesses que não controlam no final do exercício</b>	<b>5 795 978</b>	<b>5 237 450</b>

*Interesses que não controlam – Acções Preferenciais*

Os interesses que não controlam relativos à BES Finance, subsidiária do Grupo BES, referem-se a 450 milhares de acções preferenciais sem direito a voto, que foram admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo em Julho de 2003. Em Março de 2004 foram adicionalmente emitidas 150 milhares de acções preferenciais, formando uma única emissão com as acções emitidas anteriormente, no valor total de 600 milhões de euros. Estas acções têm um valor nominal de 1 000 euros e são remíveis por opção do emitente na sua totalidade, mas não parcialmente, em 2 de Julho de 2014, pelo seu valor nominal, mediante a aprovação prévia do BES e do Banco de Portugal.

Estas acções preferenciais têm um dividendo preferencial não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração da emitente, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 5,58% sobre o valor nominal, pago anualmente, em 2 de Julho de cada ano, com início em 2 de Julho de 2004 e fim a 2 de Julho de 2014.

Caso a emitente não proceda à remição das acções preferenciais a 2 de Julho de 2014, o dividendo preferencial, se e quando declarado, passará a ser calculado à taxa Euribor a três meses acrescida de 2,65%, com os pagamentos a ocorrerem em 2 de Janeiro, 2 de Abril, 2 de Julho e 2 de Outubro de cada ano.

O pagamento dos dividendos em cada exercício e o reembolso das acções são garantidos pelo BES até ao limite dos dividendos que tenham sido previamente declarados pelo Conselho de Administração da emitente.

A 31 de Dezembro de 2010 o Grupo reconheceu como uma dedução a reservas o montante de 33 480 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 33 480 milhares de euros) relativos aos dividendos declarados pelo Conselho de Administração da emitente em 13 de Maio de 2010, cuja liquidação ocorreu no dia 2 de Julho de 2010.

Estas acções são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e pari passu relativamente a quaisquer acções preferenciais que venham a ser emitidas pelo Banco.

*Interesses que não controlam – Outros instrumentos de capital*

Os interesses que não controlam relativos à emissão de outros instrumentos de capital, no montante de 320 milhões de euros referem-se à emissão, durante o último trimestre de 2010, de obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado, dos quais 270 milhões de euros foram emitidos pelo BES e 50 milhões de euros foram emitidos pelo BES Investimento.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração das respectivas sociedades emitentes. Este juro condicionado correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de Setembro de 2015, dependendo apenas da opção do emitente, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.9.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e do BES Investimento e pari passu relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelos respectivos emitentes.

### Nota 37 – Passivos contingentes e compromissos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Passivos e avales prestados</b>		
Garantias e avales prestados	8 198 285	6 983 166
Activos financeiros dados em garantia	8 320 999	3 789 253
Créditos documentários abertos	3 239 192	3 016 076
Outros	581 957	158 296
	<b>20 340 433</b>	<b>13 946 791</b>
<b>Compromissos</b>		
Compromissos revogáveis	6 883 602	8 612 423
Compromissos irrevogáveis	5 349 361	5 338 345
	<b>12 232 963</b>	<b>13 950 768</b>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 155,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 151,8 milhões de euros) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 7 419 milhões de euros (o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 10 823 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010);

- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 24 241 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 19 368 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 63 173 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 61 847 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 594 500 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 522 500 milhares de euros).

Estes títulos dados em garantia encontram-se registados nas diversas carteiras de títulos do Grupo e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Grupo, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Depósito e guarda de valores	69 177 215	72 080 912
Valores recebidos para cobrança	274 553	286 509
Crédito securitizado sob gestão ( <i>servicing</i> )	3 107 186	3 426 539
Outras responsabilidades por prestação de serviços	9 757 863	7 974 169
	<b>82 316 817</b>	<b>83 768 129</b>

### Nota 38 – Desintermediação

De acordo com a legislação em vigor, as sociedades gestoras em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a actividade de desintermediação desenvolvida pelo Grupo apresenta o seguinte detalhe:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Fundos de investimento mobiliário	4 459 631	5 530 986
Fundos de investimento imobiliário	1 374 539	1 263 209
Fundos de pensões	2 655 602	2 721 960
Bancasseguros	5 373 789	5 511 442
Gestão de carteiras	1 785 790	2 560 866
Outros activos sob gestão	1 445 009	1 533 897
	<b>17 094 360</b>	<b>19 122 360</b>

Os valores incluídos nestas rubricas encontram-se valorizados ao justo valor determinado na data do Balanço.

*Handwritten signatures and initials:*  
 Top right: A large signature, possibly "A. M. S.". Below it, another signature, possibly "F.". At the bottom right, the initials "AZ".

**Nota 39 – Transacções com partes relacionadas**

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pelo Grupo ESF(P) além das subsidiárias da Nota 1, tal como definidas pelo IAS 24, é apresentado como segue:

Entidades associadas do Grupo BES	Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG
<p><b>Empresas</b></p> <p>Rua Bonita Sp. Z.o.o.                      Fin Soluția - Consultoria e Gestão de Créditos, SA                      Polish Hotel Company, SP                      Polish Hotel Capital SP                      Polish Hotel Management Company, SP                      SES Iberia                      Hic - Centrais de Coeração, SA                      Copogest                      Synergy Industry and Technology, S.A.                      Salgar Investments                      SO PESO Restauração e Hotelaria, SA                      ZBCapital, SA                      Apolo Films SL                      Brb Internacional, S.A.                      Prospart, SA                      Banque Espírito Santo et de la Vénétie, SA                      PT Prime Tradecom - Soluções Empresariais de Comércio Externo, S.A.                      E.S. Contact Center - Gestão de Call Centers, SA                      Esiam - Espírito Santo International Asset Management, Ltd                      Europe Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, SA                      Fiduprivate - Sociedade de Serviços, Consultoria e Administração de Empresas, SA                      Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, SA                      Societé 45 Avenue Georges Mandel, SA                      BES, Companhia de Seguros, SA                      BES-Vida, Companhia de Seguros, SA                      Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA                      Esegur - Empresa de Segurança, SA                      Ascendi Group, SGPS, SA                      Empark Aparcamientos y Servicios SA                      Concessionaria Autopista Perote-Xalapa, CV                      Autovia De Los Vinedos, SA                      MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, SA                      Portvias - Portagem de Vias, SA                      Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, SA                      SOUSCAMP, SGPS, SA                      GLOBAL ACTIVE - GESTÃO P.S.SGSPS, SA                      OUTSYSTEMS, SA                      Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA                      Multiwave Photonics, SA                      BIO-GENESIS                      YDreams - Informática, SA                      Nutrigreen, S.A.                      Advance Clone Systems, SA                      MIMCI - Multimédia, SA                      Mobile World - Comunicações, SA                      Soprattutto Café, SA                      Erikrott SA                      Roof Sinks &amp; Ideas, SA                      Palexpo - Imagem Empresarial, SA                      Nova Figfort - Têxteis, Lda                      TLCI 2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, SA                      BANCO DELLE TRE VENEZIE SPA                      MANILUM, SA                      Ascendi Pirinhal Interior Estradas do Pirinhal Interior, SA                      Aenor Douro Estradas do Douro Interior, SA                      Uncre - Cartão Internacional de Crédito, SA</p>	<p><b>Empresas</b></p> <p>Saio Bank                      The Atlantic Company ( Portugal ) - Turismo e Urbanização, SA                      Advancecare - Gestão e Serviços de Saúde, SA                      Agribahia, S/A                      Air - Actividades Turísticas e Representações, Lda                      Aveiro Incorporated                      Beach Health Investments, Ltd                      Companhia Agrícola Botucatu, SA                      Casas da Cidade - Residências Sénior, SA                      Cerca da Aldeia - Sociedade Imobiliária, SA                      Cimentia - Empreendimentos Imobiliários, SA                      Cidadeplatina - Construção SA                      Qarendon Properties, Inc.                      Clube de Campo da Comporta - Actividades Desportivas e Lazer, Ltd                      Club de Campo Villar Ollala, SA                      Clup Vip - Marketing de Acontecimentos, SA                      Clube Residencial da Boavista, SA                      Companhia Brasileira de Agropecuária Cobrape                      Coimbra Jardim Hotel - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.                      Construcciones Sarrin, SL                      Ganadera Corina Campos y Haciendas, S/A                      E.S.B. Finance Ltd                      Eastelco - Consultoria e Comunicação, SA                      E.S. Asset Administration, Ltd.                      Espírito Santo Cachoeira Desenvolvimento Imobiliário Ltda                      ES Comercial Agrícola, Ltda                      Espírito Santo Guarujá Desenvolvimento Imobiliário Ltda                      ES Holding Administração e Participações, S/A                      Espírito Santo Hotéis, SGPS, SA                      Espírito Santo Industrial ( BVI ), SA                      Espírito Santo Indaiatuba Desenvolvimento Imobiliário Ltda                      Espírito Santo Industrial, SA                      Espírito Santo Industrial ( Portugal ) - SGPS, SA                      Espírito Santo Irmãos - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA                      Espírito Santo Itatiba Desenvolvimento Imobiliário Ltda                      Espírito Santo Primavera Desenvolvimento Imobiliário Ltda                      ES Private Equity, Ltd                      Espírito Santo Property (Brasil) S/A                      Espírito Santo Services, SA                      Espírito Santo Tourism, Ltd                      Espírito Santo Tourism ( Europe ), SA                      Espírito Santo Venture Ltd                      Espírito Santo Viagens - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA                      ES Viagens e Turismo, Lda                      Espírito Santo Viagens - Consultoria e Serviços, SA                      Escze - Consultoria, Administração e Empreendimento, Ltda                      Escopar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA                      ESDI Administração e Participações Ltda                      Esger - Empresa de Serviços e Consultoria, SA                      Espírito Santo International ( BVI ), SA                      E.S. International Overseas, Ltd.                      Esiam - Espírito Santo Imobiliário, SA                      E.S. - Espírito Santo, Mediação Imobiliária, S.A.                      Espírito Santo Property SA                      Espírito Santo Property Holding, SA                      Espírito Santo Property España, S.L.                      Espart Madeira SGPS, Unipessoal, Lda                      Espart - Espírito Santo Participações Financeiras, SGPS, SA                      Espírito Santo Resources, Ltd                      Espírito Santo Resources ( Portugal ), SA                      E.S. Resources Overseas, Ltd                      Espírito Santo Resources SA                      Estoril Inc                      Euroamerican Finance Corporation, Inc.                      Euroamerican Finance SA                      Euroatlantic, Inc.                      Fafer - Empreendimentos Turísticos e de Construção, SA                      Fimoges - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA                      GES Finance Limited                      Gestimo - Espírito Santo, Irmãos, Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, SA                      Gestres - Gestão Estratégica Espírito Santo, SA                      Goggles Marine, Ltd                      Sociedad Agrícola Gondrina, S/A                      HDC - Serviços de Turismo e Imobiliário, SA                      Herdade da Botina - Sociedade Agrícola, SA                      Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, SA                      Hotels Tivoli, SA                      Hotelagoo, SA                      Hospital Residencial do Mar, SA                      I.A.C. UK, Limited                      Inter-Atlântico, S/A                      Iber Foods - Produtos Alimentares e Biológicos, SA                      Imopca, SA                      Lote Dois - Empreendimentos Turísticos SA                      Luzboa, SA                      Luzboa Um, SA                      Luzboa Dois, SA                      Luzboa Três, SA                      Luzboa Quatro, SA                      BEHS, SGPS, SA                      Margrimar - Mármore e Granitos, SA                      Marinobis - Sociedade de Promoção e Construção de Hotéis, SA                      Harmetal - Mármore e Materiais de Construção, SA                      Metal - Lobos Serralharia e Carpintaria, Lda                      Moldebetão - Sociedade de Betões, SA                      Multiger - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, SA</p>
<p><b>Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG</b></p> <p><b>Empresas</b></p> <p>Banque Privée Espírito Santo                      ES Bank (Panama), SA                      ES Bankers (Dubai) Limited                      Espírito Santo Financial ( Portugal ), SGPS, SA                      Espírito Santo Financial Group, SA                      ESFG International, Ltd                      Esri - Espírito Santo Financière, S.A. ( Luxemburgo )                      Espírito Santo International SA                      MANDEL PARTNERS                      Espírito Santo Saúde SGPS, S.A.                      Clínica Parque dos Poetas, SA                      Clínica - Hospital Privado de Aveiro, SA                      ES Saúde - Residência com Serviços Senior, S.A.                      Espírito Santo - Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S.A.                      Genomed, Diagnóstico de Medicina Molecular, SA                      HCI - Health Care International, Inc                      HME Gestão Hospitalar                      Hospital da Arrábida - Gaia, SA                      Hospital da Luz - Centro Clínico da Amadora, SA                      Hospital da Luz, SA                      Hospor - Hospitais Portugueses, SA                      Instituto de Radiologia Dr. Idálio de Oliveira - Centro de Radiologia Médica, S.A.                      RML - Residência Medicalizada de Loures, SGPS, SA                      Surgicare - Unidades de Saúde, SA                      Vila Lusitano - Unidades de Saúde, SA                      Key Space Investments LLC                      Marignan Courtage, SA                      Marignan Gestion, SA                      Omnium Lyonnais de Participations Industrielles, SA                      Partrian - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA                      Societé Antillaise de Gestion Financière, S.A. - SAGEFI                      Seguros Logo, SA                      Societé Lyonnaise de Marchands de Biens                      T - Vida, Companhia de Seguros, SA                      Companhia de Seguros Tranquilidade, SA                      Group Credit Agricole</p>	

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG	Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG
<b>Empresas</b>	<b>Empresas</b>
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	Sintra Empreendimentos Imobiliários, Ltda
Net Viagens - Agência de Viagens e Turismo, SA	Sisges, SA Desenvolvimento de Projectos de Energia
Novagest Assets Management, Ltd	Soguest - Sociedade Imobiliária, SA
Opcá Angola, SA	Solférias - Operadores Turísticos, Lda
Opcá Moçambique, Lda	Sopol - Concessões, SGPS, SA
Opcatelecom - Infraestruturas de Comunicação, SA	Sotal - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.
OPWAY - Engenharia, SA	Space - Sociedad Peninsular de Aviación, Comercio e Excursiones, SA
OPWAY Imobiliária, SA	Sulglor - Imobiliária do Sul, SA
OPWAY - SGPS, SA	TA DMC Brasil - Viagens e Turismo, SA
Pavi do Brasil - Pré-Fabricação, Tecnologia e Serviços, Lda.	Agência de Viagens Tagus, S.A.
Pavicentro - Pré-Fabricação, SA	Construtora do Tamega Madeira SA
Pavilis - Pré-Fabricação, SA	Construtora do Tamega Madeira SGPS SA
Paviseu - Materiais Pré-Fabricados, SA	Terras de Bragança Participações, Ltda
Pavitel, SARL	Timeantube Comércio e Serviços de Confeções, Ltda
Personda - Sociedade de Perfurações e Sondagens, SA	Tivoli Gare do Oriente - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.
Placon - Estudos e Projectos de Construção, Lda	TOP A DMC Viajes, SA
Pojuca, SA	Top Atlântico - Viagens e Turismo, SA
Pontave - Construções, SA	Top Atlântico DMC, SA
Agência Receptivo Praia do Forte, Ltda	Transcontinental - Empreendimentos Hoteleiros, SA
Praia do Forte Operadora de Turismo, Ltda	Turifonte, Empreendimentos Hoteleiros, SA
Grupo Projectos y Servicios Sarrion, SA	Turistrader - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, SA
Quinray Technologies Corp.	Ushuaia - Gestão e Trading Internacional Limited
Quinta da Areia - Sociedade Agrícola Quinta da Areia, SA	Sociedade Agricola Turística e Imobiliária Várzea Lagoa, SA
Sociedade Agricola Quinta D. Manuel I, SA	Viveiros da Herdade da Comporta - Produção de Plantas Ornamentais, Lda
Recigreen - Reciclagem e Gestão Ambiental, SA	Sociedade de Administração de Bens-Pedra da Nau, S.A.
Recigroup - Industrias de Reciclagem, SGPS, SA	Ribeira do Marchante, Administração de Bens e Imóveis, S.A.
Recipav - Engenharia e Pavimentos, Unipessoal, Lda	Casa da Saudade, Administração de Bens Móveis Imóveis, S.A.
Recipneu - Empresa Nacional de Reciclagem de Pneus, Lda	Angra Moura-Sociedade de Administração de Bens,S.A.
Santa Mónica - Empreendimentos Turísticos, SA	Sociedade de Administração de Bens - Casa de Bons Ares, S.A.
Saramagos S/A Empreendimentos e Participações	Sociedade de Silvicultura Monte do Arneirinho, Lda
Société Congolaise de Construction et Travaux Publiques, SARL	Campeque-Compra e Venda de Propriedades, Lda
Series - Serviços Imobiliários Espírito Santo, SA	Acro, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Sociedade Gestora do Hospital de Loures, SA	Difiva, Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.

O valor das transacções do Grupo com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

	31.12.2010					31.12.2009				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
<b>Empresas associadas</b>										
BES VIDA	924 511	429 055	-	48 770	1 094	163 654	212 800	-	69 271	10 515
BES VENÉTIÉ	889 175	120 264	832	8 967	345	413 556	84 733	252	10 977	44
ASCENDI GROUP SGPS	188 684	5 348	-	9 583	2 001	-	-	-	-	-
LOCARENT	139 970	712	-	3 303	10 177	141 500	341	-	5 584	9 228
AENOR DOURO	122 304	592	-	5 013	-	-	-	-	-	-
NANIUM	45 403	704	-	610	-	-	-	-	-	-
EMPARK	41 537	-	-	3 286	-	48 267	-	-	1 064	-
SOUSACAMP	15 064	7	3 013	835	-	20 000	109	-	116	-
ASCENDI PINHAL INTERIOR	9 320	17 769	-	256	19	-	-	-	-	-
SCUTVIAS	9 140	-	-	227	-	-	-	-	-	-
PALEXPO	6 800	189	-	353	1	-	-	-	-	-
BES SEGUROS	3 840	13 773	-	1 413	4	28	13 337	-	103	19
ESEGUR	2 657	138	2 261	842	126	1 750	316	2 303	66	116
ESUMÉDICA	2 569	-	4	83	55	2 507	-	4	58	35
ES CONTACT CENTER	1 614	-	92	60	915	1 726	-	74	52	-
EUROP ASSISTANCE	1 064	1 670	7	43	12	1 128	1 289	7	36	10
FIDUPRIVATE	139	7	-	-	-	136	10	-	-	-
UNICRE	12	16 695	-	-	1	-	-	-	-	-
ASCENDI *	-	-	-	-	-	29 203	146	-	-	-
ASCENDI CP *	-	-	-	49	180	3 877	46 948	-	86	24
ASCENDI BLA *	-	-	-	148	-	9 143	23 902	-	204	144
ASCENDI GP *	-	-	-	102	361	6 914	20 636	-	171	67
OUTRAS	16 139	11 810	-	813	1 456	9 162	6 065	-	77	143
	<b>2 419 942</b>	<b>618 733</b>	<b>6 209</b>	<b>84 756</b>	<b>16 747</b>	<b>852 551</b>	<b>410 632</b>	<b>2 640</b>	<b>87 865</b>	<b>20 345</b>

\* Participações transferidas para a Ascendi Group SGPS no final de 2010 (ver Nota 1);

Os activos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido, suprimentos ou títulos de dívida adquiridos no âmbito da actividade desenvolvida pelo Grupo. Os passivos referem-se fundamentalmente a depósitos bancários tomados.

84  
27  
47  
Fu.  
A3

No âmbito do acordo de distribuição e gestão operacional existente entre o BES, a BES Vida e o Credit Agricole, o BES concedeu à BES Vida uma garantia de retorno sobre um conjunto de activos associados a contratos de seguros e de investimento. O BES regista esta garantia no passivo pelo seu justo valor, por contrapartida de resultados, sempre que o retorno esperado dos activos é inferior à rentabilidade mínima garantida aos segurados. Da avaliação efectuada em 31 de Dezembro de 2010 foi reconhecida uma responsabilidade perante a BES Vida no valor de 6,8 milhões de euros, sendo que em 31 de Dezembro de 2009 não resultou a identificação de qualquer responsabilidade.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante global dos activos e passivos do Grupo ESF(P) que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas com a ESFG (*holding* da ESF(P)), para além das acima referidas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2010								
	Activos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
ES FINANCIAL GROUP	-	-	136	2	138	-	91 342	241	-
ESF PORTUGAL	-	1	93 810	-	93 811	-	154	945	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	-	-	6 866	7 839	207	549	-	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	40	-	-
ESPIRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	135 000	-	-	135 000	-	74	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	2 667	3	424	3 094	21 563	68 267	1 146	1 344
ES IRMÃOS	-	87 948	-	-	87 948	-	1	2 469	-
ESCOM	-	-	-	-	-	-	-	6 645	-
BANQUE PRIVÉE ESPIRITO SANTO	9 052	-	-	13	9 065	10 623	27 629	270	101
ES BANK PANAMA	311 075	-	-	-	311 075	-	2 930	8 142	44
ES SAUDE	-	118 944	12 544	32	131 520	24 885	5 308	232	1
OPWAY	-	31 606	-	-	31 606	35 665	8 998	713	-
T - VIDA	-	20	190 281	205	190 506	-	97 471	173	108
CONSTRUCCIONES SARRION	-	22 039	-	-	22 039	-	-	-	-
ESPIRITO SANTO RESOURCES	-	-	-	31	31	-	186	91	1
OUTRAS	23 766	66 078	2 592	846	93 282	12 370	28 016	6 582	898
<b>TOTAL</b>	<b>344 866</b>	<b>464 303</b>	<b>299 366</b>	<b>8 419</b>	<b>1 116 954</b>	<b>105 313</b>	<b>330 965</b>	<b>27 649</b>	<b>2 497</b>

(milhares de euros)

	31.12.2009								
	Activos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
ES FINANCIAL GROUP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	3 037	2 057	14 513	20 580	181	606	69	-
PARTRAN	-	-	-	29 863	29 863	-	79	-	-
ESPIRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	5	-	-	5	-	346 520	-	114
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	2 762	-	462	3 224	622	13 699	1 101	758
ES IRMÃOS	-	81 422	-	-	81 422	-	-	2 033	-
ESCOM	-	332 339	161	3 823	336 323	639	135	5 729	-
BANQUE PRIVÉE ESPIRITO SANTO	10 082	-	-	5	10 087	11 769	7 947	-	1 399
ES BANK PANAMA	53 600	-	-	6	53 606	-	1 573	3 734	-
ES SAUDE	-	126 669	15 810	10	142 489	1 530	8 996	2 412	-
OPWAY	-	42 927	-	-	42 927	37 662	51	647	-
T - VIDA	-	29 004	43 841	177	73 022	-	223 410	168	6
CONSTRUCCIONES SARRION	-	24 203	-	-	24 203	-	-	-	-
ESPIRITO SANTO RESOURCES	-	-	-	-	-	-	380 000	-	168
OUTRAS	-	36 236	1 219	370	37 825	7 175	15 143	973	283
<b>TOTAL</b>	<b>64 655</b>	<b>678 604</b>	<b>63 088</b>	<b>49 229</b>	<b>855 576</b>	<b>59 578</b>	<b>998 159</b>	<b>16 866</b>	<b>2 728</b>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo ESF(P), bem como as transacções efectuadas com os mesmos constam na Nota 10.

Em 31 de Dezembro de 2010 o valor dos créditos concedidos pelo Grupo aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores da ESF(P) ascendia a 9 252 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 9 093 milhares de euros).

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os créditos concedidos pelo Grupo aos seus administradores correspondem a operações compreendidas no seu objecto social pelo que se encontram excluídas das disposições constantes dos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais. Porém, os créditos concedidos pelo Grupo aos administradores das instituições de crédito estão abrangidos pelo artigo 85.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), cuja actual redacção foi introduzida pela Lei n.º94/2009 de 1 de Setembro, estando estas operações sujeitas a deveres de reporte ao Banco de Portugal, nos termos da Instrução n.º 13/2008. Assim, nos termos desta legislação, há a destacar os seguintes condicionalismos:

- Não pode ser concedido crédito aos administradores executivos e membros do órgão de fiscalização (incluindo o cônjuge ou parente em 1º grau), com excepção (i) das operações de carácter ou finalidade social, (ii) das decorrentes da política de pessoal (iii) ou que resultem da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com clientes de perfil e risco análogos, todos nos termos do n.º 4 do artigo 85.º do RGICSF;

- As operações de crédito a administradores não executivos e que não façam parte da Comissão de Auditoria são sujeitas a aprovação por maioria de pelo menos dois terços dos restantes membros do órgão de administração e só são aprovadas se merecerem parecer favorável do órgão de fiscalização, nos termos do n.º 8 do artigo 85.º do RGICSF;

- As operações são aprovadas e realizadas a preços normais de mercado e os administradores beneficiários não intervêm na apreciação e decisão dos casos em que sejam parte interessada.

Todos os créditos concedidos a membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização cumprem com as referidas exigências.

Todos os créditos concedidos às partes relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objecto de provisões nos mesmos moldes estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Grupo. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não se verificou qualquer situação de imparidade específica com créditos concedidos a partes relacionadas. No entanto, os mesmos são integrados no conjunto de créditos considerado como mais apropriado para efeitos do cálculo da imparidade numa base colectiva tal como referido na Nota 2.5 — Crédito a clientes.

Durante os exercícios de 2010 e 2009 não se efectuaram transacções com os fundos de pensões do Grupo.

**Nota 40 – Securitização de activos**

Em 31 de Dezembro de 2010, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo Grupo:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo securitizado
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	431 681	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	430 415	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	610 478	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	689 254	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	945 359	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	573 348	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	838 428	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1 plc	Dezembro de 2007	1 079 100 <sup>(1)</sup>	780 100	Crédito Project Finance
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 890 428	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Fevereiro de 2010	516 534 <sup>(2)</sup>	418 031	Crédito Leverage Finance
Lusitano SME No.2	Dezembro de 2010	1 951 908 <sup>(3)</sup>	1 727 710	Crédito a pequenas e médias empresas

<sup>(1)</sup> Inclui 888 600 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 190 500 milhares de euros de créditos de outras entidades do Grupo BES (montantes iniciais)

<sup>(2)</sup> Inclui 382 062 milhares de euros de créditos do BES, 67 205 milhares de euros de crédito do BES1 e 108 040 milhares de euros de créditos do ES Vénétie)

<sup>(3)</sup> Inclui 1 348 825 milhares de euros de créditos a empresas e 603 083 milhares de euros de emissões de papel comercial provenientes do BES

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo ESF(P) decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização Lusitano Mortgages No.3, Lusitano Mortgages No.4 e Lusitano Mortgages No.5, realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Grupo transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

De acordo com o previsto na SIC 12, o Lusitano SME No.1 plc, o Lusitano Mortgages No.6 plc, o Lusitano Project Finance No.1 plc, o Lusitano Mortgages No. 7, o Lusitano Leverage Finance No. 1 BV e o Lusitano SME No2 são consolidados pelo método integral desde a data da sua constituição, uma vez que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios decorrentes da sua actividade, encontrando-se os respectivos saldos integrados nas demonstrações financeiras consolidadas (ver Nota 2). Por não deter a maioria dos riscos e benefícios associados à actividade dos outros veículos de securitização, os mesmos não foram incluídos nas contas consolidadas do Grupo.

As principais características destas operações, com referência a 31 de Dezembro de 2010, podem ser analisadas como segue:

W84  
 X 17  
 fu.  
 A3

CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

(milhares de euros)													
Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal actual	Interesse retido pelo BES (Valor nominal)	Data de reembolso	Rating das obrigações inicial				Rating das obrigações actual			
						Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915 000	332 905	109	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA	-	AAA	Aaa	AAA	-
	Classe B	32 500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA	-	AAA	Aa3	AA	-
	Classe C	25 000	25 000	3 000	Dezembro de 2035	A	A2	A	-	AA-	A2	A	-
	Classe D	22 500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB	-	BBB+	Baa2	BBB+	-
	Classe E	5 000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB	-	BB+	Ba1	BB+	-
	Classe F	10 000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920 000	351 047	5 380	Dezembro de 2036	AAA	Aaa	AAA	-	AAA	Aaa	AAA	-
	Classe B	30 000	30 000	10 000	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA	-	AAA	Aa3	AA	-
	Classe C	28 000	28 000	5 000	Dezembro de 2046	A	A3	A	-	A+	A3	A	-
	Classe D	16 000	16 000	-	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB	-	BBB+	Baa3	BBB	-
	Classe E	6 000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB	-	BBB-	Ba1	BB	-
	Classe F	9 000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1 140 000	552 490	4 556	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA	-	AAA	Aaa	AAA	-
	Classe B	27 000	20 725	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA	-	AA	Aa2	AA	-
	Classe C	18 600	14 277	-	Dezembro de 2047	A	A2	A	-	A	Baa1	A	-
	Classe D	14 400	11 053	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB	-	BBB-	Ba3	BBB	-
	Classe E	10 800	10 800	-	Dezembro de 2047	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1 134 000	616 259	8 957	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA	-	AAA	Aaa	AAA	-
	Classe B	22 800	21 553	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA	-	AA	Aa2	AA	-
	Classe C	19 200	18 150	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+	-	A	A3	A+	-
	Classe D	24 000	22 687	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB+	-	BB	B2	BBB+	-
	Classe E	10 200	10 200	-	Dezembro de 2048	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	678 694	664	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA	-	AAA	Aaa	AAA	-
	Classe B	26 600	25 494	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA	-	AA	A2	AA	-
	Classe C	22 400	21 469	-	Dezembro de 2059	A	A1	A	-	A	Baa2	A	-
	Classe D	28 000	26 836	5 271	Dezembro de 2059	BBB+	Baa2	BBB	-	BB	B3	BBB	-
	Classe E	11 900	11 900	-	Dezembro de 2059	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	473 181	17 026	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	BBB	-	AAA	-
	Classe B	40 974	40 974	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	AAA	-	AAA	-
	Classe C	34 073	34 073	-	Dezembro de 2028	BB	-	BB	-	B	-	BB-	-
	Classe D	28 035	28 035	28 035	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe E	8 626	8 626	8 626	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	664 181	55 592	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA	-	AAA	Aaa	AAA	-
	Classe B	65 450	65 450	58 950	Março de 2060	AA	Aa3	AA	-	AA	Aa3	AA	-
	Classe C	41 800	41 800	31 800	Março de 2060	A	A3	A	-	A	A3	A	-
	Classe D	17 600	17 600	17 600	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB	-	BBB-	Baa3	BBB	-
	Classe E	31 900	31 900	31 900	Março de 2060	BB	-	BB	-	B	-	BB	-
	Classe F	22 000	22 000	22 000	Março de 2060	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Project Finance No.1 plc	Classe A	890 256	712 450	703 081	Dezembro de 2037	-	-	AAA	-	-	-	AAA	-
	Classe B	35 610	35 610	35 610	Dezembro de 2037	-	-	AA	-	-	-	AA	-
	Classe C	39 926	39 926	39 926	Dezembro de 2037	-	-	A	-	-	-	A	-
	Classe D	23 741	23 741	23 741	Dezembro de 2037	-	-	BBB	-	-	-	BBB	-
	Classe E	11 871	11 871	11 871	Dezembro de 2037	-	-	BB	-	-	-	BB	-
	Classe F	77 696	76 473	77 696	Dezembro de 2037	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.7 plc	Classe A	1 425 000	1 425 000	1 425 000	Outubro de 2064	-	-	AAA	-	-	-	AAA	-
	Classe B	294 500	294 500	294 500	Outubro de 2064	-	-	BBB-	-	-	-	BBB-	-
	Classe C	180 500	180 500	180 500	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	57 000	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Leverage finance No. 1 I	Classe A	352 000	297 669	247 305	Janeiro de 2020	-	-	AAA	-	-	-	AAA	-
	Classe C	206 800	206 800	175 956	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe X	21 850	21 850	20 633	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.2	Classe A	1 107 300	1 107 300	1 107 300	Agosto de 2033	-	Aaa	-	AAA	-	Aaa	-	AAA
	Classe B	369 100	369 100	369 100	Agosto de 2033	-	A2	-	A (low)	-	A2	-	A (low)
	Classe C	466 300	466 300	466 300	Agosto de 2033	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	38 900	38 900	38 900	Agosto de 2033	-	-	-	-	-	-	-	-

## Nota 41 – Justo valor dos activos e passivos financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo é como segue:

	Valorizados ao Justo Valor				Total Valor de Balanço	Justo Valor
	Custo Amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
(milhares de euros)						
<b>31 de Dezembro de 2010</b>						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	930 505	-	-	-	930 505	930 505
Disponibilidades em outras instituições de crédito	557 982	-	-	-	557 982	557 982
Activos financeiros detidos para negociação	-	1 741 040	2 187 702	-	3 928 742	3 928 742
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	66 661	1 347 273	10 397	1 424 331	1 424 331
Activos financeiros disponíveis para venda	21 436	5 594 388	5 879 612	203 037	11 698 473	11 698 473
Aplicações em instituições de crédito	4 245 436	-	-	-	4 245 436	4 245 436
Crédito a clientes	49 426 668	-	1 402 455	-	50 829 123	48 821 200
Investimentos detidos até à maturidade	2 452 226	-	-	-	2 452 226	2 385 659
Derivados para gestão de risco	-	-	447 304	-	447 304	447 304
<b>Activos financeiros</b>	<b>57 634 253</b>	<b>7 402 089</b>	<b>11 264 346</b>	<b>213 434</b>	<b>76 514 122</b>	<b>74 439 632</b>
Recursos de bancos centrais	7 964 820	-	-	-	7 964 820	7 964 820
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	2 088 007	-	2 088 007	2 088 007
Recursos de outras instituições de crédito	5 692 681	-	687 911	-	6 380 592	5 842 853
Recursos de clientes	27 585 785	-	4 199 287	-	31 785 072	31 785 072
Responsabilidades representadas por títulos	19 629 407	-	4 480 532	-	24 109 939	21 584 479
Derivados para gestão de risco	-	-	228 944	-	228 944	228 944
Passivos subordinados	2 015 631	-	276 202	-	2 291 833	1 491 096
<b>Passivos financeiros</b>	<b>62 888 324</b>	<b>-</b>	<b>11 960 883</b>	<b>-</b>	<b>74 849 207</b>	<b>70 985 271</b>
<b>31 de Dezembro de 2009</b>						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	2 192 317	-	-	-	2 192 317	2 192 317
Disponibilidades em outras instituições de crédito	610 589	-	-	-	610 589	610 589
Activos financeiros detidos para negociação	-	2 445 122	2 008 124	-	4 453 246	4 453 246
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	163 243	828 083	10 975	1 002 301	1 002 301
Activos financeiros disponíveis para venda	24 584	3 107 453	5 170 802	144 687	8 447 526	8 447 526
Aplicações em instituições de crédito	7 228 623	-	776 786	-	8 005 409	8 005 409
Crédito a clientes	48 299 452	-	679 395	-	48 978 847	48 169 548
Investimentos detidos até à maturidade	2 535 257	-	-	-	2 535 257	2 448 778
Derivados para gestão de risco	-	-	455 115	-	455 115	455 115
<b>Activos financeiros</b>	<b>60 890 822</b>	<b>5 715 818</b>	<b>9 918 305</b>	<b>155 662</b>	<b>76 680 607</b>	<b>75 784 829</b>
Recursos de bancos centrais	3 817 643	-	-	-	3 817 643	3 817 643
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 561 143	-	1 561 143	1 561 143
Recursos de outras instituições de crédito	6 450 366	-	546 786	-	6 997 152	7 019 297
Recursos de clientes	24 684 543	-	1 572 311	-	26 256 854	26 256 854
Responsabilidades representadas por títulos	19 886 462	-	13 214 637	-	33 101 099	33 066 534
Derivados para gestão de risco	-	-	253 148	-	253 148	253 148
Passivos subordinados	2 416 344	-	222 727	-	2 639 071	2 499 429
<b>Passivos financeiros</b>	<b>57 255 358</b>	<b>-</b>	<b>17 370 752</b>	<b>-</b>	<b>74 626 110</b>	<b>74 474 048</b>

<sup>a)</sup> Activos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes activos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transacções recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo ESF(P), são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

**Valores de cotação de mercado** – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.

**Métodos de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado** – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

---

complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

**Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado** – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante o exercício de 2010 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2010, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)
Saldo no início do exercício	155 662
Aquisições	110 683
Saídas <sup>a)</sup>	( 49 123)
Variação de valor	( 3 788)
Saldo no fim do exercício	213 434

<sup>a)</sup> na sequência das aquisições efectuadas durante o exercício de 2009, a Ydreams e a Aquaspy, passaram a ser consolidadas pelo método da equivalência patrimonial (ver Nota 2)

Os principais parâmetros utilizados, durante os exercícios de 2010 e 2009, nos modelos de valorização foram os seguintes:

*Curvas de taxas de juro*

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para swap de taxa de juro para os respectivos prazos:

	(%)					
	31.12.2010			31.12.2009		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	0,4500	0,3000	0,5800	0,2500	0,0750	0,3700
1 mês	0,7820	0,2606	0,6800	0,4000	0,4200	0,5800
3 meses	1,0060	0,3028	0,8200	0,5000	0,4700	0,6600
6 meses	1,2270	0,4559	1,2600	0,9300	0,6800	0,9300
9 meses	1,3720	0,6200	1,4150	1,0900	0,9000	1,0300
1 ano	1,3320	0,4590	0,8910	1,3155	0,6480	0,9960
3 anos	1,9450	1,3030	1,9480	2,2700	2,0120	2,6560
5 anos	2,4810	2,1980	2,6180	2,8050	2,9300	3,3900
7 anos	2,8930	2,8390	3,1868	3,2130	3,4680	3,7650
10 anos	3,3050	3,4010	3,5350	3,5980	3,9220	4,0880
15 anos	3,6380	3,8580	3,8780	3,9700	4,3130	4,3670
20 anos	3,6970	4,0030	3,9530	4,0700	4,4270	4,3600
25 anos	3,6660	4,0760	3,9530	4,0210	4,4630	4,2925
30 anos	3,4960	4,1240	3,9230	3,9520	4,4790	4,2170

*Spreads de crédito*

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são divulgados diariamente pelo *Markit* representando observações constituídas por cerca de 85 entidades financeiras internacionais de renome. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

Índice	Série	(pontos de base)				
		1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
<b>Ano 2010</b>						
CDX USD Main	15	55,50	49,81	85,07	95,85	104,23
iTraxx Eur Main	14	-	79,49	105,35	113,24	120,17
iTraxx Eur Senior Financial	14	-	-	177,71	-	182,17
<b>Ano 2009</b>						
CDX USD Main	13	61,06	81,07	84,29	92,00	106,75
iTraxx Eur Main	12	-	45,61	73,52	82,85	92,43
iTraxx Eur Senior Financial	12	-	-	72,97	-	86,24

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

### Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*) que serviram de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	(%)					
	31.12.2010			31.12.2009		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	42,00	104,76	56,90	54,70	95,83	68,30
3 anos	42,80	67,49	52,00	40,50	57,99	48,40
5 anos	36,20	47,52	39,60	32,00	42,78	36,20
7 anos	31,30	37,90	32,00	26,40	36,00	29,50
10 anos	26,80	31,35	25,50	21,70	30,52	24,00
15 anos	23,19	27,04	20,50	18,29	26,16	19,50

### Câmbios e volatilidade cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31.12.2010	31.12.2009	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,3362	1,4406	13,53	14,38	14,55	14,58	14,60
EUR/GBP	0,8608	0,8881	9,45	10,15	10,78	11,02	11,25
EUR/CHF	1,2504	1,4836	9,75	9,20	8,85	11,70	8,58
EUR/NOK	7,8000	8,3000	7,45	8,00	8,25	8,32	8,40
USD/BRL <sup>a)</sup>	1,6597	1,7432	9,95	12,25	13,45	14,41	15,35
USD/TRY <sup>b)</sup>	1,5487	1,4957	11,45	12,40	13,00	13,25	13,61

<sup>a)</sup> Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

<sup>b)</sup> Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

### Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre acções:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita
	31.12.2010	31.12.2009	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	2 793	2 965	(5,8)	18,42	17,32	22,99
PSI 20	7 588	8 464	(10,3)	18,08	14,12	-
IBEX 35	9 859	11 940	(17,4)	26,28	21,10	-
FTSE 100	5 900	5 413	9,0	15,37	13,98	16,55
DAX	6 914	5 957	16,1	15,60	14,18	18,64
S&P 500	1 258	1 115	12,8	10,84	13,46	15,17
BOVESPA	69 305	68 588	1,0	19,07	18,12	24,54

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

*Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito*

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

*Crédito a clientes*

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

*Investimentos detidos até à maturidade*

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

*Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito*

Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

*Recursos de clientes e outros empréstimos*

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os créditos com

características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

### *Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados*

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

### **Nota 42 – Gestão dos riscos de actividade**

O Grupo está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

#### *Risco de crédito*

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte). Nos *credit defaults swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo ESF(P). Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objecto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo ESF(P) ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	5 427 721	10 589 720
Activos financeiros detidos para negociação	3 746 966	4 382 687
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	259 002	780 466
Activos financeiros disponíveis para venda	8 670 447	5 207 681
Crédito a clientes	50 829 123	48 978 847
Investimentos detidos até à maturidade	2 452 226	2 535 257
Derivados para gestão de risco	447 304	455 115
Outros activos	660 874	494 435
Garantias e avales prestados	8 198 285	6 983 166
Créditos documentários	3 239 192	3 016 076
Compromissos irrevogáveis	5 349 361	5 338 345
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	404 756	393 163
	<b>89 685 257</b>	<b>89 154 958</b>

A repartição por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, encontra-se apresentada conforme segue:

	(milhares de euros)									
	31.12.2010									
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade		
Agricultura, Silvicultura e Pesca	560 703	(25 844)	7 111	-	-	20 314	(3 087)	-	-	42 191
Indústrias Extractivas	507 759	(7 243)	4 833	-	-	3 222	-	-	-	22 068
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	897 598	(19 706)	14 893	-	-	24 501	(52)	4 308	-	99 118
Têxteis e Vestuário	367 563	(63 174)	1 925	-	-	23 451	(2 238)	-	-	21 323
Curtes e Calçado	135 256	(4 725)	629	-	-	1 434	(499)	-	-	2 269
Madeira e Cortiça	178 826	(24 093)	823	-	-	5 389	(1 500)	-	-	4 203
Papel e Indústrias Gráficas	333 563	(6 121)	38 828	-	-	145 083	-	-	-	87 321
Refinação de Petróleo	17 670	(112)	692	-	-	4 523	-	-	-	55 457
Produtos Químicos e de Borracha	524 851	(15 602)	13 633	-	-	29 009	(10 630)	13 163	-	83 872
Produtos Minerais não Metálicos	439 876	(15 368)	800	-	-	3 905	-	-	-	64 396
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	650 669	(28 708)	1 529	-	-	3 836	-	-	-	114 290
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	442 265	(14 094)	3 463	-	-	34 273	(596)	14 412	-	173 632
Fabricação de Material de Transporte	107 391	(10 255)	4 154	-	-	2 407	(31)	-	-	81 655
Outras Indústrias Transformadoras	467 774	(24 251)	780	-	-	36 618	(15 508)	-	-	52 171
Electricidade, Gás e Água	1 620 543	(16 604)	64 660	4 675	-	300 195	-	17 531	-	645 853
Construção e Obras Públicas	5 196 272	(221 660)	166 241	56 140	-	423 484	(6 625)	7 099	-	2 215 195
Comércio por Grosso e a Retalho	3 633 806	(189 568)	16 482	-	-	188 712	(1 331)	-	-	521 139
Turismo	1 550 582	(41 937)	11 310	-	-	4 357	(376)	-	-	73 870
Transportes e Comunicações	2 565 859	(80 334)	232 331	-	510	366 162	(8 918)	214 665	-	981 406
Actividades Financeiras	2 191 977	(106 862)	1 368 310	1 233 259	441 820	3 257 905	(53 768)	1 074 743	(32 853)	128 764
Actividades Imobiliárias	6 107 235	(187 461)	27 289	-	-	227 738	(1 724)	-	-	440 446
Serviços Prestados às Empresas	4 651 301	(128 042)	170 246	5	4 974	1 863 227	(38 968)	-	-	1 632 840
Administração e Serviços Públicos	1 123 298	(17 297)	1 552 392	-	-	3 718 784	(1)	827 260	-	250 717
Outras actividades de serviços colectivos	3 459 987	(131 193)	221 000	130 252	-	1 152 872	(13 374)	307 884	(17 241)	293 488
Crédito à Habitação	11 701 009	(220 277)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 822 149	(172 209)	-	-	-	-	-	-	-	108 298
Outros	350 329	(4 248)	4 388	-	-	16 304	(6)	21 255	-	2 264
<b>TOTAL</b>	<b>52 606 111</b>	<b>(1 776 988)</b>	<b>3 928 742</b>	<b>1 424 331</b>	<b>447 304</b>	<b>11 857 705</b>	<b>(159 232)</b>	<b>2 502 320</b>	<b>(50 094)</b>	<b>8 198 285</b>

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

	31.12.2009									
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	582 861	(20 320)	3 182	-	-	16 638	(3 562)	-	-	30 277
Indústrias Extractivas	515 579	(6 068)	7 311	-	-	6 006	-	-	-	24 469
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	890 181	(19 120)	17 371	-	-	40 142	(64)	4 302	-	106 435
Têxteis e Vestuário	382 478	(57 980)	3 994	-	-	21 450	(2 453)	-	-	23 872
Curturemas e Calçado	100 154	(4 247)	738	-	-	500	(616)	-	-	3 312
Madeira e Cortiça	178 899	(20 771)	1 586	-	-	-	-	-	-	5 354
Papel e Indústrias Gráficas	286 052	(6 469)	6 428	-	-	125 731	-	-	-	39 842
Refinação de Petróleo	40 677	(267)	1 090	-	-	218	-	-	-	5 749
Produtos Químicos e de Borracha	584 284	(19 597)	14 948	-	-	56 555	(10 366)	13 118	-	67 091
Produtos Minerais não Metálicos	519 879	(17 103)	1 247	-	-	5 014	-	-	-	51 438
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	623 148	(23 313)	5 451	-	-	10 345	-	-	-	94 650
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	359 306	(33 996)	2 454	1 994	-	7 844	(783)	17 936	-	209 995
Fabricação de Material de Transporte	140 082	(4 410)	1 627	-	-	2 373	(38)	24 180	-	80 658
Outras Indústrias Transformadoras	524 781	(20 836)	973	-	-	15 057	(12 087)	-	-	18 241
Electricidade, Gás e Água	1 428 411	(11 469)	30 861	3 714	-	395 640	-	17 443	-	429 729
Construção e Obras Públicas	5 142 994	(175 183)	119 430	-	-	102 618	(2 253)	-	-	1 804 897
Comércio por Grosso e a Retalho	3 251 094	(167 646)	20 300	-	-	148 337	(13 474)	5 333	-	573 865
Turismo	1 315 727	(27 546)	13 516	-	-	8 312	(463)	-	-	72 520
Transportes e Comunicações	2 355 878	(61 438)	200 742	-	-	1 217 662	(4)	143 083	-	632 175
Actividades Financeiras	2 223 376	(89 152)	1 360 458	875 292	455 115	2 546 467	(48 291)	1 296 763	(20 584)	214 248
Actividades Imobiliárias	5 201 380	(176 493)	36 698	-	-	309 760	(1 672)	-	-	589 303
Serviços Prestados às Empresas	4 376 173	(90 197)	52 482	9	-	1 052 914	(31 771)	-	-	1 154 893
Administração e Serviços Públicos	960 993	(11 041)	2 402 121	-	-	2 105 458	-	583 578	-	97 342
Outras actividades de serviços colectivos	4 035 966	(113 932)	150 413	111 358	-	458 810	(9 986)	448 725	(13 981)	522 702
Crédito à Habitação	11 352 578	(212 533)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 817 309	(155 918)	-	-	-	-	-	-	-	127 619
Outros	340 914	(5 262)	4 063	9 934	-	15 639	(7)	21 933	-	2 451
<b>TOTAL</b>	<b>50 531 154</b>	<b>(1 552 307)</b>	<b>4 459 484</b>	<b>1 002 301</b>	<b>455 115</b>	<b>8 669 490</b>	<b>(137 890)</b>	<b>2 576 394</b>	<b>(34 565)</b>	<b>6 983 166</b>

Em 31 de Dezembro de 2010 a decomposição do crédito a clientes por *ratings* é como segue:

Modelos de Rating/Scoring	Escala Interna (1)	(milhões de euros)			
		31.12.2010		31.12.2009	
		Valor do Crédito	(%)	Valor do Crédito	(%)
Modelos de Grandes Empresas	[aaa;a-]	549	1,04%	1 424	2,82%
	[bbb+;-bbb-]	3 019	5,74%	1 710	3,38%
	[bb+;bb-]	5 766	10,97%	5 705	11,29%
	[b+;b-]	9 077	17,26%	8 573	16,97%
	ccc+	1 472	2,80%	859	1,70%
Modelos de Médias Empresas	7-9	361	0,69%	233	0,46%
	10-11	491	0,93%	410	0,81%
	12-13	745	1,42%	751	1,49%
	14-15	710	1,35%	823	1,63%
	16-17	944	1,79%	938	1,86%
	18-19	527	1,00%	628	1,24%
	20-21	706	1,34%	730	1,44%
	22-23	378	0,72%	351	0,69%
	24-25	1 036	1,97%	765	1,51%
Modelos de Pequenas Empresas	A	91	0,17%	180	0,36%
	B	446	0,85%	503	1,00%
	C	1 021	1,94%	930	1,84%
	D	578	1,10%	499	0,99%
	E	326	0,62%	318	0,63%
	F	475	0,89%	427	0,84%
Modelos de Crédito Habitação	01	1 250	2,38%	1 161	2,30%
	02	3 126	5,95%	2 762	5,47%
	03	2 324	4,42%	2 110	4,18%
	04	1 253	2,38%	1 271	2,52%
	05	691	1,31%	807	1,60%
	06	553	1,05%	626	1,24%
	07	1 318	2,51%	1 452	2,87%
	08	132	0,24%	180	0,35%
Modelos de Particulares	01	128	0,24%	95	0,19%
	02	90	0,17%	114	0,23%
	03	181	0,34%	184	0,36%
	04	341	0,65%	332	0,66%
	05	275	0,52%	310	0,61%
	06	211	0,40%	199	0,39%
	07	207	0,39%	158	0,31%
	08	135	0,26%	196	0,39%
	09	231	0,44%	310	0,61%
	10	5	0,01%	18	0,04%
Créditos sem rating/scoring interno		11 437	21,75%	11 489	22,73%
<b>TOTAL</b>		<b>52 606</b>	<b>100,00%</b>	<b>50 531</b>	<b>100,00%</b>

(1) Quanto menor for o número ou a letra, melhor é o rating.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

### Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

(milhares de euros)

	31.12.2010				31.12.2009			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	14 175	20 823	25 604	14 175	24 192	28 728	33 491	21 798
Risco taxa de juro	16 246	10 023	11 117	16 246	12 689	19 963	15 148	21 182
Acções e mercadorias	19 069	27 430	38 517	19 069	16 647	21 800	33 087	10 317
Efeito da diversificação	( 27 077)	( 22 443)	( 19 972)	( 27 077)	( 20 959)	( 25 475)	( 25 619)	( 21 964)
<b>Total</b>	<b>22.413</b>	<b>35.833</b>	<b>55.266</b>	<b>22.413</b>	<b>32.569</b>	<b>45.016</b>	<b>56.107</b>	<b>31.333</b>

O Grupo apresenta um valor em risco (VaR) de 22 413 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 32 569 milhares de euros) para as suas posições de negociação.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

(milhares de euros)

	31.12.2010					31.12.2009								
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	306 203	306 203	-	-	-	-	-	218 595	218 595	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	5 233 432	-	4 812 109	32 420	152 138	232 865	3 900	10 371 962	-	9 902 309	137 973	131 784	199 496	-
Crédito a clientes	51 126 679	-	34 260 946	10 978 739	2 223 847	2 025 674	1 637 473	49 354 877	-	33 417 961	11 124 973	2 288 567	1 998 350	525 026
Títulos	17 492 738	4 370 943	7 394 275	2 378 389	1 758 316	1 305 122	285 693	14 472 406	3 536 116	7 655 778	2 368 996	611 382	242 678	57 456
Fora de balanço	-	-	519 395	(90 363)	7 325	(295 043)	6 809	-	-	582 134	(36 325)	(53 159)	(420 500)	(75 251)
<b>Total</b>			<b>46 986 725</b>	<b>13 299 165</b>	<b>4 141 628</b>	<b>3 268 618</b>	<b>1 933 875</b>			<b>51 568 182</b>	<b>13 595 617</b>	<b>2 978 574</b>	<b>2 020 024</b>	<b>507 231</b>
Recursos de outras ICs	14 396 026	-	12 296 393	520 551	540 253	735 257	303 572	11 092 889	-	7 549 771	1 649 238	1 324 381	326 538	240 960
Depósitos	29 795 365	-	21 641 465	2 113 872	2 080 051	3 890 925	69 052	24 044 855	-	19 931 669	1 312 377	1 682 586	1 053 858	64 165
Repo a com clientes	436 528	-	436 528	-	-	-	-	783 354	-	782 959	-	-	-	395
Títulos Emitidos*	27 475 970	-	12 362 357	656 213	226 896	9 646 252	4 584 252	35 315 641	-	19 873 934	1 606 511	1 489 320	8 975 999	3 369 877
Acções Preferenciais	920 033	-	-	-	-	920 033	-	600 000	-	-	-	-	600 000	-
Fora de Balanço	-	-	5 702 263	1 370 396	(184 240)	(6 403 766)	(411 259)	-	-	5 456 692	1 150 421	(1 591 216)	(4 160 395)	(833 545)
<b>Total</b>			<b>52 439 006</b>	<b>4 661 032</b>	<b>2 662 960</b>	<b>8 788 881</b>	<b>4 545 817</b>			<b>53 595 025</b>	<b>5 718 547</b>	<b>2 905 071</b>	<b>6 788 001</b>	<b>2 841 852</b>
<b>GAP (Activos - Passivos)</b>			<b>(5 452 281)</b>	<b>8 638 133</b>	<b>1 478 666</b>	<b>(5 520 083)</b>	<b>(2 611 742)</b>			<b>(2 026 843)</b>	<b>7 877 070</b>	<b>73 503</b>	<b>(4 777 977)</b>	<b>(2 334 621)</b>

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos para deslocação da curva de rendimentos de 100 p.b. em todos os escalões de taxa de juro e cenários de deslocação da curva de rendimentos não paralelos, superiores a um ano em 50 p.b..

milhares de euros

	31.12.2010				31.12.2009			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb
Em 31 de Dezembro	297.571	(297.571)	168.726	(168.726)	303 566	( 303 566)	164 981	( 164 981)
Média do exercício	320.453	(320.453)	177.813	(177.813)	175 241	( 175 241)	103 011	( 103 011)
Máximo para o exercício	333.432	(333.432)	188.564	(188.564)	303 566	( 303 566)	164 981	( 164 981)
Mínimo para o exercício	297.571	(297.571)	168.726	(168.726)	31 053	( 31 053)	25 887	( 25 887)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2010			31.12.2009		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	6 495 350	215 370	3,32%	8 620 732	190 835	2,21%
Crédito a clientes	52 042 341	2 037 794	3,92%	48 578 733	2 195 255	4,52%
Aplicações em títulos	13 186 788	667 653	5,06%	10 559 232	546 051	5,17%
Aplicações diferenciais	589 248	-	-	1 171 459	-	-
<b>Activos financeiros</b>	<b>72 313 726</b>	<b>2 920 817</b>	<b>4,04%</b>	<b>68 930 156</b>	<b>2 932 141</b>	<b>4,25%</b>
Recursos monetários	13 573 492	194 522	1,43%	12 288 908	279 162	2,27%
Recursos de clientes	28 112 016	507 825	1,81%	25 325 889	463 652	1,89%
Outros recursos	31 494 540	1 056 885	3,36%	31 315 359	996 657	3,18%
Recursos diferenciais	-	-	-	-	-	-
<b>Passivos financeiros</b>	<b>73 180 048</b>	<b>1 759 232</b>	<b>2,40%</b>	<b>68 930 156</b>	<b>1 739 471</b>	<b>2,52%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1 161 585</b>	<b>1,64%</b>		<b>1 192 670</b>	<b>1,73%</b>

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, por moeda, é analisado como segue:

	31.12.2010				31.12.2009			
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD DOLAR DOS E.U.A.	( 3 426 729)	3 855 544	( 198 660)	230 155	( 2 172 498)	2 585 683	( 16 407)	396 778
GBP LIBRA ESTERLINA	243 793	( 180 981)	14 272	77 084	( 866 330)	883 392	( 9 093)	7 969
BRL REAL BRASILEIRO	1 143 453	( 3 731)	( 2 375)	1 137 347	1 009 280	-	19 957	1 029 237
DKK COROA DINAMARQUESA	52 071	( 3 873)	-	48 198	348 280	( 300 667)	-	47 613
JPY YEN	( 330 718)	373 190	( 111 436)	( 68 964)	( 192 032)	240 008	( 146 870)	( 98 894)
CHF FRANCO SUICO	88 969	( 84 849)	5 838	9 958	( 160 196)	163 805	1 031	4 640
SEK COROA SUECA	15 232	( 17 061)	-	( 1 829)	85 773	( 88 666)	15 909	13 016
NOK COROA NORUEGUESA	1 910	( 2 995)	7 689	6 604	( 916)	( 1 385)	74 699	72 398
CAD DOLAR CANADIANO	31 403	( 20 886)	2 880	13 397	2 151	369	2 399	4 919
ZAR RAND	2 897	( 6 844)	( 38 589)	( 42 536)	( 2 342)	-	10	( 2 332)
AUD DOLAR AUSTRALIANO	165 596	( 158 495)	10 848	17 949	180 233	( 175 561)	40 816	45 488
AOA KWANZA	( 414 047)	-	-	( 414 047)	( 37 771)	-	-	( 37 771)
CZK COROA CHECA	( 20 712)	20 842	-	130	( 14 719)	18 585	( 1 878)	1 988
OUTRAS	( 19 480)	( 39 194)	451 980	393 306	157 325	( 127 593)	138 200	167 932
	<b>( 2 466 362)</b>	<b>3 730 667</b>	<b>142 447</b>	<b>1 406 752</b>	<b>( 1 663 762)</b>	<b>3 197 970</b>	<b>118 773</b>	<b>1 652 981</b>

Nota: activo / (passivo)

### Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, estando a estratégia financeira do Grupo desenvolvida no Relatório de Gestão.

Com o objectivo de avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Handwritten signatures and initials on the right margin.

Para efeitos de gestão de tesouraria, são considerados os seguintes elementos:

	(milhões de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Caixa e outras disponibilidades	5 478	10 594
Débitos de curto prazo junto de Instituições de crédito	( 12 155)	( 8 929)
<b>Gap de tesouraria I <sup>(1)</sup></b>	<b>( 6 677)</b>	<b>1 665</b>
Títulos liquidificáveis	16 515	10 868
Títulos utilizados em 31 de Dezembro	( 7 419)	( 2 000)
<b>Gap de tesouraria II</b>	<b>2 419</b>	<b>10 533</b>

(1) Gap de tesouraria - liquidez imediata e créditos interbancários de curto prazo deduzidos dos débitos interbancários até um ano. O gap de tesouraria positivo indica níveis de liquidez excedentários.

Em 31 de Dezembro de 2010, o *Gap* de tesouraria era negativo em 6 677 milhões de euros, existindo ainda a possibilidade de transformar títulos em meios líquidos, junto do Banco Central Europeu ou no mercado de *repos*, no valor de 16 515 milhões de euros. Deste último montante, 7 419 milhões de euros estavam utilizados em 31 de Dezembro, ficando disponíveis no prazo de um ano.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução nº 13/2009):

	(milhões de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<i>Mismatch</i> acumulado <sup>(1)</sup>	( 5 463)	( 4 069)
<i>Buffer</i> de activos líquidos (2)	5 502	3 890
<b>Posição de liquidez</b>	<b>39</b>	<b>( 179)</b>
Outros activos liquidificáveis	1 491	1 572
<b>Liquidez global</b>	<b>1 530</b>	<b>1 393</b>

(1) O *mismatch* acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano

(2) O *buffer* de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata, em concreto, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos haircuts), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano.

Em 31 de Dezembro de 2010, a posição de liquidez global considerando outros títulos transformáveis em meios líquidos, ascendia a 1 530 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 1 393 milhões de euros).

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

Seguidamente apresenta-se o detalhe do *mismatch* por prazos residuais apurado ao nível do Grupo ESF(P):

(milhões de euros)							
31.12.2010							
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
<b>ACTIVOS</b>							
Caixa e disponibilidades	489	489	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	5 233	3 394	907	454	30	191	257
Crédito a clientes	50 655	629	1 428	1 590	1 869	2 798	42 341
Títulos*	19 811	369	1 446	993	1 398	1 440	14 165
Outros activos líquidos	3 147	3 147	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	4 550	67	232	534	559	881	2 277
<b>Total</b>		<b>8 095</b>	<b>4 013</b>	<b>3 571</b>	<b>3 856</b>	<b>5 310</b>	<b>59 040</b>
<b>PASSIVOS</b>							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	14 833	6 142	1 594	3 893	474	603	2 127
Depósitos de clientes	29 795	34	2 075	316	423	984	25 963
Títulos Emitidos	26 244	339	1 701	4 353	1 276	719	17 856
Outros passivos exigíveis a curto prazo	2 355	2 355	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	26 898	219	259	713	691	1 160	23 856
<b>Total</b>		<b>9 089</b>	<b>5 629</b>	<b>9 275</b>	<b>2 864</b>	<b>3 466</b>	<b>69 802</b>
<b>GAP (Activos - Passivos)</b>		<b>( 994)</b>	<b>( 1 616)</b>	<b>( 5 704)</b>	<b>992</b>	<b>1 844</b>	<b>( 10 763)</b>
<b>GAP Acumulado</b>		<b>( 994)</b>	<b>( 2 610)</b>	<b>( 8 314)</b>	<b>( 7 322)</b>	<b>( 5 478)</b>	<b>( 16 241)</b>
<b>Buffer de activos liq &gt; 12 meses</b>						<b>5 502</b>	

\* Esta rubrica inclui os títulos líquidos do GBES passíveis de utilização junto do BCE para efeitos de cedência de liquidez

(milhões de euros)							
31.12.2009							
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6m a 1 ano	superior a 1 ano
<b>ACTIVOS</b>							
Caixa e disponibilidades	433	433	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em ICs e BC	10 372	8 395	1 325	185	136	124	207
Crédito a clientes	49 354	516	856	1 821	1 720	2 886	41 555
Títulos*	15 192	328	759	593	895	1 227	11 390
Outros activos líquidos	2 054	2 054	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	3 302	69	180	337	255	815	1 646
<b>Total</b>		<b>11 795</b>	<b>3 120</b>	<b>2 936</b>	<b>3 006</b>	<b>5 052</b>	<b>54 798</b>
<b>PASSIVOS</b>							
Recursos de ICs, BC e Outros empréstimos	11 875	3 732	2 776	797	565	2 424	1 581
Depósitos de clientes	24 855	262	376	1 256	179	( 543)	23 326
Títulos Emitidos	35 315	1 608	1 959	5 902	3 764	1 784	20 298
Outros passivos exigíveis a curto prazo	1 132	1 132	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	25 484	201	239	436	426	796	23 386
<b>Total</b>		<b>6 935</b>	<b>5 350</b>	<b>8 391</b>	<b>4 934</b>	<b>4 461</b>	<b>68 591</b>
<b>GAP (Activos - Passivos)</b>		<b>4 860</b>	<b>( 2 230)</b>	<b>( 5 455)</b>	<b>( 1 928)</b>	<b>591</b>	<b>( 13 793)</b>
<b>GAP Acumulado</b>		<b>4 860</b>	<b>2 630</b>	<b>( 2 825)</b>	<b>( 4 753)</b>	<b>( 4 162)</b>	<b>( 17 955)</b>
<b>Buffer de activos liq &gt; 12 meses</b>						<b>3 890</b>	

\* Esta rubrica inclui os títulos líquidos do GBES passíveis de utilização junto do BCE para efeitos de cedência de liquidez

O quadro espelha todos os montantes de activos, passivos e extrapatrimoniais que possuam *cash-flows*, que se encontram classificados em escalões de prazos residuais para a maturidade. No caso de rubricas em que não exista uma maturidade definida (como é o caso dos depósitos à ordem, descobertos, contas correntes e compromissos assumidos perante terceiros) foram utilizados modelos comportamentais com base em informação histórica, que reflectem a maturidade esperada dos *cash-flows*. Para a generalidade dos depósitos com maturidade e dado o seu comportamento específico utilizámos, também, um modelo comportamental que reflecte a maturidade esperada.

*Risco operacional*

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

*Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade*

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

No seio do Grupo ESF(P) o Banco de Portugal apenas procede à análise dos rácios de capital ao nível do Grupo BES. Os rácios de capital do Grupo ESF(P) não são analisados pelo Banco de Portugal pelo facto da supervisão consolidada do BES ser feita tendo por referências as contas consolidadas da empresa-mãe da ESF(P), a Espírito Santo Financial Group S.A.. Consequentemente, os elementos que iremos apresentar de seguida reportam-se ao Grupo BES.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, e fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei nº 103/2007 e nº 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por “Basileia II”, o Grupo foi autorizado a utilizar, com efeitos em 31 de Março de 2009, a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “Internal Ratings Based” – IRB) para o risco de crédito e o método “Standard” para o tratamento do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

---

Os elementos de capital do Grupo BES dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- **Fundos Próprios de Base (FPB):** Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período, quando certificados, os interesses que não controlam, as acções preferenciais e outros instrumentos híbridos de capital. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a “*Goodwill*” apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas da soma de correcções de valor e provisões existentes.
- **Fundos Próprios Complementares (FPC):** Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- **Deduções (D):** Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a este mesmo ano. Consequentemente, o valor anual a incorporar durante o referido período é de 137 milhões de euros.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 apresentam-se no quadro seguinte:

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

	(milhões de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>5 405</b>	<b>3 948</b>
Aumento de capital	-	1 180
Instrumentos híbridos	320	-
Incorporação resultados do ano	330	325
Interesses que não controlam, excluindo híbridos	207	130
Desvios actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	( 196)	( 3)
Amortização do período transitório IFRS	( 12)	( 12)
Dedução de participações em sociedades financeiras e outros elementos	131	( 363)
Reservas de reavaliação com impacto prudencial	( 13)	213
Outros efeitos	( 132)	( 13)
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>6 040</b>	<b>5 405</b>

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BES para 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009:

		31.12.2010	31.12.2009
<b>A - Fundos Próprios</b>			
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias		4 585	4 560
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de justo valor)		1 310	996
Interesses que não controlam		491	284
Activos Intangíveis		( 140)	( 122)
Desvios Actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial		( 359)	( 163)
Goodwill		( 479)	( 356)
Reservas de justo valor com impacto prudencial		( 30)	( 17)
Período transitório IFRS		38	50
<b>Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I</b>	<b>( A1 )</b>	<b>5 416</b>	<b>5 232</b>
Acções Preferenciais		600	600
Instrumentos Híbridos elegíveis para Tier I		320	-
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		( 296)	( 427)
<b>Fundos Próprios de Base (TIER I)</b>	<b>( A2 )</b>	<b>6 040</b>	<b>5 405</b>
45% das Reservas de justo valor Positivas		84	192
Dívida Subordinada elegível		1 925	2 095
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		( 207)	( 424)
<b>Fundos Próprios Complementares (TIER II)</b>		<b>1 802</b>	<b>1 863</b>
<b>Deduções</b>		<b>( 44)</b>	<b>( 12)</b>
<b>Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>( A3 )</b>	<b>7 798</b>	<b>7 256</b>
<b>B- Activos de Risco</b>			
Calculados de acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)		60 610	57 426
Calculados de acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)		4 219	4 003
Calculados de acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)		3 973	3 668
<b>Total de Activos de Risco Equivalentes</b>	<b>( B )</b>	<b>68 802</b>	<b>65 097</b>
<b>C- Rácios Prudenciais</b>			
Rácio Core Tier 1	( A1 / B )	7,9%	8,0%
Rácio Tier 1	( A2 / B )	8,8%	8,3%
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>( A3 / B )</b>	<b>11,3%</b>	<b>11,2%</b>

**NOTA 43 – Concentração de actividades empresariais ocorridas no exercício**

**AMAN BANK**

Em Abril de 2010, o BES adquiriu 40% do capital social do Aman Bank for Commerce and Investment Stock Company (Aman Bank), banco privado fundado em Julho de 2003 com sede em Tripoli, na Líbia, com o objectivo de aumentar a exposição aos mercados do Norte de África e da Líbia em particular. Esta entidade é consolidada pelo método integral, uma vez que o BES assumiu o controlo da gestão do Banco.

O montante total de investimento de 40,3 milhões de euros corresponde ao investimento inicial de 24,3 milhões de euros em dinheiro para aquisição de 40% do capital social do Aman Bank (ver Nota 1) e a um montante adicional de 16,0 milhões de euros relacionado com a subscrição de novas acções na proporção da percentagem adquirida (40%) no âmbito de um aumento de capital efectuado pelo Aman Bank.

A aquisição deste Banco foi contabilizada de acordo com o IFRS 3. Contudo, tal como permitido pelo parágrafo 45 do IFRS 3, esta aquisição foi registada numa base provisória, estando pendente apenas a recepção da avaliação final do imóvel da Sede incluído em activos tangíveis. O registo da aquisição deverá estar concluído até Abril de 2011. O balanço do Aman Bank em 30 de Abril de 2010 é conforme segue:

(milhares de euros)	
<b>Balanço</b>	
<b>Activo</b>	
Caixa e disponibilidades em bancos	302 076
Activos financeiros disponíveis para venda	100 224
Aplicações em Instituições de Crédito	14 298
Crédito a clientes	9 339
Activos tangíveis	15 239
Activos intangíveis	864
Outros activos	14 692
	<b>456 732</b>
<b>Passivo</b>	
Recursos de clientes e outros empréstimos	368 848
Outros passivos	26 044
	<b>394 892</b>
<b>Capital próprio</b>	
Capital	58 967
Outras reservas e resultados transitados	2 873
	<b>61 840</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>	<b>456 732</b>

Os proveitos e resultados do Aman Bank desde a data de aquisição até 31 de Dezembro de 2010, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e no lucro consolidado ascendem a 8 630 milhares de euros e 1 392 milhares de euros (de perda), respectivamente. Caso o Aman Bank tivesse sido consolidado desde o dia 1 de Janeiro de 2010 o Grupo estima que o total de proveitos consolidados viria acrescido de 5 014 milhares de euros. O resultado consolidado viria acrescido de 2 000 milhares de euros.

O *goodwill* reconhecido em resultado desta aquisição ascende a 15 533 milhares de euros e explica-se como segue:

	(milhares de euros)
Investimento efectuado	40 269
Justo valor dos activos e passivos à data de aquisição	61 840
Justo valor dos activos e passivos adquiridos (40%)	24 736
Goodwill determinado numa base provisional	15 533

O goodwill resultante desta aquisição é fundamentalmente atribuível à base de clientes existente e ao potencial de crescimento do mercado em que o Aman Bank opera.

O total de custos incorridos com a aquisição do Aman Bank, ascenderam a 1,6 milhões de euros. Estes custos encontram-se maioritariamente relacionados com processos legais e de *due diligence*, tendo sido reconhecidos na demonstração dos resultados.

#### **EXECUTION NOBLE**

Em Novembro de 2010, o Grupo BES adquiriu 50,1% do capital social do grupo de corretagem inglês Execution Noble, fundado em Setembro de 2003 com sede em Londres no Reino Unido, com o objectivo de reforçar a sua posição de liderança internacional na prestação de serviços no sector.

O montante total de investimento de 58 milhões de euros corresponde ao investimento inicial, pago em dinheiro, para aquisição de 50.1% do capital social do Execution Holding Limited.

A aquisição deste Banco foi contabilizada de acordo com o IFRS 3. Contudo, devido ao facto desta operação ter ocorrido recentemente, o Grupo encontra-se ainda em processo de determinação do justo valor dos activos e passivos identificados tendo por isso a aquisição sido registada numa base provisória, tal como permitido pelo parágrafo 45 do IFRS 3, Este processo deverá estar concluído até Novembro de 2011. O Balanço desta entidade em 30 de Novembro de 2010 é conforme segue:

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

	(milhares de euros)
<b>Balço</b>	
<b>Activo</b>	
Caixa e disponibilidades em bancos	17 468
Activos financeiros disponíveis para venda	1 067
Aplicações em Instituições de Crédito	-
Crédito a clientes	5 496
Activos tangíveis	1 870
Activos intangíveis	8 200
Outros activos	11 140
	<b>45 241</b>
<b>Passivo</b>	
Recursos de clientes e outros empréstimos	5 851
Outros passivos	15 202
	<b>21 053</b>
<b>Capital próprio</b>	
Capital	58 164
Outras reservas e resultados transitados	( 33 976)
	<b>24 188</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>	<b>45 241</b>

O resultado líquido do Execution Noble desde a data de aquisição até 31 de Dezembro de 2010, incluídos no resultado consolidado do Grupo ascende a 10 mil euros. Caso o Execution Noble tivesse sido consolidado desde o dia 1 de Janeiro de 2010 o Grupo estima que o total de proveitos consolidados viria acrescido de 27 693 milhares de euros. O resultado consolidado viria diminuído em 8 651 milhares de euros.

O *goodwill* reconhecido em resultado desta aquisição ascende a 46 046 milhares de euros e explica-se como segue:

	(milhares de euros)
Investimento efectuado	58 164
Justo valor dos activos e passivos à data de aquisição	24 188
Justo valor dos activos e passivos adquiridos (50,1%)	12 118
Goodwill determinado numa base provisional	46 046

O *goodwill* resultante desta aquisição é fundamentalmente atribuível à base de clientes existente e ao potencial de crescimento do mercado em que o Execution Nobel opera.

O total de custos incorridos com a aquisição do Execution Nobel ascenderam a 1 584 milhões de euros. Estes custos encontram-se maioritariamente relacionados com processos legais e de *due diligence*, tendo sido reconhecidos na demonstração dos resultados.

**GESPASTOR**

Em Dezembro de 2010, o Grupo BES adquiriu 100% do capital social da Gespastor S.G.I.I.C, S.A.U., fundada em Abril de 1974 com sede em Madrid, Espanha, com o objectivo de desenvolver a actividade de gestão de activos em Espanha. O montante total do investimento efectuado, pago em dinheiro, foi de 25,3 milhões de euros.

A aquisição desta Sociedade Gestora foi contabilizada de acordo com o IFRS 3. Contudo, devido ao facto desta operação ter ocorrido recentemente, o Grupo encontra-se ainda em processo de determinação do justo valor dos activos e passivos identificados tendo por isso a aquisição sido registada numa base provisória, tal como permitido pelo parágrafo 45 do IFRS 3. Este processo deverá estar concluído até Dezembro de 2011. O Balanço da Gespastor S.G.I.I.C, S.A.U. em 31 de Dezembro de 2010 é conforme segue:

	(milhares de euros)
<b>Balanço</b>	
<b>Activo</b>	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	470
Activos financeiros detidos para negociação	677
Activos financeiros disponíveis para venda	51
Aplicações em Instituições de Crédito	6 050
Activos tangíveis	162
Activos intangíveis	309
Outros activos	1 333
	<b>9 052</b>
<b>Passivo</b>	
Recursos de clientes e outros empréstimos	-
Outros passivos	2 698
	<b>2 698</b>
<b>Capital próprio</b>	
Capital	3 005
Outras reservas e resultados transitados	3 349
	<b>6 354</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>	<b>9 052</b>

Os proveitos e resultados da Gespastor S.G.I.I.C, S.A.U desde a data de aquisição até 31 de Dezembro de 2010, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e no lucro consolidado ascendem a 243 milhares de euros e 13 milhares de euros, respectivamente. Caso a Gespastor S.G.I.I.C, S.A.U. tivesse sido consolidado desde o dia 1 de Janeiro de 2010 o Grupo estima que o total de proveitos consolidados viria acrescido de 10 027 milhares de euros. O resultado consolidado viria acrescido de 245 milhares de euros.

## CONTAS CONSOLIDADAS – 2010

---

O *goodwill* reconhecido em resultado desta aquisição ascende a 18 987 milhares de euros e explica-se como segue:

	(milhares de euros)
Investimento efectuado	25 354
Justo valor dos activos e passivos adquiridos à data de aquisição (100%)	6 354
Goodwill determinado numa base provisional	19 000

O *goodwill* resultante desta aquisição é fundamentalmente atribuível à base de clientes existente e ao potencial de crescimento do mercado em que a Gespastor opera.

O total de custos incorridos com a aquisição da Gespastor ascenderam a 309 milhões de euros. Estes custos encontram-se maioritariamente relacionados com processos legais e de *due dilligence*, tendo sido reconhecidos na demonstração dos resultados.

### Nota 44 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2010, o Grupo adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2010:

#### **IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas**

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas para exercícios que se iniciaram após 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

**IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) - Concentrações de actividades empresarias e uma alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses que não controlam (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses que não controlam) ou como a parcela atribuível aos interesses que não controlam do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como requerido pelo anterior IAS 27); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses que não controlam (reconhecimento de interesses que não controlam negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta norma é de aplicação prospectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010 e não teve impacto significativo nas contas do Grupo em 2010.

**IFRS 5 (alterada) – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação.**

Esta alteração clarifica as divulgações requeridas pela norma relativos a activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados para venda ou operações descontinuadas.

A adopção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

**IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

**IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços**

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, o IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A adopção desta interpretação pela União Europeia ocorreu apenas em 2009 tendo por isso a mesma sido de aplicação obrigatória para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados e contempla apenas as situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas na maturidade do contrato.

A adopção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

**IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas**

O IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

**IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes**

O IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

**Annual Improvement Project**

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. As alterações com efeitos para o Grupo em 2010 são como segue:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

#### NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS AINDA NÃO ADOPTADAS PELO GRUPO

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Grupo irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

#### **IFRS 9 - Instrumentos financeiros**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma sofreu algumas alterações em Outubro de 2010. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;

- Todos os instrumentos de capital terão de ser mensurados ao justo valor, deixando de existir a possibilidade estabelecida pela IAS 39 de manter estes títulos ao seu custo de aquisição em situações em que este não possa ser mensurado com fiabilidade;
- As alterações de justo valor atribuíveis ao risco de crédito referente a passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*fair value option*) serão reconhecidas directamente em capitais próprios. As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em capitais próprios não serão posteriormente transferidos para resultados.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Outubro de 2010, o IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IAS 24 (revista) – Divulgações de partes relacionadas**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Novembro de 2009 o IAS 24 (revisto) - Divulgações de partes relacionadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada (total ou parcial) permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

A norma revista clarifica e simplifica a definição de parte relacionada e remove a obrigatoriedade de entidades relacionadas com o Estado de divulgar detalhadamente todas as transacções com o Estado e outras entidades similares.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IAS 32 (alteração) – Classificação de emissões de direitos**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou em 8 de Outubro de 2008 uma alteração ao IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – classificação de emissões de direitos. Esta alteração é de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Fevereiro de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração estabelece a contabilização da emissão de direitos (direitos, opções ou *warrants*) que são denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente. É assim estabelecido que os direitos, opções ou *warrants* emitidos para a aquisição de um número fixo de instrumentos de capital do emitente por um montante fixo em qualquer moeda devem ser tratados como instrumentos de capital,

desde que a entidade ofereça esses direitos, opções ou *warrants* pró-rata a todos os detentores de instrumentos de capital (da mesma classe) da sociedade que não tenham por base contratos de derivados. Não se esperam quaisquer impactos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da adopção desta alteração ao IAS 32.

#### **IFRIC 14 (Alterado) – Pagamentos antecipados relativos a requisitos mínimos de financiamento**

Esta alteração visa corrigir a consequência não intencional do IFRIC 14 – “IAS 19 - O Limite Sobre Um Activo de Benefícios Definidos, Requisitos de Financiamento Mínimo e Respectiva Interacção”.

Sem esta alteração não era possível a uma entidade o reconhecimento como um activo dos pagamentos voluntários relativos a contribuições mínimas para o fundo. Esta não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, vindo esta alteração corrigir esta situação.

Esta alteração entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração tem aplicação retrospectiva para o primeiro período comparativo apresentado.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de emissão de instrumentos de capital**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou em 26 de Novembro de 2009 o IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros através de emissão de instrumentos de capital. Esta interpretação é de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

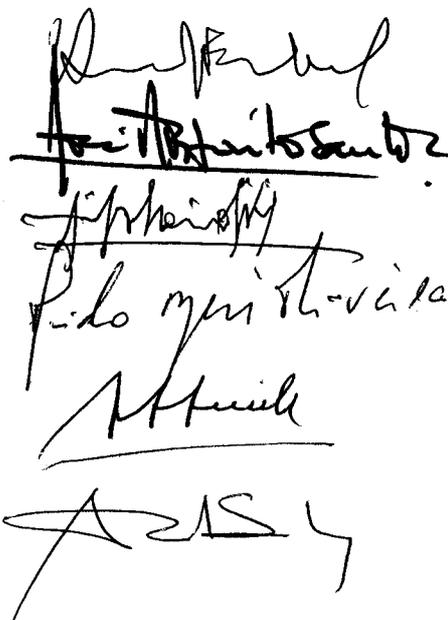
De acordo com esta interpretação existe uma diversidade de tratamentos no que respeita à mensuração de instrumentos de capital emitidos numa operação de troca de um instrumento de dívida por um instrumento de capital. Uma operação de troca de um instrumento de dívida por um instrumento de capital, refere-se a uma transacção em que o devedor e o credor renegociam os termos de um passivo financeiro, em que o devedor extingue o passivo total ou parcialmente através da emissão de instrumentos de capital entregues ao credor.

Esta interpretação clarifica (i) quando um instrumento de capital é emitido para extinguir total ou parcialmente um passivo financeiro correspondente à “retribuição paga” de acordo com o parágrafo 41 do IAS 39, (ii) como uma entidade deve mensurar inicialmente o instrumento de capital emitido para extinguir o passivo financeiro e (iii) como uma entidade deve registar as diferenças entre o valor de balanço do passivo financeiro extinto e o valor do instrumento de capital emitido.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

**Nota 45 – Eventos subsequentes**

- No final do mês de Outubro, o Banco Espírito Santo obteve autorização formal das autoridades venezuelanas para abrir uma Sucursal no país onde está presente há 17 anos através de um Escritório de Representação. Esta iniciativa insere-se na estratégia e modelo de negócio que o Grupo GBES tem prosseguido na vertente internacional, através da expansão para mercados cultural e economicamente afins com Portugal. Neste contexto, assume particular relevo o mercado venezuelano, em que a comunidade portuguesa ascende a mais de meio milhão, representando os luso descendentes um número muito significativo. Com o estabelecimento da Sucursal e o desenvolvimento da actividade bancária sob a forma de banco universal, pretende-se centrar a actividade no mercado natural da comunidade portuguesa residente neste país e nas grandes empresas e institucionais. Em meados de Janeiro de 2011 o processo administrativo foi concluído e a entrada em funcionamento da Sucursal realizar-se-á, previsivelmente, no terceiro trimestre de 2011.
- Em 26 de Outubro o Banco Espírito Santo, através da BES África, SGPS, celebrou um acordo para a aquisição directa de uma participação de 25,1% do capital social actual do Moza Banco pelo valor de 7,1 milhões de euros, com a realização simultânea de um aumento de capital perfazendo um investimento total de cerca de 8,1 milhões de euros. A operação concretizou-se em 20 de Janeiro de 2011, sendo que a partir desta data o Moza Banco passará a ser uma associada do Grupo BES.
- Durante o mês de Fevereiro de 2011 registou-se um clima de instabilidade política e social em todo o Norte de África, bem como na Líbia. Neste país, onde se encontra localizado o Aman Bank no qual o Grupo detém uma participação de 40%, verifica-se uma situação política de enorme gravidade. O valor do investimento efectuado totaliza 40,3 milhões de euros conforme divulgado na Nota 43. O Grupo BES está a acompanhar de perto a evolução da situação neste país.



~~Banco Espírito Santo~~  
Banco Espírito Santo  
Pido a sua aprovação  
Atenciosamente  
ASL

**5**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS  
CONTAS INDIVIDUAIS**

---

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 1.625.351 milhares de euros e um total de capital próprio de 560.759 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.891 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados e do rendimento integral, de alterações nos capitais próprios, dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido no Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

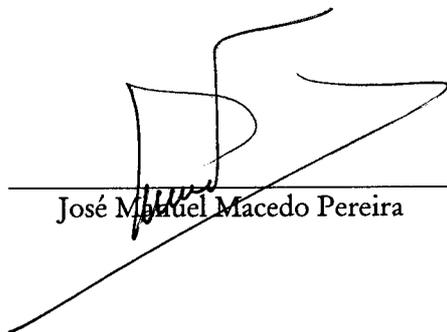
#### **OPINIÃO**

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido no Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 11 de Maio de 2011



Handwritten signature of José Manuel Macedo Pereira, consisting of stylized initials and a surname, written over a horizontal line.

José Manuel Macedo Pereira

**6**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS  
CONTAS CONSOLIDADAS**

---

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras consolidadas da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 83.663.640 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.518.225 milhares de euros, incluindo um resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da Sociedade de 134.247 milhares de euros e interesses que não controlam de 5.795.978 milhares de euros), a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com as IFRS adoptadas na União Europeia.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Sociedades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - ♦ a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - ♦ a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

- ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

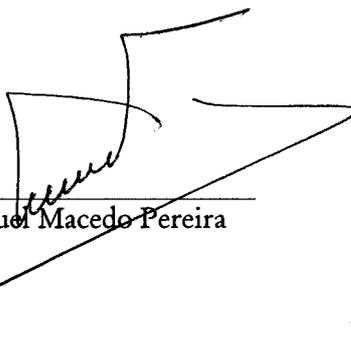
#### **OPINIÃO**

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS adoptadas na União Europeia.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 11 de Maio de 2011



\_\_\_\_\_  
José Manuel Macedo Pereira

**7**

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO  
FISCAL**

---

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**  
**DA**  
**ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SGPS, S. A.**

Senhor Accionista,

1. De acordo com o disposto nos artigos 420º e 508º-D do Código das Sociedade Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal emitir um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, da **Espírito Santo Financial (Portugal) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.** (doravante, ESF (P)), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
2. Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de Março, a ESF (P) adoptou, a partir de 2007, uma estrutura de administração e fiscalização composta por um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, passando a fiscalização a competir a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas que não seja membro deste órgão.
3. A ESF (P) é uma sociedade gestora de participações sociais constituída, em 10 de Setembro de 1990, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro e tem como único objecto a gestão de participações sociais noutras empresas, como forma indirecta do exercício de actividades económicas.  
A ESF (P) detém uma participação directa de 67,40% na BESPARG – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., e outra participação directa de 45% na “Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.”.
4. A actividade da ESP (P) está relacionada com a gestão da participação que detém no capital da subsidiária BESPARG, SGPS, S. A, e assim, de forma indirecta, no capital social do Banco Espírito Santo (BES).

Desta forma, os resultados estão directamente correlacionados com a evolução das actividades desenvolvidas, no exercício, pelo BES bem como, pelo conjunto das actividades desenvolvidas pelas instituições que fazem parte do perímetro da consolidação do BES.

A actividade da ESP (P) está, ainda, relacionada com a gestão da participação que detém no capital da associada Partran, SGPS, S. A, e conseqüentemente na “Companhia de Seguros Tranquilidade, SA” e nas empresas seguradoras por esta detidas.

5. Este Conselho Fiscal analisou os documentos de informação de gestão que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração.
6. O Conselho Fiscal acompanhou de forma continuada a evolução da actividade da Sociedade e verificou a regularidade da escrituração contabilística bem como da respectiva documentação.  
No âmbito das suas competências, este Conselho vigiou pela observância da Lei e dos Estatutos da ESF (P).
7. À semelhança do que tem acontecido no passado, no exercício de 2010, não existem situações que exijam a constituição de ajustamentos nem de imparidades.
8. No período subsequente ao encerramento do exercício e no âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as Contas (individuais e consolidadas) apresentadas pelo Conselho de Administração e fiscalizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira.
9. O Conselho Fiscal, apreciou ainda, o teor das Certificações Legais das Contas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas sobre as contas individuais e consolidadas e os Relatórios de Auditoria (contas individuais e consolidadas) emitidos pelo Auditor Externo, nos termos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, documentos com os quais concorda.

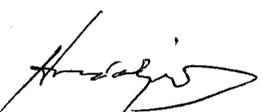


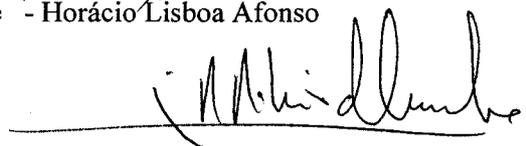
10. O Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

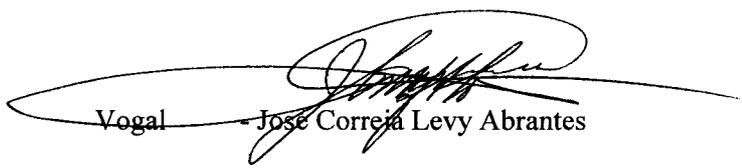
- 10.1 - aprove o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2010, sobre a actividade individual e consolidada, apresentados pelo Conselho de Administração;
- 10.2. - aprove a proposta de aplicação do resultado líquido do Conselho de Administração, que faz parte integrante do Relatório de Gestão;
- 10.3 - proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade de acordo com o artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 20 de Maio de 2011

O Conselho Fiscal

  
Presidente - Horácio Lisboa Afonso

  
Vogal - José Maria Ribeiro da Cunha

  
Vogal - José Correia Levy Abrantes

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---

**RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE AS  
CONTAS INDIVIDUAIS**

---

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## RELATÓRIO DOS AUDITORES

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Espírito Santo Financial (Portugal) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 1.625.351 milhares de euros e um total de capital próprio de 560.759 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.891 milhares de euros), a Demonstração dos resultados e do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, definidas pelo Banco de Portugal, que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

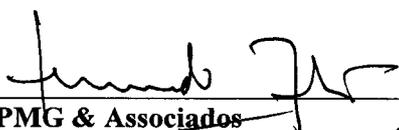
### Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Espírito Santo Financial (Portugal) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) conforme definidas pelo Banco de Portugal.

### Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 10 de Maio de 2011



---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)



**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## RELATÓRIO DOS AUDITORES

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Espírito Santo Financial (Portugal) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 83.663.640 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade de 722.247 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da Sociedade de 134.247 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas Anexas.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das Sociedades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos

em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Espírito Santo Financial (Portugal) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

### Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 10 de Maio de 2011



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

**10**

**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA  
GERAL ANUAL QUE APROVOU AS  
CONTAS, REALIZADA EM 31 DE MAIO  
DE 2011**

---

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA  
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

---

Extracto da acta da Assembleia Geral da "ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A." reunida no dia 31 de Maio de 2011, relativo à proposta de aplicação de resultados:

"3º - no âmbito do ponto número três da Ordem de Trabalhos, aprovar a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório do Conselho de Administração da "ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.", que se transcreve:

"Proposta

de distribuição dos resultados do exercício de 2010

Nos termos da alínea b) do nº 1 do art. 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** propõe para aprovação da Assembleia Geral, que o resultado líquido negativo do exercício de 2010, de 3.891.345,81 euros, seja adicionado aos resultados transitados positivos, no valor de 129.234.617,75 euros, de que resultará o montante líquido de 125.343.271,94 euros.

O Conselho de Administração propõe também a distribuição de um dividendo de 0,0625 euros por acção, perfazendo 5.000.000,00 euros, com base nos resultados transitados disponíveis."."